



Deloitte.

Rumo à transformação
para um futuro
mais sustentável

Banca em Análise 2022





José Barata
Presidente
Deloitte Angola

É com enorme satisfação que apresentamos a 16.^a edição do Banca em Análise, um estudo que se tem assumido como uma das principais iniciativas da Deloitte Angola, sendo uma referência sólida para uma reflexão informada dos agentes económicos nacionais.

Esta edição do Banca em Análise inclui informação financeira em base individual dos Bancos a operar em Angola no exercício de 2021, com a excepção do Banco VTB África, S.A., para o qual não se encontra disponível o Relatório e Contas. Importa referir que, até à data de elaboração do Estudo, o Banco Económico, S.A. não publicou as Demonstrações Financeiras com referência 2019, 2020 e 2021, tendo, no entanto, emitido no dia 12 de Outubro de 2022 um comunicado de imprensa com diversos dados e indicadores com referência ao período compreendido entre 2019 e 2021, os quais foram incorporados no Estudo, sempre que possível.

Nesta edição, e mantendo a abordagem de edições anteriores, os responsáveis das principais instituições financeiras e das entidades de maior relevo para o sector, efectuaram um balanço do ano de 2021 e dos primeiros 9 meses de 2022. Aqui partilham as suas expectativas para o futuro do sector bancário nacional, em particular no que se refere à transformação dos seus modelos de negócio no quadro de um processo acelerado de evolução a nível tecnológico, regulamentar e das fontes de rentabilidade.

As preocupações com o desenvolvimento sustentável da actividade, por forma a dar resposta a desafios de natureza ambiental, social e de governação, têm reforçado a sua importância. O sector financeiro é cada vez mais visto como um agente activo nesta matéria, nomeadamente ao nível da dinamização de oferta específica e, naturalmente, na divulgação de informação referente à temática da sustentabilidade. Nesse contexto, o Estudo inclui uma análise detalhada sobre esta matéria, em particular no que se refere a finanças sustentáveis e aos principais impactos esperados para o sector financeiro.

Importa destacar o papel do Banco Nacional de Angola (BNA) no que se refere às diligências para obtenção de equivalência de supervisão com a Autoridade Bancária Europeia (EBA), cujo processo de candidatura se estima que esteja concluído em 2023. Por outro lado, o BNA tem reforçado a intenção de reforçar condições para a disseminação generalizada de meios de pagamento electrónicos e de suporte, a um ecossistema que garanta mecanismos de segurança de transacções e de maior eficiência e disponibilidade dos serviços. A edição deste ano do Estudo evidencia o crescimento muito sólido de vários indicadores associados a esta temática, em particular ao nível da utilização de terminais de pagamentos automáticos (TPA), que registou uma variação positiva próxima de 33% em 2021 e do número de Cartões Multicaixa Emitidos (aumento de 7% em 2021). No que se refere à utilização das Caixas Automáticas (ATM), esta apresenta igualmente uma variação positiva em 2021, cerca de 6%.

A nível macroeconómico, a instabilidade no Leste da Europa, sobretudo desde Fevereiro de 2022, colocou uma inesperada inversão nas perspectivas de consolidação da recuperação económica iniciada ainda em 2021, levando as instituições internacionais a actualizar em baixa as suas previsões para o crescimento da economia global. Entre os factores desfavoráveis, destacam-se o acentuar de disrupções nas cadeias de distribuição com o aumento dos preços da energia e matérias-primas, o que tem induzido uma inflação persistentemente elevada e o reforço de políticas monetárias mais restritivas, custos de financiamento mais elevados e redução de mão-de-obra disponível em várias economias desenvolvidas e de persistência dos confinamentos na China, devido à política COVID Zero.

Este contexto veio, naturalmente, condicionar a economia nacional. De ressaltar que o aumento do preço do petróleo suportou o crescimento do PIB, levando à inflexão da tendência negativa de crescimento ocorrida desde 2014 e induzindo uma valorização do Kwanza face às principais moedas, a qual ascendeu a 15,2% em 2021 face ao dólar norte-americano e se manteve nos primeiros nove meses de 2022, com uma valorização adicional de cerca de 21,9%, reflectindo-se numa valorização acumulada próxima de 37% desde o final de 2020.

A dependência de importação de produtos e serviços fez com que a inflação mantivesse um valor significativo e, como consequência, a permanência de taxas de juro elevadas. As previsões macroeconómicas mais recentes para o PIB da economia angolana apontam para um crescimento de 3,0% segundo o *World Economic Outlook* do Fundo Monetário Internacional e de 3,1% de acordo com o *Africa's Pulse* de Outubro do Banco Mundial.

Em termos de política monetária, o BNA tem vindo a preconizar uma política restritiva de acordo com indicadores de inflação e a variação cambial da moeda nacional. Em 26 de Setembro de 2022, data da mais recente reunião do Comité de Política Monetária do BNA, foi aprovada uma redução de 50 pontos base na taxa básica de juro, fixando-a em 19,5%. Em virtude da política monetária seguida, a taxa LUIBOR a 3 meses, que ascendia a 20,9% no fecho de 2021, tem vindo a reduzir-se de forma significativa ao longo do ano de 2022.

O crescimento do PIB, associado à valorização do Kwanza, reflectiu-se numa diminuição significativa do peso da dívida pública medida em moeda nacional

em proporção do PIB. Nesse contexto, entre o segundo semestre de 2021 e o primeiro semestre de 2022, as três principais agências de notação financeira melhoraram o *rating* de Angola (de Caa1 para B3 pela *Moody's* em Setembro de 2021, de CCC para B- pela *Fitch* em Janeiro de 2022 e de CCG+ para B- pela S&P em Fevereiro de 2022). De referir que em Outubro de 2022, a *Moody's* melhorou a perspectiva de evolução do *rating* de Angola, de "estável" para "positiva", que se trata de um bom indicador para os agentes económicos.

No âmbito da actividade bancária, gostaria de salientar aqueles que consideramos terem sido os principais movimentos ocorridos nas demonstrações financeiras dos bancos, durante o ano de 2021.

No que diz respeito às rúbricas de balanço destacamos: (i) o aumento do crédito líquido a clientes (+4%) impulsionado, em grande parte, por medidas de incentivo à concessão de vários tipos de crédito emanadas pelo BNA; e (ii) a redução dos activos e dos depósitos de clientes, influenciado pela valorização do Kwanza face ao Dólar norte-americano e ao Euro. Ao nível da demonstração dos resultados, salientamos: (i) a reversão das imparidades na carteira de títulos de dívida pública, decorrentes da melhoria da notação de *rating* de Angola; (ii) o aumento dos custos operacionais (+17%); e (iii) a redução significativa dos resultados cambiais (-90%) resultante, essencialmente, da flexibilização do mercado cambial.

O presente estudo sistematiza alguns dos eventos mais relevantes que impactaram o sector bancário ao longo do ano de 2021, de onde se destaca:

(i) o processo de avaliação mútua do sistema de prevenção e combate ao branqueamento de capitais financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa, realizado pelo Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI); a conclusão da primeira privatização através de leilão em bolsa do Banco BCI e a realização das primeiras operações de abertura de capital em bolsa em 2022, nomeadamente do BAI (concluída com sucesso em Junho de 2022); (iii) a aprovação pelo BNA do Plano de Recapitalização e Reestruturação do Banco Económico; e (iv) a publicação de um conjunto relevante de normativos, destacando-se matérias como a metodologia de supervisão, do Governo societário das Instituições, Requisitos de Fundos Próprios, Supervisão e Gestão de Risco e naturalmente a publicação da Lei n.º 14/21, de 19 de Maio - Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras, que veio contribuir para um alinhamento

do enquadramento jurídico das Instituições Financeiras às melhores práticas internacionais e que atesta o BNA como autoridade macroprudencial nacional. Importa ainda salientar a melhoria da eficiência do mercado cambial com a implementação da plataforma *Bloomberg FXGO*, o que reforça o papel de Regulador e Supervisor do BNA, e não de provedor, garantindo a liberalização do mercado cambial.

No actual contexto, marcado por uma acelerada transformação, a orientação dos principais Bancos deverá assentar numa análise do seu posicionamento e modelo de negócio, que seja potenciadora de maior eficiência e retorno, atendendo às necessidades de natureza tecnológica e de promoção da inclusão e literacia financeira. Em particular, importa salientar que o resultado líquido que os bancos têm vindo a registar nos últimos anos está muito alicerçado na margem complementar, em particular nos resultados cambiais e na margem financeira obtida, essencialmente, através do investimento em títulos de dívida pública, que deixarão de ser a alavanca dos resultados líquidos no futuro.

Desta forma é essencial que sejam definidos novos modelos de negócio, que permitam aos Bancos assegurar um posicionamento diferenciado, tanto ao nível da segmentação de clientes, como de produtos e serviços, trazendo outras fontes de rendimento. Os Bancos devem também reforçar os seus investimentos em tecnologia e na capacitação e retenção do capital humano, por forma a tornar a sua actividade mais eficaz e eficiente.

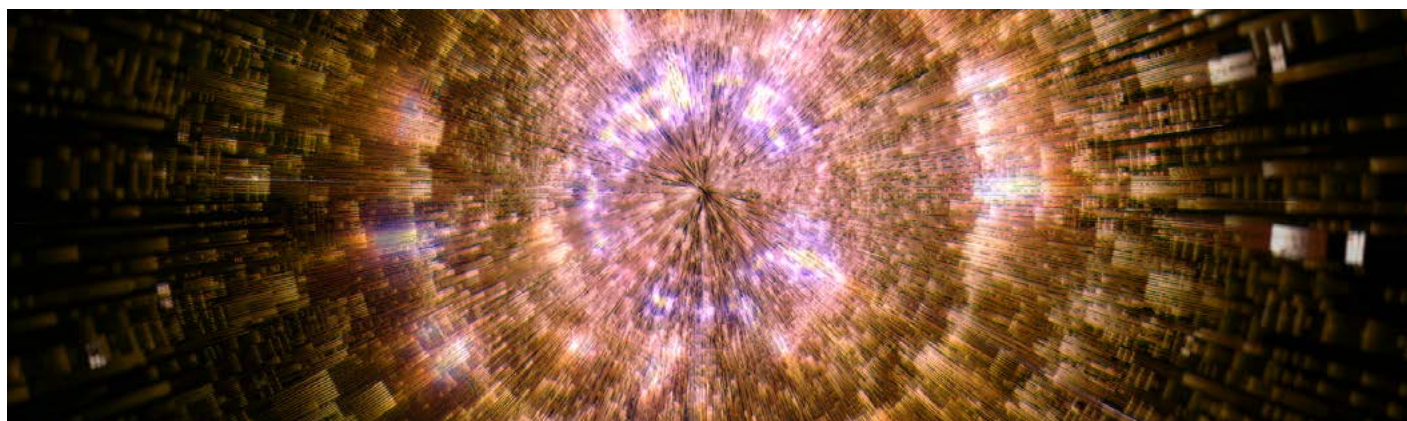
Com este estudo a Deloitte reforça o seu firme compromisso com Angola e com o seu sistema financeiro, no quadro de um conhecimento aprofundado e transversal da situação económica nacional e dos seus principais agentes.

Votos de uma excelente leitura da 16.^a edição do Banca em Análise.

É essencial que sejam definidos novos modelos de negócio que permitam aos Bancos assegurar um posicionamento diferenciado, trazendo assim outras formas de rendimento, bem como devem reforçar os seus investimentos em tecnologia e na capacitação e retenção do seu capital humano.

Nesta edição

Banca em Análise 2022



07

Intervenção BNA

16

Entrevista BODIVA

78

Finanças Sustentáveis

11

Entrevista ABANC

17

Entrevistas
Instituições Financeiras

82

Estudo da Banca
em Análise 2022

12

Entrevista EMIS

53

Enquadramento
macroeconómico

129

Demonstrações
financeiras

14

Entrevista RECREDIT

66

Enquadramento
económico angolano

Banco Nacional de Angola (BNA)

José de Lima Massano

Governador



Começo por agradecer à Deloitte pelo convite que me formulou para fazer parte do estudo Banca em Análise 2022, aproveitando esta oportunidade para fazer um balanço dos últimos 5 anos (2017 – 2022) da acção do banco central.

Em 2017, o contexto económico era marcado por acentuados desequilíbrios, dos quais realço:

- o rápido declínio das Reservas Internacionais;
- a prevalência de um mercado cambial ineficiente, com diferencial em torno de 150% entre as taxas de câmbio nos mercados, formal e informal;
- a acumulação de atrasados cambiais, estimados em cerca 5 mil milhões de dólares norte-americanos;
- a sobrevalorização artificial do Kwanza, reflectida num hiato negativo da taxa de câmbio real efectiva de cerca de 70%;
- o aumento generalizado e acentuado do nível de preços, com uma inflação média rondando os 30%;
- o sistema financeiro deficientemente capitalizado;
- um elevado nível de crédito vencido malparado sem reconhecimento de imparidades; e
- a perda de correspondentes bancários.

Perante esse quadro, o Banco Nacional de Angola (BNA), em linha com os objectivos preconizados no Programa de Estabilização Macroeconómica adoptado pelas autoridades nacionais, implementou um conjunto de medidas nos diversos domínios da sua actuação.

No sector monetário e cambial, com o apoio técnico do Fundo Monetário Internacional, foi redefinido o quadro operacional da política monetária, assente num regime de metas monetárias, deixando de estar ancorado à moeda estrangeira. Flexibilizámos o mercado cambial, adoptando um regime da taxa de câmbio determinada por forças de mercado e procedemos a liberalização parcial da conta de capital da balança de pagamentos, deixando o BNA de emitir quaisquer licenças para entrada ou repatriamento de capitais no âmbito do investimento estrangeiro directo na economia.

No que se refere à estabilidade do sistema financeiro, o BNA procedeu a reformas normativas e procedimentais com o objectivo de consolidar e garantir a convergência do regime prudencial a padrões de referência internacional, de que resultaram, a instituição do Fundo de Garantia de Depósitos, um instrumento fundamental para a confiança dos depositantes, e a harmonização regulamentar aos já citados padrões internacionais. Essas acções foram, também, relevantes para a recuperação da relação de confiança com parceiros internacionais.

Importa referir que além de ter sido necessário rever de modo extensivo a regulamentação emitida pelo BNA, foi determinante a revisão de diplomas legais enquadramentos, dos quais destaco (i) a Lei do Banco Nacional de Angola, clarificando a missão e conferindo um estatuto de independência do banco central na prossecução do seu mandato, (ii) a Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras, que atribui ao BNA o estatuto de Autoridade Macroprudencial Nacional e institui o Fundo de Resolução, (iii) a Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, incorporando as recomendações mais recentes do Grupo de Acção Financeira, e (iv) a Lei do Sistema de Pagamentos de Angola que enquadra a moeda digital e cria espaço para a inovação e disponibilização segura de novos instrumentos de pagamento no país.

Do ponto de vista operacional, ainda no domínio da estabilidade do sistema financeiro, destacamos a realização do exercício de Avaliação da Qualidade dos Activos (AQA) de 13 bancos que representavam cerca de 93% dos activos totais da banca. Na base desses resultados, demos início ao processo de reestruturação de dois bancos públicos sistémicos, bem como à exigência de um novo patamar mínimo de capital social e fundos próprios regulamentares das Instituições Financeiras, e definimos a aplicação de uma reserva de capital adicional para os bancos de importância sistémica, no sentido de aumentar a resiliência do sector.

Nos últimos 12 meses, em particular, terminada a implementação do *framework* legislativo e regulatório, o Banco Nacional de Angola avançou com a implementação de um novo modelo de supervisão prudencial baseado no standard desenvolvido pela autoridade bancária da Europa, denominado “Processo de Análise e Avaliação pelo Supervisor” (em inglês, SREP – *Supervisory Review and Evaluation Process*) que, tal como o nome indica, consiste na análise e avaliação dos riscos inerentes em cada instituição financeira bancária, focalizado no modelo de negócio, governo interno e gestão do risco, adequação do capital e liquidez.

O SREP proporcionou-nos uma metodologia uniforme, estruturada, abrangente e testada que nos permite analisar e avaliar o perfil de risco de cada banco, e cuja implementação pode ser adaptada às características de cada instituição, através do ajustamento da sua abrangência, profundidade e frequência. Este exercício permitiu-nos, pela primeira vez, definir requisitos de capital específicos a cada instituição, de acordo com o risco inerente em cada uma.

Neste primeiro exercício de SREP, o Banco Nacional de Angola, considerando o princípio da proporcionalidade, seleccionou 17 instituições financeiras bancárias, às quais, aplicou o processo de análise e avaliação na sua total extensão, tendo aplicado às restantes um processo simplificado.

Essa acção representou uma alteração profunda no modelo de supervisão do Banco Nacional de Angola, de valor acrescentado muito elevado no cumprimento da sua missão de assegurar um sector financeiro resiliente e sustentável.

Chegado a este ponto, o Banco Nacional de Angola realizou um diagnóstico para aferir o grau de conformidade do seu quadro prudencial e de supervisão face aos da Zona Euro e dos Princípios Fundamentais de Basileia para uma Supervisão Bancária Efectiva. Este exercício permitiu-nos concluir, que a nossa legislação, regulamentação e supervisão, podem ser consideradas como largamente convergentes com as da Zona Euro, sendo as eventuais divergências resultantes de especificidades do mercado nacional, geralmente conducentes a uma óptica mais conservadora.

Como resultado, os grandes desequilíbrios estão a ser superados e a estabilidade, robustez e resiliência do sistema financeiro vem sendo mantida.

A desaceleração da inflação, cujo taxa anual foi de 18,15% em Setembro do corrente ano, o normal funcionamento do mercado cambial e a solidez do sistema financeiro, com nível médio de adequação de capitais rondando de 20%, são parte desse percurso. Entretanto, para além do compromisso com a estabilidade de preços e do sistema financeiro, o Banco Nacional de Angola está também empenhado em promover

o desenvolvimento de um sector bancário mais competitivo, inclusivo e capaz de prosseguir com os investimentos exigidos pela dinâmica de organização e funcionamento da economia.

Nesse sentido, continuamos a advogar a concessão de crédito de forma responsável. Reconhecemos que a qualidade da informação prestada pelos clientes, sobretudo a de natureza contabilística e financeira, muitas vezes não é suficiente para permitir uma avaliação rigorosa das solicitações de crédito, sendo essa uma insuficiência ainda muito presente em empresas de pequena, e até mesmo, de média dimensão, tornando-se por isso, necessário, que as mesmas assumam o compromisso de melhoria dessa informação, de forma a potenciar o seu acesso ao crédito.

No financiamento de iniciativas empresariais de grande dimensão, é importante passar-se a considerar soluções que contemplem instrumentos de mercado de capitais, de modo a alargarmos a capacidade interna de financiamento. A recente listagem do capital dos bancos BAI e Caixa Angola na Bolsa de Dívida e Valores de Angola, mostram um mercado interessado, e talvez ávido, em novas soluções e produtos de investimento.

No segmento de particulares, procurámos com o Aviso n.º 9/22 impulsionar o crédito à habitação de até renda média, baixa, apoiando os cidadãos na compra de habitação própria. Trata-se apenas de mais um contributo e não de uma solução definitiva para o crédito à habitação. Ainda assim, temos consciência das dificuldades que vão ocorrendo na concessão desse crédito, quer pelos níveis gerais de rendimento dos potenciais mutuários, quer pelos constrangimentos relacionados à legalização de imóveis no país.

Sabemos do trabalho de modernização e simplificação administrativa que está a ser realizado pelos órgãos competentes do Estado, pelo que continuaremos a apoiar, sempre que possível, para que tais dificuldades possam ser removidas no mais curto espaço de tempo.

Ainda no segmento dos particulares, esperamos que no futuro imediato possamos assistir à entrada em funcionamento das Centrais Privadas de Informação de Crédito, considerando a importância que estas representam para melhoria da gestão do risco de crédito. De facto, mais crédito ao segmento de particulares, de modo alargado e seguro, só é possível com informação de qualidade sobre a real capacidade financeira de cada um.

As Centrais privadas têm essa vocação e vão congregam informação sobre o comportamento e responsabilidades de cada cidadão no mercado nacional, junto de, por exemplo, fornecedores de água, luz, serviços de telefonia, cartões de crédito, banca ou até mesmo, junto de estabelecimentos comerciais que ofereçam pagamentos escalonados aos

seus clientes. Com esta informação adicional, que os bancos actualmente não têm, será mais seguro e por isso menos oneroso conceder e, conseqüentemente, obter crédito. Foi com instrumentos semelhantes que muitos países conseguiram estimular o crédito ao consumo.

Na disponibilização de serviços financeiros básicos, com realce para depósitos e levantamento de numerário e transferências bancárias, consideramos imprescindível todos os cidadãos poderem manter o seu dinheiro seguro, acedê-lo quando necessário, e transferi-lo a baixo custo e de modo célere, o que nos levou à implementação de várias medidas nesse sentido, das quais destaco, (i) um amplo programa de educação financeira, (ii) a simplificação de procedimentos de abertura de contas, (iii) a subsídio de TPAs, (iv) a activação de levantamento de numerário em TPAs, (v) a flexibilização dos horários de funcionamento da rede bancária e, (vi) a prestação de serviços de ATMs por instituições financeiras não bancárias.

Para além disso, após consulta à Associação Angolana de Bancos (ABANC), estabelecemos, muito recentemente, regras para a expansão de serviços bancários básicos a todas as sedes municipais do país por entidades bancárias sistémicas. A norma traz novidades, ao permitir o surgimento de balcões em regime de partilha de custos entre bancos comerciais, por um lado, e, por outro, ao estimular o alargamento da rede de agentes bancários pelo país.

No âmbito dos serviços de pagamentos móveis e instantâneos temos trilhado, também, um caminho importante de desenvolvimento, e estes pagamentos passarão agora a funcionar sob a marca 'kwik', através de uma plataforma operacional certificada que garante a interoperabilidade dos mais variados operadores do sistema de pagamentos. Por exemplo, passa a ser possível um utilizador da UNITEL Money transferir ou receber dinheiro de quem usa o "e-Kumbu" do Banco Sol, "e-Kwanza" do BAI, ou outra solução licenciada pelo Banco Nacional de Angola. Ou seja, as várias soluções de pagamento móveis vão interagir entre si, tal como acontece com o arranjo Multicaixa, uma referência de serviços de pagamentos no nosso continente.

Ainda sobre a inclusão e modernização financeira, o Comité Executivo do Banco Nacional de Angola aprovou recentemente o lançamento da iniciativa do *Open Banking*, um serviço previsto na Lei do Sistema de Pagamentos.

Esta iniciativa prevê que as instituições financeiras bancárias partilhem dados de clientes, mediante autorização dos mesmos, com outras entidades através de plataformas digitais próprias. Pretendemos assim criar as condições para que surjam no mercado entidades que utilizam os dados dos clientes bancários para oferecer novos serviços de pagamento, tais como iniciação de pagamentos e consulta de informação agregada sobre as

suas contas. Contamos com a Empresa Interbancária de Serviços (EMIS) e com a ABANC para levarmos avante esta iniciativa de maior democratização bancária.

Temos actuado também para que a concorrência e a transparência resultem num melhor serviço aos consumidores dos produtos e serviços financeiros. Práticas que minam a confiança dos clientes, como a não execução de transferências legítimas, atrasos injustificados na entrega de cartões de débito, ou movimentação indevida de contas, todas elas, no topo das reclamações recebidas dos cidadãos, pelo Banco Nacional de Angola, devem merecer a atenção particular dos gestores e responsáveis da banca comercial.

Por tudo isto, e não obstante os investimentos na tecnologia e sistemas de informação serem existenciais para a viabilidade e sustentabilidade dos bancos, não menos importantes são os investimentos na capacitação do capital humano e em processos eficazes de gestão da relação comercial. A complexidade do sector financeiro tende a crescer, pelo que limitações básicas têm que ser decididamente removidas para se ter bases fortes sobre as quais possam ser apresentados produtos e serviços financeiros que respondem às necessidades dos clientes, numa sociedade e economia em desenvolvimento.

Para além da supervisão prudencial e de conduta financeira, o sector bancário é chamado a estar perfeitamente alinhado às melhores práticas respeitantes ao combate ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa. Decorre um processo de avaliação de Angola por parte do ESAAMLG, focado na conformidade técnica do país, em termos de leis e regulamentos, às recomendações do GAFI.

No caso particular do Banco Central e das instituições financeiras bancárias e não bancárias, é factor crítico de sucesso, continuar a investir na capacidade de se conhecerem as ameaças provenientes do contexto nacional e internacional, as vulnerabilidades internas associadas ao conhecimento que as equipas devem ter, assim como, do correcto funcionamento das plataformas tecnológicas, para que possamos mitigar o risco de materialização de acções de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e da proliferação das armas de destruição em massa.

Antes de terminar, gostava de fazer uma breve referência ao actual enquadramento económico, porque o sector financeiro não actua num vazio, estando inserido numa economia e numa sociedade, com vínculos, conexões e dependências a outras economias.

Estamos a atravessar, internamente, uma fase positiva na nossa economia, tendo em conta, entre outros factores, a recuperação do crescimento económico e a redução da inflação. Mas no

contexto internacional, continuamos com um enquadramento de grandes desafios e preocupações.

Os níveis generalizados de inflação elevada que têm vindo a determinar a subida das taxas de juro, apontam para perspectivas de abrandamento do crescimento económico a nível global, o que, ao acontecer, deverá resultar na redução da procura pelo petróleo e consequente descida no seu preço.

Considerando que o petróleo continua a representar 90% das nossas exportações e por volta de 27% do PIB, não é difícil antever um impacto desfavorável na nossa economia, proporcional a qualquer descida do seu preço, se isso vier a acontecer.

Neste cenário, é claramente fundamental continuar-se o trabalho interno de estabilização macroeconómica, para se conseguir o crescimento sustentado da economia. É indispensável continuar com o esforço de diversificação da economia, com destaque para o aumento da produção interna de bens alimentares de amplo consumo, e aumento dos nossos níveis de segurança alimentar. Esse é também um repto que se renova aos operadores financeiros nacionais.

Como se compreende, há avanços e conquistas, mas os desafios são múltiplos e complexos, pelo que o empenho e contribuição de todos os *stakeholders* do sector bancário são fundamentais, para, em conjunto, conseguirmos construir um sector com plena capacidade para cumprir o seu papel enquanto pilar de apoio ao desenvolvimento da economia e da sociedade.

Associação Angolana de Bancos (ABANC)

Mário Nascimento

Presidente



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais o sector bancário se deparou?

O ano de 2022 tem sido desafiante para o sector bancário angolano, tendo sido um ano em que foram colocados ao sector desafios regulatórios, de supervisão, tecnológicos, económicos, com um forte impacto na capitalização dos bancos, na melhoria dos sistemas de controlo interno, na melhoria da governação corporativa, e na prestação de informação ao supervisor e ao mercado.

A título de exemplo cito três os maiores desafios com que o sector se confrontou neste ano: 1) a implementação e materializado da Nova Lei relativa às Instituições Financeiras, da qual resultaram impactos na capitalização dos bancos, no sistema de controlo interno ou ainda na melhoria da Governação Corporativa dos bancos; 2) a Avaliação do GAFI feita ao Angola, que promoveu melhorias significativas no sector bancário, nos itens relativos ao branqueamento de capitais e aos sistemas de controlo interno, cujo resultado poderá ter um impacto directo na relação de correspondência dos bancos angolanos com os bancos internacionais, principalmente os correspondentes dólares; 3) a implementação do SREP feita pelo BNA aos Bancos comerciais, que decorre da solicitação da equivalência de supervisão bancária feita pelo BNA à União Europeia, e do impacto que a mesma tem no sistema financeiro, trazendo novas exigências, mais rigorosas e complexas, aos bancos nacionais.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a antevisão da evolução do sector a curto e a médio prazo. Qual o papel da ABANC no processo de evolução e transformação do sector?

A ABANC tem um papel muito importante como instrumento de harmonização dos interesses dos seus associados, com os interesses públicos corporizados no BNA, enquanto regulador e supervisor, assim como os interesses de todos os restantes *stakeholders*. A ABANC, enquanto entidade de direito privado que busca concretizar os interesses dos seus associados, e do sector bancário como um todo, não pode deixar de ter em conta o interesse público, pelo que procura o crescimento e desenvolvimento sustentável do sector bancário, que se expressa também na defesa de um mercado equilibrado e eficiente e dos clientes bancários.

Quais as principais metas e objectivos traçadas para a ABANC para o futuro próximo?

As principais metas para o futuro próximo, são aquelas que estão expressas no mandato da direcção da ABANC, para o triénio 2022-2024 são: i) a melhoria e aperfeiçoamento da estrutura interna da ABANC, ii) o apoio aos nossos associados no processo de implementação do SREP (equivalência de supervisão bancária) participando nas consultas do BNA e criação de condições e canais de diálogo com o BNA; iii) a continuação do esforço e apoio no retorno generalizado da banca de correspondência para Angola; iv) a participação de forma frequente e sistemática na regulamentação bancária produzida pelo BNA, com vista à melhoria do ambiente regulatório e de supervisão do sector; e v) a melhoria das condições de funcionamento do mercado financeiro com vista à sua eficiência e aprofundamento.

Empresa Interbancária de Serviços (EMIS)

José Matos

Presidente da Comissão Executiva



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais o sector bancário se deparou?

O maior desafio do sector bancário angolano foi resistir à pandemia, de modo a poder sair dela em condições de continuar a desempenhar a sua principal missão que é financiar a economia real.

A pandemia agravou alguns dos problemas estruturais da banca angolana e, por isso, se iniciaram alguns processos de ajustamento estrutural, de certo modo esperados.

No que toca ao mundo dos pagamentos, o principal realce vai para a publicação da nova Lei dos Sistemas de Pagamentos (Lei N° 40/20), que constitui um marco regulatório importante.

Esta lei, para além de modernizar uma lei com mais de 20 anos, consagra a abertura do mercado dos pagamentos a instituições financeiras não bancárias, reforça a protecção legal ao consumidor dos serviços de pagamentos e institui os princípios para a modernização dos sistemas de pagamentos, nomeadamente, a abertura dos sistemas bancários (*open banking*), reforçando o grande objectivo do Governo que é o da inclusão financeira.

Portanto, um grande desafio com que a banca angolana se deparou foi o de se adaptar à nova lei dos pagamentos, para iniciar uma convivência harmonizada com novos actores, com quem terá de dividir o mercado dos serviços de pagamentos. Essa convivência harmonizada será fundamental para assegurar o grande objectivo da inclusão financeira.

O sistema de pagamentos é a nervura da economia. Temos de registar que foram feitos importantes progressos no sistema que serve a população bancarizada, facilitando-lhe assim a vida, mas

o mesmo não se pode dizer de soluções orientadas para a população não bancarizada, e, portanto, servir essa população com soluções adaptadas à sua realidade continua a ser desafiante.

Assistimos também à estabilização do Kwanza, um passo fundamental para restaurar a confiança na moeda angolana, sem o qual é impossível estimular a poupança e o investimento privado de qualidade, ingredientes vitais para a actividade bancária.

Parece-nos que a banca angolana está, por isso, a fazer um certo reposicionamento estratégico, para se focar no fundamental da actividade bancária, que é vender crédito.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a antevisão da evolução do sector a curto e a médio prazo. Qual o papel da EMIS no processo de evolução e transformação do sector?

O papel da EMIS é central no que toca à transformação do sistema de pagamentos de Angola, uma componente importante do sector bancário. Continuamos por isso a trabalhar arduamente na digitalização dos meios de pagamentos, correspondendo assim à tendência que se verifica por todo o mundo e que se acentuou desde o início da pandemia, criando desse modo condições para que os bancos possam prestar serviços de pagamentos cada vez mais simples, económicos e inovadores.

São exemplos disso o MCX Express, a Gateway de Pagamentos Digitais (GPD) e mais recentemente o STI - Sistema de Transferências Instantâneas e o correspondente arranjo de pagamentos denominado *KWiK - Kwanza Instantâneo*, que está em implementação e cujo foco é fomentar a inclusão financeira,

mediante o alargamento de serviços essenciais de pagamentos à população não bancarizada.

O STI é estratégico porque implementa uma infraestrutura de mercado moderna que moldará o desenvolvimento futuro dos pagamentos baseados na instantaneidade, garantindo, não só a interoperabilidade entre prestadores de pagamentos bancários e não bancários, como viabilizará uma plataforma partilhada de *Open Banking* para o sistema bancário angolano.

Quais as principais metas e objectivos traçados para a EMIS para o futuro próximo?

Os objectivos da EMIS para o futuro próximo estão centrados em quatro vectores a saber: (i) sustentar os níveis de serviço; (ii) reforçar a resiliência e a mitigação de riscos; (iii) desenvolver novos produtos e serviços; e (iv) desenvolver competências (capital humano).

Uma das mais importantes iniciativas diz respeito ao programa de reforço de capacidade e resiliência, que permitirá à EMIS dispor de um segundo centro informático seguro num horizonte de ano e meio.

No que toca aos novos produtos e serviços, para além do já referido sistema de transferências instantâneos (STI) cujo arranque em produção efectiva é uma meta para 2023, a EMIS tem ainda como metas próximas a implementação do programa de TPA de nova geração, o pagamento em TPA em QR Code e a evolução dos cartões MCX para a tecnologia *Contactless*.

Estão também programados importantes melhoramentos no Canal MCX Express, nomeadamente a virtualização do cartão MCX.

A EMIS trabalha ainda na integração do STI no sistema de transferências instantâneas da Africa Austral – *Low Value Credit Transfers Cleared on an Immediate Basis* (TCIB).

RECREDIT

Valter Barros

Presidente do Conselho de Administração



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais o sector bancário se deparou?

Voltar a desafiar os nossos clientes com o passivo existente, que se agravou face ao cenário do contexto económico nacional e internacional pouco favorável, com taxas de inflação e de juro elevadas, a subida do preço das energias, das matérias-primas, como consequência da guerra na Ucrânia.

Tudo isto, sem que tivesse sido ainda possível recuperar dos efeitos da pandemia da COVID-19, uma actividade como a da Recredit, confronta-se com a condição financeira dos seus clientes mais fragilizada, já que os mesmos recorrem ao crédito para financiar as suas actividades, e muitos perderam oportunidades de negócio, ou reduziram o volume de negócios neste período.

Assim, as nossas equipas de recuperação tiveram de ser capazes de renegociar acordos flexíveis, equilibrados, com razoabilidade, de modo a garantir sempre o cumprimento dos planos de amortização da dívida.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a antevisão da evolução do sector a curto e a médio prazo. Qual o papel da RECREDIT no processo de evolução e transformação do sector?

Neste momento, o papel da RECREDIT no Sistema Financeiro Angolano, tem uma vocação primordial de tratar do crédito malparado adquirido ao BPC, missão esta espelhada no Despacho 133/19 de 22 de Julho. A necessidade da sua criação prendeu-se com o facto de ser necessário salvaguardar

a continuidade do maior banco público do sistema financeiro, tendo em conta o risco sistémico envolvido.

Por ter esta missão, tem sido feito um investimento significativo, ao nível do desenvolvimento de competências do capital humano, na formação e especialização em domínios como recuperação e avaliação de activos, insolvência, negociação e gestão de processos, bem como a gestão por objectivos para alcançar resultados. De igual modo, tem sido dada também uma particular atenção ao desenvolvimento de competências e certificações às áreas de controlo interno da empresa, nomeadamente, *Compliance*, Auditoria Interna e Gestão de Risco.

Por esse motivo, consideramos que em termos de capacidade operacional e de competências das nossas equipas, a RECREDIT é a Instituição mais bem preparada para tratar de carteiras de crédito malparado do sector financeiro angolano e, acreditamos, estarem criadas condições para que as equipas da RECREDIT abracem desafios que envolvam a recuperação de crédito malparado de outros bancos do sistema financeiro, de modo a reduzir o risco sistémico dos bancos com elevada exposição em NPA's (*Non Performing Assets*).

Quais as principais metas e objectivos traçadas para a RECREDIT para o futuro próximo?

Em 2021 a meta da recuperação foi superada em 10%, fruto do esforço realizado pelas equipas de recuperação de acordo com a estratégia implementada.

Para 2022, apesar dos desafios e dificuldades do mercado financeiro, em consequência das variações macroeconómicas e tensões políticas recentes, é espectável o alcance da meta prevista para o referido exercício económico.

Embora num contexto macroeconómico desafiante, com impactos inesperados a nível do investimento privado e não só, o Conselho de Administração da RECREDIT, tem priorizado na sua linha de actuação a aplicação de políticas e estratégias que visam o alcance do seu objectivo de recuperação do crédito malparado. A curto e médio prazo a RECREDIT apresenta no plano estratégico ajustado para os exercícios de 2023 a 2027, três grandes objectivos estratégicos, nomeadamente:

- i) Maximizar a recuperação;
- ii) Garantir a rentabilização ou alienação de imóveis recebidos em dação, considerando o justo valor de mercado no momento da transacção; e
- iii) Dinamizar os processos em contencioso.

Contudo, entendemos que existem sectores com fortes desafios a partir de 2023, que poderão impactar no desempenho da Instituição, entre eles, os sectores imobiliário e judicial. Dada a elevada recuperação em dação com activos imobiliários, a monetização destes activos deverá ser um dos maiores desafios da Recredit nos próximos anos.

Ao nível judicial, a RECREDIT tem um total de 106 processos de crédito, correspondente ao valor de exposição que ascende aos Kz 575 mil milhões (Quinhentos e setenta e cinco mil milhões de Kwanzas), sensivelmente 46,04% do valor global da carteira adquirida ao BPC. Neste âmbito, as equipas de recuperação têm realizado um esforço para fechar o maior número de acordos extrajudicialmente. Até porque temos todos o desejo e o interesse de devolver aos accionistas o maior retorno possível do seu investimento e contribuir, assim, para um ambiente de negócio mais saudável e sustentável.

BODIVA

Walter Pacheco

Presidente da Comissão Executiva



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais o sector bancário se deparou?

Acreditamos que o grande desafio da banca e do mercado de capitais, foi lidar com as consequências da pandemia COVID-19. Ao nível da gestão do capital humano, foi desafiante manter os níveis de produtividade com as equipas a sofrer níveis de stress elevados, quer do ponto de vista pessoal, quer profissional. Ao nível da continuidade do negócio, o grande desafio foi manter os sistemas de informação operacionais, sem nenhum impacto para os nossos clientes e parceiros.

As tendências e evoluções no sector financeiro em Angola estão a acontecer a um ritmo acelerado. Qual o papel da BODIVA no processo de evolução e transformação na diversificação de fontes de financiamento para as empresas em Angola?

A BODIVA ser um canal de financiamento complementar ao crédito bancário e, também, um veículo de partilha de risco entre o sector financeiro e o não financeiro. Por estas razões ela é simultaneamente um mecanismo de alavancagem do sector financeiro, mas também uma nova linha de negócio, que tem um potencial bastante grande nos próximos anos. Com as recentes ofertas públicas dos Bancos BAI e Caixa Angola, temos verificado que a BODIVA tem desempenhado este papel duplo, de captação de recursos e de diversificação de negócio. Nos próximos anos, prevê-se que seja por via da BODIVA que as *FINTECHS* serão financiadas, o que poderá criar uma dinâmica no sector financeiro como um todo.

Quais as principais metas e objectivos traçadas para a BODIVA para o futuro próximo?

Com a recente activação do mercado accionista através das OPV's do Banco BAI e do Banco Caixa Angola, o principal objectivo passa, necessariamente por trazer mais empresas para o mercado. Desta forma, conseguiremos que este mercado se converta numa verdadeira fonte de financiamento, em especial para o sector privado. Naturalmente, temos objectivos igualmente relevantes para os agentes económicos, nomeadamente: (i) estimular o surgimento de instrumentos de financiamento sustentáveis (*Blue e Green Bonds*); (ii) fomento de novos segmentos de mercado, como dos derivados e de mercadorias; (iii) facilitar o acesso ao mercado de capitais das PME's e das empresas do sector Mineiro e agrícola; e (iv) lançar o programa de impacto social, que tem como objectivo melhorar a renda das mulheres empreendedoras.

Banco Angolano de Investimentos



Mário Bárber

Presidente do Conselho
de Administração

Luís Lélis

Presidente da Comissão
Executiva

De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais a instituição financeira que lidera se deparou? E quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

Durante esse período, o BAI desenvolveu e aprovou o *roadmap* para o seu plano estratégico a implementar de 2022 a 2027, contemplando um conjunto de iniciativas enquadradas nas suas linhas de orientação estratégica. Uma dessas iniciativas já foi materializada com a abertura do capital do BAI em bolsa em Junho deste ano, cujo processo implicou um trabalho exigente das equipas envolvidas na preparação e execução da OPV.

Simultaneamente, e em linha com o dever de prestação de contas mais exigente a que uma sociedade aberta está vinculada, é de assinalar o empenho significativo aplicado com vista à melhoria da qualidade da informação financeira e tratamento das reservas da auditoria.

A nível regulamentar, o estatuto de sociedade aberta implicou a preparação das equipas para o cumprimento de exigências adicionais da CMC, ao mesmo também enfrentam uma regulação mais exigente do BNA. Neste último, é imperativo destacar a adequação do modelo de governo societário e do sistema de controlos internos aos requisitos da nova Lei do RGIF e dos Avisos 10/21 e 01/22 do BNA, com a preparação de diversas políticas e regulamentos. Tivemos também a eleição dos órgãos sociais para o mandato 2022-2027, onde se passou a incluir a eleição de três novos administradores não executivos independentes.

Ainda em linha com as exigências prudenciais e regulamentares, é relevante realçar a exigente alocação de recursos humanos e financeiros para a implementação dos processos de ICAAP e ILAAP, tal como a adequação ao Aviso 08/2021, relacionado aos elementos integrantes dos fundos próprios.

Para lidar com estes desafios, a dedicação e resiliência das equipas envolvidas e a facilidade nas interações entre os diferentes *stakeholders* foram aspectos essenciais.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a definição de uma estratégia disruptiva de desenvolvimento e transformação, nomeadamente ao nível do modelo de negócio do Banco. Quais são os próximos passos que a instituição dará considerando este paradigma?

O BAI tem vindo há alguns anos a antecipar para esta realidade, tendo uma área especializada na tarefa de transformação digital e investindo na inovação. Hoje, o BAI proporciona uma experiência de banca digital com um nível de inovação adequada, que é espelhada pelo BAIDirecto®, que oferece um leque amplo de processos críticos do banco totalmente digitais.

Como próximos passos, é pretendido acelerar a execução da directiva estratégica que se prende com o desenvolvimento de uma arquitectura sustentável da banca digital. Estamos convencidos que vamos continuar a oferecer surpresas muito agradáveis para os nossos clientes. A recolha da experiência do utilizador e a capacitação do nosso capital humano para atender aos novos desafios são os principais pilares desse efeito.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das notas e moedas em poder do público em geral (tendo como base os Agregados Monetários publicados pelo BNA). Que medidas estão a ser considerados, ao nível de lançamento de produtos e serviços, com vista a contrair esta tendência e a fomentar a execução de um maior volume de transacções através do sistema financeiro formal?

As estatísticas publicadas pelo BNA levam a uma conclusão diferente da que foi apresentada na questão. A evolução recente do dinheiro em poder do público, em termos relativos aos depósitos, tem sido estável e, se compararmos com o período pré COVID-19, tem mesmo vindo a descer. Tal evolução está em linha com a orientação estratégica do BAI neste domínio, que concorre para tornar cada vez mais irrelevante a necessidade de se usar moeda física nas transacções entre agentes.

Neste sentido, já foram criados produtos e serviços específicos para fomentar a adesão da população não bancarizada aos serviços bancários, como o *é-Kwanza*®, que permite o acesso a contas de pagamento de forma desburocratizada e instantânea.

Neste serviço, o banco tem assumido algumas iniciativas para o adaptar às necessidades do público-alvo, entre as quais, a associação a *start-ups* com oferta semelhante, o estabelecimento de parcerias na área de distribuição alimentar e a disseminação na rede de agentes bancários localizados em áreas periurbanas.

Adicionalmente, é importante ressaltar o processo de abertura de conta *online* através do BAI Directo, ao qual se projecta uma melhoria no final deste ano, e a utilização do BAI Paga, que é um sistema de aceitação totalmente digital e cuja propagação tem vindo a ocorrer a um ritmo interessante.

Actualmente ambiciona-se, internacionalmente, um sector cada vez mais sustentável, inclusivo e digital. Para tal, quais serão os requisitos que deverão sustentar estes pilares num futuro próximo?

Desde logo é necessário interligar, de forma profunda, os conceitos de inclusão, digitalização e sustentabilidade com os objectivos de performance. Tal como se pode inferir acima, as dimensões de inclusão e digitalização estão fortemente envolvidas e são consistentes com o modelo de negócios que o BAI tem vindo a privilegiar.

Além disso, estamos envolvidos em projectos que visam a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento das comunidades. Para além do sentido de responsabilidade social, o BAI também beneficia de uma economia mais sustentável, alinhando, assim, as acções de impacto social com os objectivos do Banco. Igualmente, existe uma monitorização do impacto indirecto nas questões de sustentabilidade via clientes empresariais que beneficiaram de crédito.

É importante referir que o planeamento estratégico do BAI está alinhado com a agenda de sustentabilidade da ONU até 2030. A título de exemplo no campo da sustentabilidade ambiental, estão a ser implementados centros de auto-atendimento com ATM e máquinas de depósito suportadas por painéis solares, cujo objectivo é abranger a sua implementação por todo o País.

Banco BIC

Hugo Teles

Presidente da Comissão Executiva



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais a instituição financeira que lidera se deparou? E quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

A reconversão de problemas estruturais, criada pela pandemia obrigou à reorganização interna de serviços que facilitam a vida das empresas com capacidade de valorização das suas actividades, sobretudo nos sectores mais intensivos de potenciar a produção nacional. O BIC foi o banco que mais crédito concedeu à economia angolana, num período complexo e de incerteza, marcado pela desvalorização da moeda nacional, pela retracção do investimento nacional e estrangeiro e pela inflação galopante registada em 2021.

As famílias e apoios sociais foram também decisões marcantes da actividade do banco. O programa de responsabilidade social – CRESCER JUNTOS – surgiu na necessidade filantrópica, que está no ADN do BIC, em apoiar organizações, nomeadamente, ONGs cujas actividades estão viradas para apoiar projectos na área da educação, saúde e combate à pobreza, bem como outras vulnerabilidades sociais que afectam a maioria da população angolana. O apoio não é só financeiro mas, também, mobilizador da sociedade e das pequenas comunidades para projectos sem fins lucrativos. É uma plataforma social criada pelo BIC, alargada a empresas e organizações que queiram participar connosco neste investimento social.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a definição de uma estratégia disruptiva de desenvolvimento e transformação, nomeadamente ao nível do modelo de negócio do Banco. Quais são os próximos passos que a instituição dará considerando este paradigma?

Não basta ter mais clientes ou mais produtos. Precisamos de aumentar as parcerias entre o privado e o público, de forma à banca ser, também, um garante da inclusão e desenvolvimento de Angola. Uma banca forte fortalece a economia. Devemos colocar ao serviço de todos os clientes, sejam empresas ou famílias, os produtos bancários a custos mais baixos. A digitalização é uma via para reduzir custos e aumentar a interconexão do banco com os nossos clientes e a acessibilidade destes aos nossos produtos. O compromisso do Estado é fundamental para dar mais liberdade, responsabilidade e sustentabilidade à banca. A crise internacional, com a subida das taxas de juros e dos custos dos produtos, em países como Angola, em que 80 por cento destes são importados, limita o modelo de negócio. A produção nacional é insuficiente para inverter esta dependência, que não é de agora, mas que se agravou com a pandemia. A digitalização e a inclusão financeira que o BIC já começou a desenvolver, são passos seguros e prudentes que estamos a dar. Temos de acompanhar a evolução do mercado e ser flexíveis na adaptação de soluções para modelos de negócios que melhor sirvam e respondam às necessidades dos clientes, famílias e empresas.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das notas e moedas em poder do público em geral (tendo como base os Agregados Monetários publicados pelo BNA). Que medidas estão a ser considerados, ao nível de lançamento de produtos e serviços, com vista a contrair esta tendência e a fomentar a execução de um maior volume de transacções através do sistema financeiro formal?

A valorização da moeda nacional fez diminuir, consideravelmente, as transações do kz no mercado informal. A abertura de Contas Simplificadas, determinada o ano passado pelo BNA, fez regressar aos bancos uma parte significativa da moeda que circulava na rua. A moeda no mercado informal é uma parte do problema. É evidente que a economia informal está associada à pobreza. Para muitas famílias representa o sustento e sobrevivência. Em cidades como Luanda, o aumento demográfico provocou mais desemprego. É no combate à pobreza que está a solução.

Actualmente ambiciona-se, internacionalmente, um sector cada vez mais sustentável, inclusivo e digital. Para tal, quais serão os requisitos que deverão sustentar estes pilares num futuro próximo?

A gestão de risco dos mecanismos de controlo de gestão, asseguradas pela implantação do sistema SAGR, tem permitido um maior controlo na monitorização e rigor da aplicação das normas estabelecidas pelo supervisor do mercado bancário, o BNA, na gestão dos riscos do crédito.

Para além do grande impacto que a transformação digital está a ter nos mercados e sistemas financeiros, é cada vez mais importante na utilização de critérios de impacto Ambiental, de Sustentabilidade e de *Governance* (ESG) na gestão de todas as empresas e na vida de todos nós.

Do mesmo modo que se tem investido no desenvolvimento de Apps e novas tecnologias, para simplificar os serviços prestados e fornecer novos produtos ao mercado, de forma economicamente sustentável, temos todos a responsabilidade de avaliar e ter em consideração os processos de decisão de gestão. É essencial que seja avaliado também o impacto possível no ambiente, bem como as medidas necessárias para que essas iniciativas sejam feitas de uma forma sustentável e com respeito por todas as boas práticas e regras de boa governação. Os avanços tecnológicos registados na banca são relevantes. O estudo Tech Trends, apresentado pela Deloitte em 2021, aponta caminhos e desafios de eficiência e de maior segurança.

O banco BIC está comprometido com os avanços das tecnologias e da digitalização para prestar serviços mais eficientes aos seus clientes e aumentar a bancarização em todo o território nacional. Por isso, o BIC está empenhado em reforçar as competências na oferta de soluções e no desenvolvimento do negócio bancário mantendo o controlo do risco. A pandemia que afectou a vida de todos, trouxe à banca, uma mudança de estratégia de trabalho, recorrendo às ferramentas tecnológicas de informação a que não foi alheio o teletrabalho.

Banco Comercial do Huambo

Cristiana Lavrador

Presidente da Comissão Executiva



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais a instituição financeira que lidera se deparou? E quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

O regulador tem exigido muito dos bancos para que estejam em conformidade com o que o sistema financeiro internacional impõe. Isto ocorre há dois anos, tendo sido intensificado em 2022. Entendemos as exigências do regulador e trabalhamos em conjunto para concretizar este objectivo nacional. Esperemos que no próximo ano os bancos estejam mais libertos para se dedicarem aos negócios que a própria economia exige.

O BCH tem reforçado a sua actuação por forma a que, internamente, as equipas se foquem nas áreas de gestão, em resposta aos requisitos do regulador, e para que, em simultâneo, se encontrem preparadas para estarem mais atentas à área de negócio.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a definição de uma estratégia disruptiva de desenvolvimento e transformação, nomeadamente ao nível do modelo de negócio do Banco. Quais são os próximos passos que a instituição dará considerando este paradigma?

O sector financeiro tem criado várias exigências ao nível da evolução no modelo de negócio: quer pela utilização de tecnologias que estão constantemente a ser inovadas, quer pela mudança de comportamento e expectativas do cliente. O BCH tem implementado projectos de inovação tecnológica, que permitem otimizar os canais de atendimento ao cliente e melhorar a segurança cibernética. Estes projectos estão, naturalmente, adequados às necessidades dos clientes e aos riscos inerentes. Em simultâneo, o banco está atento à realidade da educação financeira da nossa população, nomeadamente associada à população do mercado informal e que não pode ser descurada neste ambiente de desenvolvimento e transformação.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das notas e moedas em poder do público em geral (tendo como base os Agregados Monetários publicados pelo BNA). Que medidas estão a ser considerados, ao nível de lançamento de produtos e serviços, com vista a contrair esta tendência e a fomentar a execução de um maior volume de transacções através do sistema financeiro formal?

A abertura de agências em locais onde o mercado informal é mais intenso, é uma medida que permite transformar o mercado informal, num mercado formal. Desta forma, o banco incentivará estas populações a aderir à realização de transacções através de sistemas de transferências bancárias, utilização de cartões de débito e terminais de pagamento automático. Neste sentido, o banco irá abrir uma agência no decorrer do ano de 2023, numa zona limítrofe e populosa de Luanda.

Actualmente ambiciona-se, internacionalmente, um sector cada vez mais sustentável, inclusivo e digital. Para tal, quais serão os requisitos que deverão sustentar estes pilares num futuro próximo?

Estas preocupações já são acolhidas pelo BCH desde a sua fundação. Estes temas têm sido mais abordados recentemente, e o banco tem também melhorado a sua actuação para cumprir com estes requisitos. Desde o primeiro dia, na nossa governança empresarial, temo-nos preocupado com as comunidades onde operamos, bem como com a optimização dos recursos naturais. Por exemplo, a adopção de políticas internas e boas práticas no seio do banco, permitem aos nossos trabalhadores ter um contributo relevante neste tema, o qual se manifesta na racionalização do consumo de água e de energia, bem como na gestão do uso do papel, priorizando-se o documento digital. Na contratação de recursos humanos fomos desde sempre muito inclusivos e apresentamos um rácio equilibrado no que respeita ao género.

O mundo irá evoluir a várias velocidades nesta matéria. Estamos cientes das particularidades da nossa sociedade, suas pessoas e cultura. Com a evolução da aplicação destas boas práticas na sociedade seremos mais vezes confrontados com desafios vindos da exigência dos nossos clientes, investidores e outros *stakeholders*. E isso é positivo. Há uma interacção contínua para que mantenhamos uma excelência operacional em conformidade com uma actuação que prime pela sustentabilidade. A nossa visão é incrementar o impacto positivo que geramos na sociedade. Está nas mãos da sociedade – e dos seus vários agentes – criar uma economia local, e global, mais próspera e sustentável.

Banco de Comércio e Indústria

Renato Borges

Presidente da Comissão Executiva



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais a instituição financeira que lidera se deparou? E quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

O Banco teve uma mudança muito importante, passando de um Banco Público para um Banco totalmente privado e, decorrente desse processo, tem havido vários desafios ao nível da estrutura da instituição, com um processo de transformação assente em cinco vectores-chave, nomeadamente a transformação digital, a reestruturação do capital humano, a racionalização dos custos, a dinamização dos negócios e o reforço do modelo de governação.

Assim, o Banco tem vindo a focar a sua transformação no sentido de aumentar a eficiência operacional, através da melhoria da gestão diária das operações, assim como reduzir os riscos operacionais e tecnológicos. Adicionalmente, o processo de reestruturação do capital humano vai-nos permitir ter uma melhoria nos serviços prestados aos clientes, assim como uma redução de custos estruturais, permitindo maior liquidez para investirmos na economia.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a definição de uma estratégia disruptiva de desenvolvimento e transformação, nomeadamente ao nível do modelo de negócio do Banco. Quais são os próximos passos que a instituição dará considerando este paradigma?

Desde já é necessário investirmos na mudança cultural do banco, em novos sistemas, em toda a infra-estrutura tecnológica e, sem dúvida, adaptarmos as necessidades do banco àquilo que é a sua estrutura. Hoje, temos uma estrutura pesada, que inibe

tudo o esforço comercial que possa ser feito para obter aquilo de que o accionista está à espera, que são resultados positivos. Deste modo, a nossa missão é garantir que o banco esteja dentro daquilo que são as boas práticas, tanto nacionais, como internacionais.

Neste sentido, tem de haver aqui maior optimização dos processos, do pessoal e da rede comercial. Essa optimização ao nível da rede comercial permitirá ao Banco, não obstante mantermos toda a presença a nível de todo o território nacional e de estarmos presentes em todas as províncias (pelo menos com um balcão ou uma agência), reinventar-se e apostar, possivelmente, na presença do BCI por via de ATM e quiosques, cuja oportunidade passa por ajudar o cliente em determinada localização com respostas a situações específicas.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das notas e moedas em poder do público em geral (tendo como base os Agregados Monetários publicados pelo BNA). Que medidas estão a ser considerados, ao nível de lançamento de produtos e serviços, com vista a contrair esta tendência e a fomentar a execução de um maior volume de transacções através do sistema financeiro formal?

No sector financeiro, no qual nos enquadrámos, é claro e notório o peso que a economia informal continua a ter no mercado, ao contrário das evoluções que têm vindo a ocorrer no passado mais recente, a pandemia COVID-19 originou um retrocesso na bancarização da população em geral. O Banco, conforme mencionado acima, continua a manter presença na totalidade das províncias angolanas, assim como continua comprometido

com o processo de bancarização e simplificação das suas abordagens. Mais, o BCI mantém-se focado, através do seu modelo de negócio, no Agronegócio, tudo para trazer esta franja da população ligada à agricultura familiar para a bancarização e, consequentemente, para o mercado formal.

Em suma, o objectivo do Banco ao estar relacionado com a agricultura, e com o sector primário, passa também pelo comprometimento em desenvolver a literacia financeira da população, duas missões que assumimos na nossa abordagem estratégica.

Actualmente ambiciona-se, internacionalmente, um sector cada vez mais sustentável, inclusivo e digital.

Para tal, quais serão os requisitos que deverão sustentar estes pilares num futuro próximo?

O sector financeiro é hoje uma das forças impulsionadoras deste paradigma que, gradualmente, se tem vindo a difundir no mundo de negócios, à escala global. Por tal, o Banco está já a ser mais sustentável, sendo que esse objectivo passa por uma grande responsabilidade a nível ético e regulamentar, mantendo assim um forte compromisso com as gerações futuras.

Para o futuro o BCI pretende que na sua missão, e no seu propósito, haja uma clara aposta na formação dos nossos colaboradores na implementação de práticas sustentáveis a nível social e ambiental, assim como uma extensão destes mesmos princípios aos seus parceiros e prestadores de serviços. Mais, é tão crucial para o Banco este ponto, que é certo que com a reestruturação tecnológica se vai conseguir contribuir para este processo de forma activa e relevante.

Banco Crédito do Sul

Rafael Kapose

Presidente da Comissão Executiva



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais a instituição financeira que lidera se deparou? E quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

O ano de 2021 foi um ano que consideramos como positivo na execução da nossa estratégia de consolidação de negócio e no aumento da consistência das nossas políticas em conformidade com a regulamentação em vigor. O nosso Activo total atingiu o marco importante de 130,8 mil milhões de kwanzas e a nossa carteira de depósitos cresceu 88,8%, demonstrando a nossa capacidade comercial em atingir uma base mais alargada de clientes. Um dos maiores desafios foi, certamente, o crescimento do nosso rácio do *cost-to-income* para 48%, devido à implementação do nosso processo de transformação tecnológica.

No que concerne a 2022, temos continuado a investir em mecanismos que permitem, não só garantir o cumprimento das exigências regulamentares dentro dos prazos definidos, como também a adopção das melhores práticas internacionais. Mais, com o envolvimento de todo o Conselho de Administração, temos acompanhado com proximidade o projecto de equivalência de Supervisão e Regulação iniciado pelo Banco Nacional de Angola em 2020.

Mantemos o foco do Banco na rentabilidade que entregamos aos nossos accionistas e na qualidade de serviço que caracteriza o BCS, sabendo, de antemão, que para atingirmos estes objectivos, temos de continuar a apostar na retenção do nosso talento, com políticas de capital humano adaptadas a esse desígnio.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a definição de uma estratégia disruptiva de desenvolvimento e transformação, nomeadamente ao nível do modelo de negócio do Banco. Quais são os próximos passos que a instituição dará considerando este paradigma?

O Banco na construção da sua caminhada desde cedo percebeu este paradigma. Por este motivo em 2021, unindo a visão dos accionistas e do Conselho de Administração, lançámos o nosso plano estratégico para o próximo quadriénio denominado “BCS 21.25”. O mesmo assenta em 5 eixos estratégicos, que norteiam já o nosso plano de trabalho interno no sentido de dar resposta aos nossos activos mais relevantes: os clientes e as nossas pessoas.

No que diz respeito aos clientes, estamos preocupados com a forma como os mesmos interagem com o Banco, procurando que o façam cada vez mais de forma remota, apostando na nossa plataforma tecnológica e na transaccionalidade dos nossos canais. Estamos ainda focados em simplificar as operações que são de uso mais frequente pelos nossos clientes, por intermédio da reengenharia de processos de modo a melhorar a experiência dos nossos clientes. Por último, estamos a preparar o processo de transformação da nossa marca para permitir o desenvolvimento e implementação de modelos de comunicação segmentada, por forma a adequar devidamente a mensagem e formato de comunicação a cada segmento que servimos e esperamos, assim, obter um reconhecimento e notoriedade mais elevados da marca BCS.

No que diz respeito às nossas pessoas, estamos a delinear novas políticas de capital humano, as quais pretendem ser transparentes e reflectir, de forma holística, o profissionalismo dos nossos colaboradores.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das notas e moedas em poder do público em geral (tendo como base os Agregados Monetários publicados pelo BNA). Que medidas estão a ser considerados, ao nível de lançamento de produtos e serviços, com vista a contrair esta tendência e a fomentar a execução de um maior volume de transacções através do sistema financeiro formal?

Como agente económico, temos um papel importante na participação do fomento à economia e na promoção da inclusão financeira. Para além de continuarmos a trabalhar na execução de uma das nossas iniciativas estratégicas – *Reforçar o posicionamento geográfico da marca BCS* – através da abertura de novos centros de negócios, temos, desde sempre, servido os clientes que nos procuram para a abertura de contas simplificadas no sentido de canalizar estes clientes para o sistema financeiro formal. É evidente que a rede de cartões Multicaixa contribui de forma importante para o fomento da formalização dos agentes económicos e, nesta matéria, segundo os dados da EMIS para os primeiros 9 meses do ano, o Banco teve um comportamento positivo crescente de 34,3 %, face ao período homólogo do ano passado. Adicionalmente, temos estado a desenvolver soluções de transaccionalidade digital para as empresas com TPA, que contamos brevemente lançar no mercado.

Actualmente ambiciona-se, internacionalmente, um sector cada vez mais sustentável, inclusivo e digital. Para tal, quais serão os requisitos que deverão sustentar estes pilares num futuro próximo?

A preocupação com a sustentabilidade é já também um facto na agenda do sistema financeiro nacional, com o Órgão Regulador a sinalizar a sua importância. Por outro lado, o facto de o nosso país ter assumido, igualmente, junto da Organização das Nações Unidas um conjunto de metas a alcançar dentro dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, a serem materializadas por intermédio do Plano Desenvolvimento Nacional 2018-2022, reforça a nossa responsabilidade em trabalhar de forma interessada para a edificação de uma banca mais responsável em termos sociais e ambientais.

Internamente, o Banco já deu um conjunto de passos concretos sobre esta matéria, nomeadamente: a aprovação dos objectivos que o Banco pretende seguir, considerando o nosso alinhamento estratégico e posicionamento corporativo. Um critério-chave para a sua selecção foi a nossa capacidade interna de

definir indicadores e métricas adequadas para o Banco, que permitissem o acompanhamento da nossa contribuição para os ODS em causa.

Por conseguinte, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) seleccionados pelo Banco são:

- ODS5 - Igualdade de Género;
- ODS8 – Trabalho decente e crescimento económico;
- ODS9 – Construir infra-estruturas resilientes e promover a indústria;
- ODS17 – Parcerias e meios de implementação.

Na senda deste alinhamento estratégico, em 2022, o BCS foi aceite como membro participante da iniciativa proposta pela Organização das Nações Unidas *Global Compact*, sendo, assim, a primeira instituição financeira bancária angolana a fazer parte. Esta iniciativa encoraja as empresas a adoptarem políticas de responsabilidade social corporativa e de sustentabilidade. Por último, para garantir uma divulgação da cultura de sustentabilidade, nomeámos um *ESG Officer*, responsável por garantir a operacionalização da política aprovada, mas também por assegurar as sessões formativas das nossas pessoas.

Banco de Desenvolvimento de Angola

Maria Do Carmo Bernardo

Presidente do Conselho de Administração



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais a instituição financeira que lidera se deparou? E quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

O ano de 2021, como se sabe, continuou a ser marcado por uma desaceleração acentuada da actividade económica mundial, causada fundamentalmente pelo impacto da pandemia do novo coronavírus, Covid-19. Para minimizar o impacto da pandemia no país, o BDA participou como principal financiador do Programa de Alívio Económico do Executivo angolano, que visou apoiar as empresas, com crédito bonificado, de modo a garantir a continuidade das suas operações.

Paralelamente, o BDA desenvolveu iniciativas para melhoria da qualidade dos activos e criou um programa de recuperação do crédito mal parado, sob o *slogan* “Vamos Resolver Juntos”. Com esta acção foi possível recuperar parte importante do crédito mal parado, na ordem de 314% comparado com o ano de 2020. Os sectores que contribuíram foram os da agricultura e pecuária, comércio, serviços e indústria transformadora.

Entretanto, a qualidade da carteira de crédito continua a ser um dos maiores desafios do Banco, mantendo, por isso esforços no sentido da sua evolução contínua. O Plano de Negócios do Banco contempla acções para melhoria constante no processo de análise e avaliação do processo de crédito.

Mais, no primeiro trimestre do ano de 2022, o Banco aumentou a sua capilaridade nas principais regiões produtivas do país, abrindo quatro agências regionais. Note-se, ainda, que o BDA operacionaliza o Programa de Apoio ao Crédito Reestruturado (PAC), com o objectivo de alavancar a actividade dos empresários nacionais, como forma de erguer as micro e pequenas empresas que foram profundamente afectadas com a pandemia Covid-19. Numa primeira instância foi disponibilizado o montante de 41

mil milhões de kwanzas, que era a meta do Executivo em Abril de 2022, prevendo-se que, até ao final do ano, o Banco venha a disponibilizar à economia valores superiores a 50 mil milhões de kwanzas.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a definição de uma estratégia disruptiva de desenvolvimento e transformação, nomeadamente ao nível do modelo de negócio do Banco. Quais são os próximos passos que a instituição dará considerando este paradigma?

Sendo o BDA um banco de desenvolvimento, que não capta depósitos, e não havendo uma legislação específica para o efeito, num contexto de escassez de recursos do nosso único accionista, o Estado, e, também, limitações de acesso ao MMI para a rentabilização dos nossos activos financeiros, torna-se mais desafiante acompanhar as evoluções que o mercado vai sofrendo. Este quadro obriga-nos a repensar o nosso modelo de negócio, bem como o Plano Estratégico, para o próximo quinquénio 2022-2027. Trabalho que está neste momento em curso no BDA.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das notas e moedas em poder do público em geral (tendo como base os Agregados Monetários publicados pelo BNA). Que medidas estão a ser considerados, ao nível de lançamento de produtos e serviços, com vista a contrair esta tendência e a fomentar a execução de um maior volume de transacções através do sistema financeiro formal?

Como banco de desenvolvimento, o BDA incorpora no seu *check list* a obrigatoriedade de o desembolso ser feito contra apresentação de factura, o que retira, de alguma forma, a possibilidade de termos valores livres à disposição dos mutuários e, em consequência, forçarem os levantamentos e utilizarem o numerário nas suas transacções.

Actualmente ambiciona-se, internacionalmente, um sector cada vez mais sustentável, inclusivo e digital. Para tal, quais serão os requisitos que deverão sustentar estes pilares num futuro próximo?

Trata-se, de facto, de uma oportunidade para dispor de novas ferramentas que facilitem a tomada de decisões e orientem uma agenda de desenvolvimento sustentável e inclusiva. O principal desafio é converter a revolução dos dados "*Data Revolution*" num potente estimulador de uma nova equação entre Estado, mercado e sociedade, com novas alianças entre os governos, sector privado, a academia e as organizações da sociedade civil. Outrossim, fomentar iniciativas inovadoras no marco do novo ecossistema digital e da agenda de desenvolvimento sustentável para o bem comum.

Banco Económico

Carlos Duarte

Presidente da Comissão Executiva



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais a instituição financeira que lidera se deparou? E quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

É do conhecimento geral que o Banco Económico passou por momentos desafiantes e que recentemente planeou e implementou alterações profundas na sua estrutura.

Aplicámos o programa de Avaliação da Qualidade de Activos, procedendo a ajustes significativos no valor dos activos. Trabalhámos para aprovar um Plano de Recapitalização e Reestruturação que permite superar muitos dos nossos desafios históricos, numa permanente cooperação com o supervisor. Acresceram dificuldades externas, como as impostas pela pandemia e pela volatilidade cambial. O ano de 2022 foi gasto a consolidar estes esforços e a enrobustecer o Banco.

Os resultados estão à vista. Somos hoje um Banco totalmente privado com um accionista único: um fundo de depositantes regulado pela Comissão de Mercado de Capitais. Uma mais-valia num ponto de vista regulatório e de estabilidade. Acabámos de anunciar resultados positivos de AOA 173,3 mil milhões após a aprovação das contas. A base de clientes aumentou 23% em média anual, apesar de todos os desafios referidos.

Mas nada disto se consegue isoladamente. Contámos com a extraordinária resiliência dos nossos clientes, colaboradores e demais interlocutores que nos permitiu superar dificuldades muito complexas. As autoridades públicas também nos proporcionaram um diálogo permanente, que nos permitiu rapidamente compreender e acomodar as suas exigências.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a definição de uma estratégia disruptiva de desenvolvimento e transformação, nomeadamente ao nível do modelo de negócio do Banco. Quais são os próximos passos que a instituição dará considerando este paradigma?

Estamos alinhados com essa premissa. O futuro passa pela transição digital, mas não uma qualquer. O nosso mercado tem especificidades próprias e essa transição tem efectivamente de corresponder a algo de prático, valioso e utilizável pelas pessoas.

Estamos a ultimar um plano estratégico que focará o Banco na inovação. O Banco já tem uma forte implantação digital. Fomos pioneiros em várias soluções e o nosso específico posicionamento cedo levou ao uso do *homebanking* por muitos clientes. Mas a transição digital não se esgota no *homebanking*. Há muito mais a fazer, até no incremento generalizado da literacia digital.

Grande parte da população angolana é jovem e, a médio prazo, a nossa base de clientes preterirá a interacção física a favor da digital. Isto não significa que as agências se tornarão obsoletas: poderão ser *hubs* de interacção digital com os clientes, à semelhança do que já sucede noutras latitudes, em que experiências diversificadas são proporcionadas nesses locais.

Numa perspectiva mais interna, note-se que damos bastante atenção ao domínio aplicacional, por exemplo. Queremos processar mais operações em menos tempo e com mais segurança. E isto leva-nos à cibersegurança, que levamos muito a sério. Temos plataformas que consideramos seguras, mas as novas realidades são dinâmicas e, sem um investimento permanente, não conseguiremos superar os desafios por elas trazidos.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das notas e moedas em poder do público em geral (tendo como base os Agregados Monetários publicados pelo BNA). Que medidas estão a ser considerados, ao nível de lançamento de produtos e serviços, com vista a contrair esta tendência e a fomentar a execução de um maior volume de transacções através do sistema financeiro formal?

Esses desafios existem transversalmente no mercado. O posicionamento do Banco, no seu segmento preferencial, nunca os tornou num problema para nós. Somos um Banco com pouca interacção com a chamada economia informal. Mas este facto não nos leva a descurar a contribuição que podemos dar para a concretização das políticas monetárias públicas nesse domínio.

Como já referi, estamos a ultimar um plano estratégico plurianual, que contemplará o lançamento de novos produtos e a reestruturação de outros. Por exemplo, a cotação de sociedades angolanas na bolsa é já um dado adquirido e a partir deste ponto só evoluirá. Queremos ser um interlocutor preferencial nesse domínio, tendo já lançado iniciativas para a criação de uma plataforma de distribuição de valores mobiliários.

A um nível mais próximo à economia tradicional, queremos apostar em pequenas e médias empresas de elevado potencial de crescimento e acompanhá-las no seu percurso. Aquelas que demonstrem estratégia e capacidade bastantes para nos considerarmos mutuamente parceiros.

Os produtos a elas dirigidos não passam necessariamente por financiamentos. Existem vários instrumentos de utilização mais granular que ajudam, em muito, estas empresas. Estamos a pensar no domínio da gestão da tesouraria, dos meios de pagamento e de uma maior facilidade no acesso aos instrumentos de poupança e investimento.

Actualmente ambiciona-se, internacionalmente, um sector cada vez mais sustentável, inclusivo e digital. Para tal, quais serão os requisitos que deverão sustentar estes pilares num futuro próximo?

Diria, no fundamental, a capacidade de mudar. O primeiro passo é a efectiva vontade de o fazer. O mundo globalizado tornou-se muito volátil. As certezas de hoje são incertezas amanhã, como ainda vimos com a recente guerra na Ucrânia. De forma que a vontade e a capacidade de rapidamente mudar vão determinar as instituições que estarão por cá no futuro.

O Banco Económico tem estas qualidades. Desde logo porque conhece a alta do mercado, mas também os mais complexos desafios que ele por vezes coloca. Pela dura experiência, criámos uma resiliência que não teríamos em condições continuamente favoráveis. Assim, também entendemos melhor as adversidades enfrentadas pelos nossos clientes. Acresce uma equipa relativamente jovem, alinhada com o que será o futuro das necessidades dos clientes e as soluções que procurarão.

De forma que a internacionalidade, a digitalização e a inclusão, aliada à responsabilidade social, serão pilares fundamentais no nosso plano estratégico. Não repetiremos os passados modelos de negócio. Mas este objectivo não é fácil de alcançar. O mercado ainda tem desafios de bancarização, de literacia financeira e de liquidez. Mas quero acreditar que o progresso depende do nosso impulso.

Banco de Fomento Angola

Luís Gonçalves

Presidente da Comissão Executiva



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais a instituição financeira que lidera se deparou? E quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

Os últimos anos foram particularmente desafiantes para a generalidade das organizações, e a Banca não é excepção. Para além dos efeitos da Pandemia Covid-19, que se estenderam para além das expectativas iniciais, quando o Mundo se preparava para o regresso à normalidade, surge o conflito armado no Leste Europeu que gerou um conjunto de novos desafios e um referencial de maior incerteza – volatilidade no preço de matérias-primas, com destaque para a Energia e não só, o que gerou mais volatilidade no mercado e um aumento generalizado dos preços nas economias a nível mundial.

Num contexto de maior incerteza, regra geral, as instituições adoptam medidas que permitam uma melhor avaliação das opções e alternativas, nomeadamente ao nível do controlo de custos, mitigação dos riscos e, também, optimização dos processos internos que permitam uma maior agilidade, resiliência e foco em termos de prioridades.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a definição de uma estratégia disruptiva de desenvolvimento e transformação, nomeadamente ao nível do modelo de negócio do Banco. Quais são os próximos passos que a instituição dará considerando este paradigma?

Tendo em conta as tendências no sector financeiro – gestão ágil, comunidades, *big data* e *analytics*, inteligência artificial e *machine learning*, *cloud* e arquitectura baseada em componentes – o BFA tem investido no suporte da sua infra-estrutura tecnológica, no reforço de canais de relacionamento com os Clientes,

aproximando-se progressivamente de uma visão *Omnicanal*, onde o Cliente escolhe, em cada momento, o canal mais conveniente para se relacionar com o Banco.

Essa transformação permite que estejamos aptos a propor soluções diferenciadas para cada perfil de Cliente, que vão além das necessidades bancárias tradicionais ou convencionais, com objectivo de melhorar a sua experiência, contribuindo assim para a promoção de um relacionamento mais duradouro.

No BFA acreditamos que “Pessoas” motivadas e comprometidas tornam os Clientes mais satisfeitos e leais, o que resulta em mais rentabilidade e prosperidade para todos os *stakeholders* com os quais o Banco se relaciona e, consequentemente, em mais investimento e retorno para Sociedade. Deste modo, o Banco tem apostado no desenvolvimento e crescimento das suas “Pessoas” para garantir que possam estar mais capacitadas para enfrentar melhor os desafios.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das notas e moedas em poder do público em geral (tendo como base os Agregados Monetários publicados pelo BNA). Que medidas estão a ser considerados, ao nível de lançamento de produtos e serviços, com vista a contrair esta tendência e a fomentar a execução de um maior volume de transacções através do sistema financeiro formal?

Na minha opinião, o aumento do peso da economia informal no nosso contexto macroeconómico é um problema estrutural, que resultou do quadro recessivo dos últimos anos e, claro, as restrições impostas pela pandemia da Covid-19 vieram agravar ainda mais este quadro.

Num cenário de perda de rendimento e numa economia como a nossa, o mercado informal surge, à partida, como uma alternativa para que os agentes económicos possam satisfazer as suas necessidades de consumo. É no mercado informal que os consumidores têm mais capacidade para negociar preços e quantidades, de acordo com o seu poder aquisitivo. E, nessa realidade, o numerário é o meio de pagamento mais utilizado.

Os Bancos são um *player* relevante para inversão desta tendência, por via da oferta de produtos e serviços que possam dar resposta às necessidades deste segmento de Clientes, mas na minha opinião, este tema exige um esforço concertado de todos os actores do mercado, nomeadamente das autoridades angolanas responsáveis pela implementação das políticas macroeconómicas.

Actualmente ambiciona-se, internacionalmente, um sector cada vez mais sustentável, inclusivo e digital.

Para tal, quais serão os requisitos que deverão sustentar estes pilares num futuro próximo?

Estou convicto de que, a transformação digital é vital para a melhoria dos processos internos nas instituições e, consequentemente, para a melhoria da experiência do Cliente e aumento da literacia e inclusão financeira.

A abordagem ESG (*Environmental, Social and Governance*) tem ganho cada vez mais relevância a nível mundial e muito em breve, se tornará um dos temas mais dominante nas definições estratégicas das instituições, empresas e países.

É inquestionável que, a pressão regulamentar para a gestão dos riscos ESG, as mudanças nas necessidades dos Clientes a longo prazo e a capacidade de inovação e adaptação da oferta de produto às suas expectativas, são alguns dos princípios orientadores da transformação dos serviços financeiros em prol de uma maior prosperidade económica, inclusão social e regeneração ambiental.

De facto, não posso estar mais de acordo com Peter Drucker, quando afirmou que “não haverá uma empresa saudável que possa prosperar num mundo doente”. É imperioso que as instituições integrem na sua cadeia de valor e modo de actuação formas de mitigar riscos ambientais, sociais e de modelo de governo. O grande desafio e requisito, na minha opinião, é que as soluções e/ou os modelos ESG a adoptar não estejam descontextualizados da realidade económica e social dos mercados onde essas instituições operam.

Banco de Investimento Rural

Generoso de Almeida

Presidente do Conselho de Administração



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais a instituição financeira que lidera se deparou? E quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

No ano de 2021 ainda se sentiram os efeitos da pandemia, particularmente pelo surgimento de novas variantes da Covid-19, que afectaram a actividade dos diversos agentes económicos, contudo foi notória a retoma nos últimos meses do ano.

Este período foi igualmente marcado pela evolução positiva dos indicadores fiscais e um contexto económico mais favorável. O Kwanza apreciou 15% face ao dólar, invertendo a tendência dos três anos anteriores. Apesar disso, a inflação manteve-se em níveis muito elevados.

Nos últimos meses temos registado um maior dinamismo da economia e uma evolução favorável da generalidade dos indicadores macroeconómicos, sendo de destacar a tendência de redução da inflação e respectiva convergência com o objectivo estabelecido pelo Executivo.

Os desafios mais relevantes com os quais o BIR se deparou durante o período em análise residiram essencialmente em: i) elevar a qualidade do serviço e melhorar a experiência do cliente; ii) implementar nova regulamentação; e iii) manter a tendência de crescimento.

Para elevar a qualidade do serviço e melhorar a experiência do cliente foram feitos investimentos relevantes ao nível tecnológico, sendo de destacar os projectos do *Customer Relationship Management* (CRM) e *Mobile Banking*. O processo de implementação de nova regulamentação resultou no reforço das equipas, particularmente das áreas de controlo, para fazer face às crescentes exigências de reporte. Para manter a tendência de crescimento o BIR tem alargado a sua base de clientes e reforçado a sua oferta de produtos e serviços.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a definição de uma estratégia disruptiva de desenvolvimento e transformação, nomeadamente ao nível do modelo de negócio do Banco. Quais são os próximos passos que a instituição dará considerando este paradigma?

A pandemia veio, sem sobra de dúvidas, acelerar o processo de transformação digital nas organizações e em particular no sector financeiro.

Algumas alterações que se anteviam necessárias e inevitáveis, que já eram uma realidade noutros sectores e que, provavelmente, levariam alguns anos a serem implementadas na Banca, com o advento da pandemia passaram a estar no topo das prioridades das instituições financeiras.

O BIR, acompanhando as novas tendências e evoluções do sector, procedeu à revisão do seu plano estratégico, tendo estabelecido as seguintes prioridades:

- i) apostar no reforço das competências digitais, visando facilitar o acesso dos clientes ao Banco e melhorar a sua experiência, simplificar e digitalizar os processos, permitindo ganhos de eficiência e redução de riscos operacionais e disponibilizar novos produtos e serviços personalizados;
- ii) reforçar os investimentos em cibersegurança;
- iii) continuar a dinamizar o modelo de negócio de banca comercial, com enfoque nos segmentos *corporate* e *large corporate* e desenvolver um negócio de banca de investimento, com foco no capital de risco alocado a projectos de substituição de importações e dinamização de exportações;
- iv) manter uma gestão de risco criteriosa;

v) desenvolver e reter o talento, reforçando competência e envolvendo os colaboradores na execução da agenda estratégica do Banco.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das notas e moedas em poder do público em geral (tendo como base os Agregados Monetários publicados pelo BNA). Que medidas estão a ser considerados, ao nível de lançamento de produtos e serviços, com vista a contrair esta tendência e a fomentar a execução de um maior volume de transacções através do sistema financeiro formal?

Apesar dos esforços empreendidos pelas instituições financeiras ao longo dos últimos anos, ao nível da inclusão financeira e disponibilização de meios de pagamento, ainda não foi possível reduzir significativamente o peso da economia informal. A contínua aposta na literacia financeira por forma a reduzir as barreiras à inclusão e o desenvolvimento de um ecossistema robusto de *mobile money*, poderão ser a chave para contrariar esta tendência.

Actualmente ambiciona-se, internacionalmente, um sector cada vez mais sustentável, inclusivo e digital. Para tal, quais serão os requisitos que deverão sustentar estes pilares num futuro próximo?

Consciente do seu papel no processo de transição para um futuro mais sustentável, os Bancos têm vindo a ajustar os seus modelos de negócio, incorporando critérios ambientais, sociais e de governança na sua actividade, por forma a atender às expectativas dos diferentes *stakeholders*, cada vez mais conscientes e exigentes, e responder às exigências regulamentares.

Entendemos que para que o sector possa contribuir, efectivamente, para um futuro mais sustentável é crucial que todos os *players*, sem excepção, coloquem o tema da sustentabilidade nas suas agendas estratégicas.

É crucial ter boa *governance* e cultura empresarial para riscos relacionados com ESG, definir estratégias e estabelecer objectivos para estes riscos, na relação com os clientes, enquanto entidade financiadora e prestadora de serviços, criando oferta diferenciada para projectos amigos do ambiente e reforçando os investimentos na digitalização dos processos, na relação com os fornecedores, identificando parceiros que partilhem os mesmos valores, nas decisões de investimento, procurando reduzir a

sua pegada ecológica e optando por soluções ambientalmente responsáveis, na relação com os colaboradores, promovendo o bem-estar, a diversidade e a inclusão.

Adicionalmente é fundamental divulgar que iniciativas estão a ser implementadas e quais os progressos alcançados.

Banco Keve

Dalila da Silva

Presidente do Conselho de Administração



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais a instituição financeira que lidera se deparou? E quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

Os últimos dois anos têm sido de grandes desafios para o sistema financeiro nacional, como um todo, não obstante a recuperação do preço do barril do petróleo. O Governo encetou um conjunto de medidas, cujo objectivo foi de mitigação e/ou protecção de uma queda abrupta das reservas internacionais líquidas, nomeadamente:

- A liberalização do mercado cambial que originou a desvalorização do kwanza face ao dólar e ao euro, com forte impacto na redução das importações;
- Políticas restritivas no acesso ao mercado cambial, com fortes entraves no acesso ao financiamento de compra de divisas através do crédito.

Em paralelo, o Keve – tal como os outros Banco - foi submetido e tem estado a adequar-se à um conjunto de metodologias e procedimentos que suportam o processo de revisão e avaliação do supervisor (SREP), no âmbito do processo de reconhecimento de equivalência da regulação e supervisão angolana aos padrões da União Europeia.

Face a este cenário, como forma de salvaguarda do seu posicionamento no mercado, o Banco encontra-se em um processo de reestruturação profunda, que se deu início em Setembro de 2021, cujas principais medidas adoptadas foram:

- Capitalização em Kz 10 mil milhões, com a entrada de fundos frescos;
- Reestruturação do Capital Humano, com recrutamento de quadros qualificados para as áreas críticas do Banco;
- Alteração do modelo de governação, de forma a melhorar os processos internos alinhados às melhores práticas;

- Redimensionamento da rede comercial, com encerramento de balcões, que permitiu poupanças significativas nas principais rubricas de custo;
- Reposicionamento do modelo de negócio, com relançamento da actividade comercial, com maior incidência nos segmentos *Corporate* (sectores de *Oil&Gas* e mineiro) e Institucionais, e reforçando a presença no mercado monetário interbancário;
- Forte campanha na recuperação de crédito;
- Investimento em *hardware* e *software*, de forma a suportar a estrutura, mitigar riscos pela autonomização dos processos e elevar a capacidade de resposta do Banco perante os seus Clientes.

Estas medidas têm permitido reforçar a qualidade do nosso Balanço e dos Fundos Próprios para níveis satisfatórios, conseguindo enquadrar os indicadores macro prudenciais decorrentes das alterações normativas.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a definição de uma estratégia disruptiva de desenvolvimento e transformação, nomeadamente ao nível do modelo de negócio do Banco. Quais são os próximos passos que a instituição dará considerando este paradigma?

Um dos principais desafios da Instituição, dada a evolução do negócio, das necessidades dos Clientes e ambiente concorrencial, passa pela exigência e definição de um novo modelo de negócio, baseado no presente e com visão futura do País, respondendo assim às necessidades do mercado e visando retorno aos accionistas.

Como tal, temos como objectivo reposicionarmos a nossa operação de *mass market* para banca corporativa. Ao mesmo tempo, face as oportunidades que o país oferece e o perfil de grande parte da população, criar soluções financeiras para o agronegócio.

Adicionalmente, o Keve ser o parceiro financeiro ideal com uma oferta de produtos adaptados ao ciclo de actividade da empresa e inovadores, como Fundos, permitindo gerar eficiência fiscal aos Clientes. Vamos apostar forte na dinamização da banca electrónica, com soluções competitivas a nível de TPAs, *Gateway* de pagamento e Cartões kwanza Afinnity.

Teremos uma aposta forte em soluções de *Trade Finance* adaptadas às necessidades das empresas visando assegurar que os fluxos de liquidez, *inflows* e *outflows*, são ajustados em termos de *timing*, facilitando assim a dinamização negócio dos Clientes e do Banco.

É nosso entendimento que com estas acções seremos reconhecidos, a breve trecho, como um relevante parceiro financeiro das empresas angolanas.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das notas e moedas em poder do público em geral (tendo como base os Agregados Monetários publicados pelo BNA). Que medidas estão a ser considerados, ao nível de lançamento de produtos e serviços, com vista a contrair esta tendência e a fomentar a execução de um maior volume de transacções através do sistema financeiro formal?

Consideramos que situação requer uma abordagem dinâmica de todo o sistema bancário nacional, visto que a captação de recursos é uma das nossas principais actividades. O Banco Keve, tem de facto sido um actor importante nesta missão de trazer para o mercado formal cada vez mais população face aos baixos níveis de bancarização em Angola.

Desde os primeiros meses da nova gestão, o Banco Keve identificou a necessidade de massificar os terminais de pagamento (POS), caixas automáticos (ATM) e produtos de poupança (Depósitos a Prazo), com maturidades e taxas que em nosso entendimento são atractivas para a maior parte dos Clientes, dado o volume de adesão a que se assistiu.

Na nossa opinião, na vertente da massificação, existe ainda espaço para explorar os produtos e serviços bancários ditos tradicionais, por via da personalização para determinado cliente ou adequação dos produtos às características do grupo-objectivo que se pretende atingir.

Na vertente da inovação, outra medida que deverá ser considerada é a cada vez maior utilização de dinheiro electrónico que funcione dentro do sistema do Banco Central, e que seja adaptado à realidade do país, o que permitirá gerar um ambiente de desmaterialização das transacções que, sendo um movimento muito recente em Angola, tem sido massificado tanto por instituições financeiras não bancárias, instituições financeiras e operadoras de telefonia móvel, aqui nas vestes de sociedades prestadoras de serviços de pagamento.

Actualmente ambiciona-se, internacionalmente, um sector cada vez mais sustentável, inclusivo e digital. Para tal, quais serão os requisitos que deverão sustentar estes pilares num futuro próximo?

O *digital & mobile* são actualmente determinantes na reinvenção da indústria bancária. Esta tendência está a ser impulsionada pela crescente adopção de novas tecnologias e pelas mudanças no comportamento dos Clientes. Portanto, toda a experiência bancária está a ser completamente redesenhada ao longo de

toda a sua cadeia de valor e a pandemia apenas veio a reforçar e a acelerar ainda mais esta tendência.

Angola tem evidentes e conhecidos problemas a nível de comunicações e energia, mas a realidade é que a inclusão de *smartphones* no mercado é enorme e, tanto as políticas do BNA, como a entrada de novos *players* no sector de comunicações móveis no País, vai igualmente acelerar este processo, dado o aumento da concorrência e, espera-se, da redução de custos.

É neste contexto, portanto, que o Banco deve acelerar neste novo ciclo, a sua presença digital, pelo que prevemos um forte investimento a este nível focando-se em transformar a experiência dos Clientes em 4 níveis:

- Disponibilização de serviços bancários de forma mais conveniente. O acesso digital à conta e diferentes ofertas permite uma disponibilização generalizada e ininterrupta, de forma simples, intuitiva e transparente;
- Disponibilização de soluções móveis de pagamento, facilitando o acesso da população aos serviços bancários, mas igualmente como forma de dinamizar negócio dos Clientes Empresas do mercado informal, onde hoje se movimentam valores significativos – pagamentos móveis;
- Segurança, que assume uma relevância cada vez maior, exigindo uma gestão responsável dos dados e das informações pessoais, para além de melhor prevenção de fraudes;
- Aconselhamento financeiro, que através destas novas ferramentas pode ser disponibilizado a uma base mais alargada de Clientes. Igualmente os serviços prestados podem ser personalizados, aproveitando toda a informação recolhida.

Ambicionamos migrar uma parte significativa das operações para canais digitais, num modelo *self-service*, permitindo a todo o tempo que o Cliente acompanhe as suas operações e tenha noção do serviço prestado. Esta mudança radical, colocará aos serviços do banco grandes exigências, mas será seguramente um serviço que nos distinguirá da concorrência.

Esta aposta, visa igualmente controlo de custos e mitigação de risco operacional, dado que ao mesmo tempo que facilita o acesso dos Clientes aos serviços, coloca igualmente o processamento das operações sob sua responsabilidade.

Banco Millennium Atlântico

Miguel Raposo Alves

Presidente da Comissão Executiva



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais a instituição financeira que lidera se deparou? E quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

O nosso Plano estratégico PHIT 2.4, que define a nossa visão para 2024, procura dar resposta aos principais desafios que nos são colocados, tendo sempre presente que, como fim último da nossa actividade, pretendemos prestar uma experiência de excelência ao Cliente. Acreditamos que, conseguindo potenciar o Talento, a Inovação e o uso da Informação, conseguiremos servir Clientes com excelência e maximizar o valor gerado para a Sociedade. Para o efeito, o nosso foco tem passado por implementar medidas que nos permitam alcançar a seguinte ambição:

- Ser uma organização que reconhece e potencia as Pessoas, o seu principal activo;
- Fazer um uso eficiente da tecnologia para servir melhor Clientes e Talentos;
- Ser uma organização alicerçada na informação e na extracção do seu valor para o Cliente;
- Servir em maior escala com foco no Cliente e na rentabilidade;
- Alcançar uma estrutura financeira cada vez mais sólida e promover uma cultura de risco.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a definição de uma estratégia disruptiva de desenvolvimento e transformação, nomeadamente ao nível do modelo de negócio do Banco. Quais são os próximos passos que a instituição dará considerando este paradigma?

A definição e implementação de uma estratégia de transformação é de facto desafiante. Contudo, e em nosso entender, é o caminho que melhor nos permite potenciar as muitas oportunidades que esta constante alteração de paradigma também nos oferece. Esta profunda convicção é o alicerce da nossa visão, que se materializa depois em um dos pilares em que assenta a nossa estratégia: a transformação do modelo de negócio, conferindo-lhe escalabilidade para servir mais e melhor os Clientes. Iremos estar focados cada vez mais na Inovação digital, através da (i) digitalização de processos, sendo que ao dia de hoje mais de 60% dos nossos processos *core*, de serviço ao Cliente, já são digitais; (ii) disponibilização de serviços em *selfbanking* com total autonomia para os Clientes e em alta disponibilidade, com o modelo ATLANTICO 24 horas já disponível em 63% das nossas agências; e (iii) promoção de canais digitais, em que mais de 40% dos nossos Clientes activos já são digitais, mas também de outros canais alternativos às tradicionais agências bancárias, como por exemplo, uma rede agentes bancários de proximidade, que já conta com mais de 2.000 pontos de venda.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das notas e moedas em poder do público em geral (tendo como base os Agregados Monetários publicados pelo BNA). Que medidas estão a ser considerados, ao nível de lançamento de produtos e serviços, com vista a contrair esta tendência e a fomentar a execução de um maior volume de transacções através do sistema financeiro formal?

Um dos eixos de actuação da nossa estratégia, em linha inclusivamente com os parâmetros ESG que estamos a adoptar, consiste em adequar o nosso modelo de negócio ao aumento da bancarização. O ATLANTICO é hoje um banco multi-segmento, tendo uma estratégia rigorosamente definida para cada um dos diferentes segmentos do nosso mercado. Temos, assim, uma oferta adequada também para particulares e negócios de baixa renda, que tipicamente não encontram resposta para as suas necessidades no sistema financeiro formal clássico. O *400# Agiliza, implementado desde o final de 2019, traz a resposta às principais necessidades deste segmento, com o facto interessante de ter vindo a ser adoptado também por outros dos nossos segmentos, o que demonstra a sua utilidade e versatilidade. Esta plataforma assenta em 3 pilares:

- Plataforma digital escalável, que permita efectuar as principais operações bancárias através de qualquer tipo de telemóvel, sem necessidade de acesso à internet e sem consumo de saldo;
- Rede de agentes bancários de proximidade, que permita que este segmento possa realizar as principais operações bancárias do dia-a-dia, incluindo depósitos e levantamentos, em geografias e espaços em que se sintam cómodos;
- Rede de comerciantes que aceite pagamentos através da plataforma digital *400# Agiliza, conferindo maior comodidade e segurança na realização dos pagamentos do dia-a-dia.

Actualmente ambiciona-se, internacionalmente, um sector cada vez mais sustentável, inclusivo e digital. Para tal, quais serão os requisitos que deverão sustentar estes pilares num futuro próximo?

Mais do que uma ambição, actualmente, estes pilares são já uma realidade no mundo e estão a entrar agora também na agenda em Angola. Na nossa visão, ser sustentável e inclusivo não é um fim em si, é uma forma de estar das instituições, das suas Pessoas. De facto, a consciência que as empresas têm

uma responsabilidade para além do lucro não é nova, mas a noção que estas duas dimensões (o lucro vs outros impactos não económicos) não são mutuamente exclusivas e que, se combinadas, geram mais valor, é uma visão que só recentemente tem vindo a ganhar força no âmbito do paradigma ESG. Para o efeito é fundamental que as empresas desenvolvam o sentido de Propósito, requisito chave e central, e restructurem nesse alinhamento a organização em todas as suas dimensões. Essa transformação segue um conjunto de metodologias, que incluem a selecção pela empresa sobre quais os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas em que se querem focar, e, posteriormente, a actuação em dimensões como cultura, modelo de negócio, oferta comercial, políticas de gestão de talento, sistemas de medição de geração de impactos não financeiros, etc. De todas estas dimensões, emerge como figura central a transformação pela componente do Governo: o factor "G" do ESG. Pretende-se que este processo de transformação das organizações tenha um efeito na sua própria esfera de actuação, mas seja também um factor indutor de mudança em todos os seus *stakeholders*, desde os Clientes aos fornecedores. Um exemplo da materialização deste paradigma no ATLANTICO foi o desenvolvimento da plataforma *400# Agiliza, que abordámos acima, que integra a nossa estratégia mais global para contribuir para a bancarização do país, ao proporcionarmos as ferramentas necessárias para integrar a economia informal no sector financeiro: criando valor económico, ao mesmo tempo que geramos impactos não-financeiros.

Banco de Negócios Internacional

Mário Palhares

Presidente da Comissão Executiva



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais a instituição financeira que lidera se deparou? E quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

Durante o ano de 2021, no seguimento do ocorrido em 2020 e, porque o ritmo de cobertura vacinal contra a pandemia da Covid-19 no continente Africano foi, e é, menos intenso que noutras partes do mundo, o Banco BNI continuou a desenvolver e implementar planos de contingência adequados às evoluções que se iam verificando, no que respeita às diferentes variantes de contágio.

Em termos concretos, reformulámos e demos continuidade ao plano de execução de teletrabalho, bem como a divisão das equipas de trabalho presencial, por sectores e localizações diferentes, acautelando um *backup* de cada área, bem como horários expeditos, mais curtos e, quando necessário, por turnos.

Noutro prisma, interligado ao descrito, o Banco BNI concretizou em 2021, e durante o ano de 2022, o seu plano de investimento na inovação e funcionalidade dos seus canais de atendimento remoto, com incidência no seu site institucional, App's particulares e para empresas, e na robustez da sua carteira digital, Guita.

Por outro lado, também efectuou a adaptação dos seus canais presenciais, de forma gradual e faseada, dotando algumas unidades de negócio de serviços de acesso autónomo e digital, quer para o segmento rede, quer para o segmento *corporate*.

Essa adaptação tecnológica consubstanciou-se, em concreto, no apetrechamento de serviços com maior automatização, através da disponibilização de máquinas de levantamento, máquinas de depósito e terminais de contacto digital, como o contacto telefónico com o nosso *contact center*.

Estes serviços estão disponíveis nas nossas unidades de negócio 24 sobre 24h, tendo exigido do Banco BNI um reforço qualitativo do nosso capital humano, através de acções de formação dos nossos colaboradores no *contact center*, por áreas de especialidade de negócio, para fazer face a uma maior e mais exigente resposta às necessidades dos nossos clientes.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a definição de uma estratégia disruptiva de desenvolvimento e transformação, nomeadamente ao nível do modelo de negócio do Banco. Quais são os próximos passos que a instituição dará considerando este paradigma?

O Banco BNI, no seguimento da resposta anterior onde me antecipei a esta segunda questão, está preparado para esse paradigma que, pela especificidade do País, associa o desafio tecnológico, ao desafio do propósito de aumento dos níveis de bancarização e ainda à inclusão financeira. É certo que temos uma população predominantemente jovem, mas que necessita de especial acompanhamento presencial, tudo por forma a que pedagógica, e gradualmente, se consiga dotar a população de literacia financeira e, assim, provermos os nossos clientes de opções variadas, de exigência de automatização diferente, com maior ou menor apoio de atendimento presencial.

Queremos de facto, não só liderar o ritmo das transformações, mas tão mais importante, não deixar ninguém para trás nesta marcha que exige de todos o melhor para melhores condições para todos.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das notas e moedas em poder do público em geral (tendo como base os Agregados Monetários publicados pelo BNA). Que medidas estão a ser considerados, ao nível de lançamento de produtos e serviços, com vista a contrair esta tendência e a fomentar a execução de um maior volume de transacções através do sistema financeiro formal?

É com muito gosto que reforço que o Banco BNI está preparado para esse desafio, sendo que já se tem vindo a preparar há algum tempo, na partilha da liderança destes desafios.

Não esqueçamos que fomos um dos primeiros *players* bancários angolanos, introduzimos o conceito de carteira digital através do “BNIX”. Agora aprimorado com um *rebranding* e *upgrade* de funcionalidades, o “Guita”.

A nova realidade trouxe-nos outras exigências, bem como a necessidade contínua de, proactivamente, nos adequarmos às premissas actuais da matriz de decisão de negócio, que passa pela celeridade e qualidade de informação, atendimento remoto e contínuo, sem fusos horários. Estas características de interligação total de mercados têm como pretensão suprir quaisquer distâncias físicas, tudo por forma a conseguir corresponder às expectativas do cliente mais informado, mais interessado, mais opinativo e interventivo.

Posto isto, cabe-nos afirmar que a diversificação de serviços personalizados e interligados com diferentes parcerias, permite uma oferta sinérgica com imensas mais-valias de diferentes ordens para o cliente, que pretende o máximo de comodidade e eficiência no serviço obtido.

Actualmente ambiciona-se, internacionalmente, um sector cada vez mais sustentável, inclusivo e digital. Para tal, quais serão os requisitos que deverão sustentar estes pilares num futuro próximo?

De forma muito objectiva e convicta, posso afirmar que as características diferenciadoras que determinam uma decisão, e uma escolha, do cliente sobre com quem quer estabelecer uma relação de trabalho a nível bancário, quer de cariz particular ou empresarial, são:

- a qualidade de serviço;
- as soluções tecnológicas ao seu dispor; e
- a solidez financeira e boas práticas da instituição.

Estes 3 vectores permitem que o cliente actual, atento e conhecedor, faça as suas escolhas com ponderação e privilegie, quase sempre, quem oferece mais celeridade, informação mais clara e completa, mas concisa, porque objectivamente as rentabilidades, racionalidades de custos, e níveis de risco, hoje em dia, são primordiais, tanto para o Banco, como para o cliente.

Banco Sol

Teodoro da Paixão Franco

Presidente da Comissão Executiva



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais a instituição financeira que lidera se deparou? E quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

Os últimos tempos foram muito desafiantes. O Banco Sol prestou uma especial atenção à solidificação da estrutura do balanço, à melhoria da rentabilidade, ao rácio de eficiência, à componente tecnológica e ao controlo interno.

Nesta perspectiva, foram desenvolvidas acções conducentes à melhoria qualitativa dos activos, onde fizemos uma forte aposta na carteira de títulos de dívida pública, reforçámos e aumentámos, significativamente, a qualidade das garantias prestadas pelos clientes, assim como fizemos uma revisão do preçário, procedemos à revitalização de clientes adormecidos, o atendimento aos cliente conheceu melhorias, uma vez que aumentamos a nossa capacidade de resposta por via dos serviços prestados e da celeridade impressa na resposta dos temas colocados. Seguimos com o processo de optimização da estrutura de custos e empreendemos acções formativas para os nossos colaboradores, sobretudo da rede comercial. Marcou ainda a nossa acção neste período, um forte investimento em tecnologias, segurança cibernética e investimentos no controlo interno.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a definição de uma estratégia disruptiva de desenvolvimento e transformação, nomeadamente ao nível do modelo de negócio do Banco. Quais são os próximos passos que a instituição dará considerando este paradigma?

Nós estamos atentos e prosseguimos essa tendência. Por isso continuaremos a apostar fortemente na informatização do banco, no controlo interno, criação de valor para os clientes,

colaboradores e accionistas. Para o efeito, temos projectos específicos direccionados para a melhoria do atendimento e criação de produtos e serviços que satisfaçam as necessidades dos clientes, quer seja ele atendimento físico, quer à distância, e ainda para a formação dos colaboradores, bem como a melhor remuneração dos capitais investidos.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das notas e moedas em poder do público em geral (tendo como base os Agregados Monetários publicados pelo BNA). Que medidas estão a ser considerados, ao nível de lançamento de produtos e serviços, com vista a contrair esta tendência e a fomentar a execução de um maior volume de transacções através do sistema financeiro formal?

Este fenómeno não pode ser visto apenas entre portas do sector bancário. Ele vai muito além da banca. Na construção do mercado, a par da propriedade, a cidadania também deve ser tomada em consideração. Isto é inegável. Daí a necessidade imperiosa de considerarmos a existência de políticas públicas de inclusão social. Precisamos de criar uma ponte de sentido único entre o mercado informal e o mercado formal, identificando bem os pilares que a devem suportar. Naturalmente que a banca pode, e deve, dar o seu contributo neste processo, mas não tem o papel determinante.

Nós, Banco Sol, continuamos a trabalhar e a aprofundar o segmento do mercado de massas, com destaque para os produtos e serviços associados ao microcrédito, à plataforma de pagamentos e-Kumbu e a massificação dos terminais de pagamento automáticos (TPA's).

Actualmente ambiciona-se, internacionalmente, um sector cada vez mais sustentável, inclusivo e digital. Para tal, quais serão os requisitos que deverão sustentar estes pilares num futuro próximo?

Estes pressupostos fazem parte da nossa estratégia em execução e temos obtido bons resultados no decurso deste mandato.

A sustentabilidade do banco passa, e passará, por Capitais Próprios adequados, eficiência (proveitos superiores aos custos), produtos adaptados ao nosso *target*, rapidez nas respostas e um sistema de controlo interno funcional.

A inclusão expressa-se na nossa prática associada às plataformas de pagamento, como e-Kumbu, às ferramentas que permitem à população ter acesso aos serviços bancários e à criação de uma ampla rede de agentes bancários.

Temos bem presente o Aviso 18/2022, de 11 de Outubro, que incentiva os bancos comerciais a alargar a rede bancária, fazendo uso de diferentes modalidades de pontos de atendimento.

Banco Valor

José Manuel Ferreira Pinto

Presidente da Comissão Executiva



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais a instituição financeira que lidera se deparou? E quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

A pandemia permitiu-nos descobrir que é possível transformar os sistemas operacionais de forma radicalmente rápida. Por mais trágica que tenha sido, forçou os bancos a acelerarem a digitalização e a questionarem a relevância dos seus modelos de negócios.

Porém, numa reflexão mais profunda, muito embora se apresente como uma solução, a tecnologia pode também contribuir para uma ruptura entre o banco e os clientes, na medida em que torna o negócio mais frio e impessoal. Nesse sentido, o grande desafio para este, e próximos anos, será restaurar a humanidade e empatia, compreender de forma ainda mais aprofundada as circunstâncias financeiras e emocionais dos clientes, de forma a reforçar a afinidade e lealdade com os mesmos.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a definição de uma estratégia disruptiva de desenvolvimento e transformação, nomeadamente ao nível do modelo de negócio do Banco. Quais são os próximos passos que a instituição dará considerando este paradigma?

Não obstante, em certa medida, a tecnologia esteja a contribuir para o afastamento entre os bancos e clientes, ela permite agregar dados úteis para prever as intenções e necessidades dos clientes e fornecer intervenções e conselhos mais personalizados, que beneficiarão e fortalecerão ainda mais o relacionamento com os clientes.

A nossa agenda de tecnologia passa por:

- Inteligência Artificial, para aumentar a diferenciação e influenciar a experiência do cliente;
- Automatização/robotização para alcançar maior ganhos de eficiência, de controlo e segurança na medida em que reduz o tempo, volume de documentos e erros em actividades operacionais;
- *Cloud*, permite transcender restrições, alcançando maior agilidade;
- Segurança cibernética e privacidade de dados, para criar um ambiente cada vez mais seguro de partilha de dados e maior geração de valor.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das notas e moedas em poder do público em geral (tendo como base os Agregados Monetários publicados pelo BNA). Que medidas estão a ser considerados, ao nível de lançamento de produtos e serviços, com vista a contrair esta tendência e a fomentar a execução de um maior volume de transacções através do sistema financeiro formal?

A economia informal fragiliza a soberania do Estado, instituições, mecanismos de regulação e controlo e também é potencialmente difusora de práticas comportamentais de incumprimento das leis e de não responsabilização social. Tem havido por parte do governo um esforço para a formalização dos agentes económicos informais, de que são exemplo o PROAPEN (Programa de apoio aos Pequenos Negócios), o lançamento do BUE (Balcão

Único do Empreendedor) e o PREI (Programa de Reconversão da Economia Informal), com o objectivo de reduzir os níveis de informalidade da economia e de promover a formalização progressiva das actividades informais. Recentemente o BNA lançou uma campanha de sensibilização da população, para abertura de contas bancárias Simplificadas (facilitam a poupança dos rendimentos e reduzem a circulação de moeda no mercado informal) têm contribuído para uma maior inclusão financeira dos cidadãos, campanha à qual o nosso banco aderiu por ser importante para o caminho que o país tem estado a seguir. É de se esperar que mais produtos bancários possam surgir com o intuito de aumentar a bancarização da população e agentes informais da economia.

Actualmente ambiciona-se, internacionalmente, um sector cada vez mais sustentável, inclusivo e digital.

Para tal, quais serão os requisitos que deverão sustentar estes pilares num futuro próximo?

O mundo encara de forma cada vez mais séria o tema do meio ambiente. A semelhança do que já acontece noutras realidades, não tardará até que os investidores em Angola examinem as empresas não só pelo retorno financeiro e níveis de competitividade, mas também pela pegada de carbono. Os bancos passarão a desempenhar um papel decisivo. Deverá ocorrer uma mudança do crédito aos poluidores para aqueles que evidenciam esforços para a recuperação do planeta. Para que tal aconteça, será necessário criarem-se mecanismos para medição com precisão do progresso nas metas de sustentabilidade dos bancos e dos seus clientes.

Banco YETU

Mário Gavião

Presidente da Comissão Executiva



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais a instituição financeira que lidera se deparou? E quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

O ano 2021 foi um ano muito desafiante para o Banco Yetu, em resultado da difícil conjuntura económica mundial, na sequência dos 5 anos consecutivos de recessão económica que o país registou, agravada pelos efeitos da pandemia da COVID-19. Por outro lado, a grande necessidade, e o esforço do regulador, em atingirmos a meta da equivalência de supervisão e padrões mais exigentes, têm colocado desafios ao nível da adequação de processos internos, que sugerem a evolução para soluções informáticas mais robustas, bem como dos sistemas de governo e dos controlos internos.

Considerando as dificuldades apontadas, foram redefinidas as estratégias de negócios, por meio da definição de um novo Plano Estratégico para o quadriénio 2022-2025, sustentado em quatro eixos fundamentais, nomeadamente:

- (i) O desenvolvimento do negócio, através da diversificação da oferta e da melhoria da experiência e satisfação do cliente;
- (ii) O desenvolvimento do capital humano, como pilar estruturante para o futuro da organização;
- (iii) A transformação digital e evolução dos sistemas de informação;
- (iv) A manutenção da rentabilidade e da eficiência no centro da operação.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a definição de uma estratégia disruptiva de desenvolvimento e transformação, nomeadamente ao nível do modelo de negócio do Banco. Quais são os próximos passos que a instituição dará considerando este paradigma?

O Banco YETU, indo ao encontro das tendências do mercado, procura fortalecer o investimento na transformação digital, otimizando e desburocratizando todos os processos internos. A utilização da tecnologia para melhor servir o cliente final é uma das nossas metas, o que nos faz procurar sempre uma solução para cada desafio real. Desta forma, o novo Plano Estratégico está plenamente alinhado a este novo paradigma, ao privilegiar o capital humano e impulsionar a transformação digital e evolução dos sistemas de informação.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das notas e moedas em poder do público em geral (tendo como base os Agregados Monetários publicados pelo BNA). Que medidas estão a ser considerados, ao nível de lançamento de produtos e serviços, com vista a contrair esta tendência e a fomentar a execução de um maior volume de transacções através do sistema financeiro formal?

De facto a economia informal continua a representar um desequilíbrio estrutural da nossa economia, na medida em que as transacções são realizadas, maioritariamente, com recurso a numerário. Entretanto, para contrapor esse facto, o Banco YETU tem implementadas todas as medidas orientadas pelo BNA, com vista a potenciar o processo de inclusão e literacia financeira,

nomeadamente a abertura de contas à ordem e depósitos a prazo Bankita, contas à ordem e depósito a prazo Simplificada, bem como a participação em feiras que promovam a inclusão financeira, entre outras iniciativas. Não menos importante é nosso Plano de Expansão da Rede de Agências, bem como da reformulação do negócio de correspondência bancária, permitindo assim uma relação mais próxima com os nossos clientes e atrair os negócios informais para a formalidade que caracteriza a relação comercial bancária.

O Banco ao apostar na transformação digital, e evolução dos sistemas de informação, incentiva os nossos clientes ao uso dos canais digitais, colocando ao seu dispor produtos e serviços inovadores que facilitam a realização de diversas operações através do *Internet Banking* (Net YETU), do aplicativo para telemóvel App Net YETU, Cartão Multicaixa, e os cartões da linha Mastercard Pré-pago e Crédito.

De forma a fomentar as transacções através do sistema financeiro formal, o Banco investe também na relação com os microempreendedores e empreendedores em Nome Individual (ENIS), munindo-os de Terminais de Pagamento Automáticos (TPA'S), o que resulta em negócios com mais segurança e confiabilidade.

Actualmente ambiciona-se, internacionalmente, um sector cada vez mais sustentável, inclusivo e digital.

Para tal, quais serão os requisitos que deverão sustentar estes pilares num futuro próximo?

Do nosso ponto de vista, os requisitos que deverão tornar o sector mais sustentável, inclusivo e digital passam, necessariamente, pela incorporação de determinados princípios, designadamente:

- (i) Melhor experiência de serviço;
- (ii) Eficiência operacional, através da automação de processos e criação e aprimoramento dos canais digitais;
- (iii) Transparência e celeridade das operações;
- (iv) Inovação, por meio da criação de produtos customizados e diferenciados;
- (v) Segurança, garantindo a implementação de controlos e protecção de dados, bem como de mecanismos de protecção contra os cibercrimes.

Caixa Angola

João Pires

Presidente da Comissão Executiva



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais a instituição financeira que lidera se deparou? E quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

No contexto da candidatura de Angola à moldura de supervisão bancária europeia e aplicação das regras de Basileia 3, foi aprovada a nova Lei Bancária, Lei 14/21 e avisos complementares, que institucionalizaram um novo modelo de Governo que introduz maior complexidade nos processos de decisão por via de maior segregação de funções e de mais controlo por parte do BNA e foram implementadas novas e mais exigentes regras prudenciais, com impacto muito significativo no aumento de estruturas de análise e controlo, no consumo de capital e, em geral, na gestão do equilíbrio entre activos e passivos e, consequentemente, do modelo de rentabilidade.

Com o supradito, teve que se alterar estatutos, regulamentos de comités, processos, contratar novas competências e dedicar uma atenção acrescida ao que teve de mudar.

Acresce a isto a decisão de realizar a privatização do capital que era detido pela Sonangol através de uma OPI e, subsequente, cotação das acções, o que se concretizou ainda na primeira metade de Setembro último, tendo sido um sucesso, acarretando novas exigências que advêm do facto de ser uma sociedade aberta.

Para o final do ano temos mais um desafio, com a segregação da gestão de carteiras de clientes para uma IFNB, sendo que este serviço financeiro é essencial para os principais clientes do banco e, por isso, tem de continuar a ser prestado, por via de parceria com uma IFNB, participada, ou não, pelo banco.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a definição de uma estratégia disruptiva de desenvolvimento e transformação, nomeadamente ao nível do modelo de negócio do Banco. Quais são os próximos passos que a instituição dará considerando este paradigma?

O modelo de negócio continua o mesmo, os clientes alvo são os mesmos, sendo que só a forma de prestar o serviço se altera. Isto para cumprir as acrescidas exigências regulamentares, o aumento da concorrência pela entrada no mercado, de bancos internacionais atraídos pelo processo de equivalência de supervisão e pelas perspectivas da economia angolana.

Os principais desafios passam por assegurar a transformação digital sem perder o contacto personalizado com os clientes, mantendo e recrutando as pessoas certas, pois a digitalização só reforça o papel essencial das pessoas, dos quadros do banco, na fidelização dos clientes por via do aconselhamento e da atenção que colocam na prestação dos serviços bancários com qualidade, rapidez e a custo competitivo.

Os serviços bancários hoje exigem a análise prévia da *compliance* e dos riscos envolvidos, controlos que têm de ser tratados com eficiência e competência para que a resposta comercial aos clientes seja dada com rapidez e, quando negativa, com a informação necessária para o cliente poder corrigir e não quebrar a relação de confiança que tem com o banco.

Num contexto de redução da inflação e dos indexantes de taxa de juro o crescimento da carteira de crédito, assume maior importância para a manutenção de um nível de rentabilidade saudável e que permita capitalizar o banco e manter um dividendo estável. Tal está dependente do crescimento económico e da resolução de problemas conhecidos mas que se arrastam, como a disponibilização atempada pelas empresas de contas devidamente elaboradas, ou a regularização dos registos de propriedade.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das notas e moedas em poder do público em geral (tendo como base os Agregados Monetários publicados pelo BNA). Que medidas estão a ser considerados, ao nível de lançamento de produtos e serviços, com vista a contrair esta tendência e a fomentar a execução de um maior volume de transacções através do sistema financeiro formal?

O BNA e o sistema bancário estão empenhados em trazer cada vez mais cidadãos e transacções para o sistema bancário, por via da generalização de TPA com custos de operação reduzidos, da criação de contas com um regime simplificado e custos baixos, das novas modalidades de pagamento electrónico e da disponibilização de serviços por mensagens telefónicas, até para contrariar a absorção desses potenciais clientes por outros operadores que possam oferecer sistemas de pagamento e recebimento fora da banca.

Actualmente ambiciona-se, internacionalmente, um sector cada vez mais sustentável, inclusivo e digital. Para tal, quais serão os requisitos que deverão sustentar estes pilares num futuro próximo?

A banca tem de continuar a ser muito exigente quanto à análise dos clientes e transacções relativamente a temas de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, nestas matérias, como sector, não podemos ter falhas. Paralelamente, a gestão dos riscos do negócio tem de estar ao nível das exigências da supervisão do BNA e do BCE (equivalência de supervisão), sendo estes dois requisitos essenciais para a equivalência de supervisão e o reconhecimento internacional da banca angolana como parceiro, correspondente dos melhores bancos mundiais e das empresas internacionais, que pelas suas actividades de investimento, compra e venda, fazem movimentar a economia mundial.

Finibanco

Rui Pereira

Presidente da Comissão Executiva



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais a instituição financeira que lidera se deparou? E quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

O ano de 2021 foi um ano ainda muito influenciado pelo contexto de pandemia COVID-19 e pelos seus efeitos na economia global, não sendo Angola uma excepção. Contudo, quando se julgava que o pior já passara, surge nos primeiros meses de 2022 o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, que veio relançar, novamente, a incerteza e instabilidade nos mercados abastecedores e de distribuição, com o factor inflação a ser nota dominante e o espectro de uma crise energética e alimentar a assolar o mundo.

Quanto ao Finibanco, importa destacar o esforço feito por todos e, em particular, pelos nossos colaboradores que, em condições particularmente adversas como foram os tempos de pandemia, deram o seu melhor à continuidade da prestação de um serviço de qualidade e em condições aprimoradas de biossegurança e higiene sanitária, continuando a promover as operações dos nossos clientes sem quaisquer disrupções, o que foi deveras importante para continuar a merecer a confiança e o apoio destes.

Noutra vertente, o Banco promoveu o desenvolvimento de projectos internos de transformação e melhoria, como é exemplo a migração, concluída em Setembro último, de todo o sistema *core* bancário para uma nova *release* que permitirá dar respostas mais efectivas às necessidades dos clientes, bem como aos desafios regulatórios do Banco Nacional de Angola, que têm estado presentes na primeira linha de prioridades do Banco.

Durante este período tivemos particular atenção e enfoque nas operações de crédito ao abrigo dos Avisos 10/20 e 10/22 do BNA, no sentido de continuar a apoiar o nosso sector produtivo nacional, quer na expansão e instalação dos seus negócios, quer

na sua vertente exportadora, pese embora todas as dificuldades resultantes do contexto económico-financeiro global que atravessamos.

Ao mesmo tempo, aprimoramos o modelo de governação e de controlo interno do Finibanco, tendo ajustado as nossas políticas às exigências regulatórias e às melhores práticas de mercado e investido em novas ferramentas informáticas mais robustas e sofisticadas, nomeadamente em matérias de *compliance* e PBC/FT, de forma a garantir maior eficácia e eficiência ao sistema de controlo interno estabelecido.

Ainda subsistem desafios por cumprir, o país está igualmente a fazer um trabalho resiliente de recuperação económica, no sentido de voltarmos aos cenários de crescimento positivo, pelo que as expectativas são animadoras e o Finibanco continuará, como sempre, a posicionar-se como um factor de credibilidade e de confiança no mercado bancário para servir os clientes e contribuir para o desenvolvimento de Angola.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a definição de uma estratégia disruptiva de desenvolvimento e transformação, nomeadamente ao nível do modelo de negócio do Banco. Quais são os próximos passos que a instituição dará considerando este paradigma?

Como é público o Finibanco encontra-se num processo de mudança que, a seu tempo, trará novos desafios assentes num modelo de negócio diferenciado e inovador para o mercado bancário angolano, contudo há ainda passos a dar e que recomendamos, nesta altura, prudência e recato na abordagem destas matérias.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das notas e moedas em poder do público em geral (tendo como base os Agregados Monetários publicados pelo BNA). Que medidas estão a ser considerados, ao nível de lançamento de produtos e serviços, com vista a contrair esta tendência e a fomentar a execução de um maior volume de transacções através do sistema financeiro formal?

O Finibanco tem estado sempre presente nas iniciativas do Banco Nacional de Angola para a promoção da inclusão financeira e da bancarização da população do país. Temos participado, activamente, em diversas feiras de conhecimento e literacia financeira promovidas pelo regulador nas diferentes províncias do país e participamos, também, nas campanhas desenvolvidas para atribuição de TPAs a pequenos comerciantes, e a empreendedores locais a custos muito reduzidos.

Por outro lado, continuamos através da nossa rede de agências, a promover as chamadas “contas bancárias simplificadas” destinadas, exclusivamente, a estes fins económico-sociais.

Outro aspecto que destacamos, é o facto do Finibanco, mesmo em tempos duros e difíceis como foram os de pandemia, com fortes constrangimentos à mobilidade de pessoas e bens, ter mantido em permanência o seu parque de ATMs abastecido com numerário e em adequadas condições de funcionamento, de forma a servir a população nas necessidades do seu dia-a-dia. No início de 2022 iniciamos o chamado *roll out* dos equipamentos em serviço, de forma a dotar as nossas instalações com máquinas mais modernas e eficientes, tudo para garantir a qualidade do serviço prestado aos utilizadores.

Actualmente ambiciona-se, internacionalmente, um sector cada vez mais sustentável, inclusivo e digital. Para tal, quais serão os requisitos que deverão sustentar estes pilares num futuro próximo?

O paradigma da sustentabilidade e do desenvolvimento tem vindo a mudar em todo o mundo e a Banca, como um sector, habitualmente, alavanca das grandes mudanças e transformações, não pode, nem deve ficar alheio a estes factores.

O chamado sistema ESG – *Environmental, Social and Corporate Governance* – é visto hoje como um catalisador decisivo para a sustentabilidade futura das empresas e das organizações, cujos mercados e os seus consumidores serão os avaliadores fiéis destas novas práticas e “punirão” todos quantos fiquem para trás neste caminho novo.

O Finibanco tem vindo a dar alguns passos, ainda pequenos mas firmes, com vista a adopção de práticas mais sustentáveis do ponto de vista ecológico e ambiental, como a implementação de processos digitais e de arquivo electrónico, com impacto muito significativo no consumo de papel e outros consumíveis; recentemente abolimos a utilização física de jornais e outras publicações regulares, passando a distribuir, de forma universal, as versões digitais acessíveis a todos os nossos colaboradores; a adopção de equipamentos energéticos mais eficientes e duradouros; a reciclagem de parte dos resíduos e desperdícios do chamado “lixo de escritório” e outros que se seguirão. Socialmente temos vindo a fomentar medidas de promoção do bem-estar familiar e social dos nossos colaboradores e das suas famílias, com a melhoria das condições de trabalho e profissionais, e a atribuição de comparticipações de natureza social e, sempre que possível, estaremos disponíveis para apoiar institucionalmente projectos e acções no âmbito da solidariedade e do apoio social que mereçam a nossa confiança.

As políticas de inclusão são, de há muito, uma prática do Finibanco, estando a diversidade de género assegurada nas diferentes linhas da nossa organização, desde o seu Conselho de Administração, à Direcção e Responsáveis de 1ª Linha e demais colaboradores.

Não obstante isto, há ainda um longo e árduo trabalho a fazer e o Finibanco, em conjunto com os seus parceiros, clientes e colaboradores continuará a promover o desenvolvimento económico do país, assente em políticas e regras de transparência e ética empresarial, de igualdade de oportunidades e de respeito pela diferença.

Standard Bank Angola

Luís Teles

Presidente da Comissão Executiva



De forma retrospectiva, e tendo em consideração o último ano e os 9 meses já corridos em 2022, quais foram os desafios mais relevantes com os quais a instituição financeira que lidera se deparou? E quais as medidas adoptadas para os ultrapassar?

Apesar do grande impacto da COVID-19 sentido em 2021, este foi reduzindo gradualmente em 2022, dando lugar a novos desafios. Durante este período foi necessário gerir o regresso das nossas Pessoas ao trabalho presencial, uma mudança de paradigma que exigiu que hábitos criados durante a pandemia voltassem a ser alterados. Para que este processo fosse mais gradual, foi implementado um modelo de trabalho híbrido, no sentido de maximizarmos os benefícios do trabalho presencial, colaborativo, e do trabalho parcialmente remoto, mais individual e de concentração.

Em simultâneo, e em resposta aos novos tempos, assumimos a necessidade de proceder a alguns ajustamentos à nossa organização interna no sentido de preparar o Banco para o futuro, traçámos datas concretas e exigentes, dando início à sua implementação e garantindo a capacidade de captar e reter o melhor talento do mercado.

No prisma regulatório, deparámo-nos com um elevado número de novos requisitos regulamentares, com curtos prazos de implementação, e com impactos relevantes na operação do Banco. Estes foram devidamente prioritizados, com alocação de recursos para garantir o cumprimento de todos os requisitos e a manutenção de um excelente serviço ao cliente.

As tendências e evoluções no sector bancário estão a acontecer a um ritmo acelerado, o que torna, certamente, desafiante a definição de uma estratégia disruptiva de desenvolvimento e transformação, nomeadamente ao nível do modelo de negócio do Banco. Quais são os próximos passos que a instituição dará considerando este paradigma?

A definição da estratégia e a sua implementação é, cada vez mais, um processo contínuo, deixando para trás o modelo de definição e implementação de estratégia para um longo período sem que existam ajustes regulares. Com o acelerar do ritmo de transformações, surge a necessidade de sermos cada vez mais ágeis e repensarmos, constantemente, a forma de atingir o resultado desejado. Nesse contexto, temas que consideramos basilares no nosso modelo de negócio, como a qualidade de serviço ao cliente, estão constantemente presentes, sendo ajustadas as iniciativas que nos permitem uma melhoria contínua.

De forma a garantir a agilidade e capacidade de adaptação do modelo de negócio, o investimento em capacitação das nossas Pessoas para as novas tecnologias e competências digitais tem sido de extrema importância, bem como a criação de parcerias com *startups* e *fintechs*, de forma a estarmos perto da inovação tecnológica em Angola. Adicionalmente, foi criada uma estratégia de Plataformas e o *Innovation Hub*, ambos essenciais para o desenvolvimento de modelos de negócio disruptivos, inovadores e que servem os clientes de uma forma mais holística e *user friendly*.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das notas e moedas em poder do público em geral (tendo como base os Agregados Monetários publicados pelo BNA). Que medidas estão a ser considerados, ao nível de lançamento de produtos e serviços, com vista a contrair esta tendência e a fomentar a execução de um maior volume de transacções através do sistema financeiro formal?

A informalidade da economia Angolana é um tema de extrema relevância, pois tem um enorme impacto na capacidade de escalar os negócios locais, conferir segurança financeira e até acesso a produtos e serviços que melhorem a vida da população. O Banco tem vindo a focar-se na compreensão profunda dos mercados onde a economia informal é mais prevalente e naquelas que são as reais necessidades das pessoas e dos pequenos negócios. Este trabalho permite-nos desenvolver produtos e soluções específicos que irão acrescentar valor, não só através do reforço da literacia financeira e da confiança no sistema financeiro formal, factores-chave na redução da informalidade, como também no aumento da sua adopção, contribuindo para um maior alcance nacional dos serviços financeiros formais e, por conseguinte, para uma maior formalização da economia.

Neste sentido, levámos a cabo diversas iniciativas, das quais destacamos a abertura de milhares de contas simplificadas com atribuição, no momento, de cartão de débito, e de centenas de TPAs associados a contas simplificadas com fins comerciais. Marcante foi também a parceria estratégica com o programa PREI e o Ministério da Economia e Planeamento, tendo o SBA estado presente em 6 mercados do país (Luanda, Cabinda, Namibe, Lubango).

Finalmente, estamos no processo de expansão da nossa cobertura geográfica, com o objectivo de garantir presença em todos os municípios do país, através da iniciativa estratégica de aumento da rede de Agentes Bancários Ponto Azul e aumento do parque de caixas automáticas.

Actualmente ambiciona-se, internacionalmente, um sector cada vez mais sustentável, inclusivo e digital. Para tal, quais serão os requisitos que deverão sustentar estes pilares num futuro próximo?

É importante começar por referir que, em Angola, o sector financeiro não se tornará inclusivo e sustentável apenas pela rápida digitalização de serviços e processos. Esta levará à alienação de uma enorme franja da população sem acesso a internet, energia, ou ambos. É necessário procurar soluções que respondam inequivocamente às necessidades da população Angolana, evitando a implementação de soluções com sucesso noutras geografias, mas cuja realidade não é aplicável ao nosso contexto. É necessário complementar esta digitalização com o aumento substancial dos níveis de literacia financeira, com o fácil acesso a soluções financeiras, e com a diferenciação na forma como são abordados os diferentes segmentos da população. Sabendo que para alguns a inclusão passa, essencialmente, pela digitalização e redução de custo de acesso, para outros, a mesma passa pela presença física, mais próxima e acessível, com um formato de atendimento e linguagem adequados e compreensíveis a cada segmento, e que transmita a confiança necessária para o relacionamento com o cliente.

Enquadramento macroeconómico



Taxa de crescimento real do PIB

	2022 (E)	2021	2020
Zona Euro	3,1%	5,2%	-6,1%
EUA	1,6%	5,7%	-3,4%
Mercados Emergentes	3,7%	6,6%	-1,9%
Mundo¹	2,8% / 3,2%	6,0%	-3,0%

Fonte: FMI

¹ Estimativas do Banco Mundial e FMI, respectivamente

O ano de 2021 ficou marcado pelo processo de recuperação económica global. A guerra na Ucrânia em 2022, colocou uma inesperada inversão e pressão na consolidação dos resultados de crescimento e aumentou os cenários de incerteza, levando o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial a reverem as suas previsões para um abrandamento económico global apontando, de acordo com as últimas estimativas, para um crescimento do PIB mundial em torno de 3% em 2022.



Taxa de inflação

	2022 (E)	2021	2020
Zona Euro	8,3%	2,6%	0,3%
EUA	8,1%	4,7%	1,2%
Mercados Emergentes	9,9%	5,9%	5,1%

Fonte: FMI

O ano de 2021 ficou marcado pelo arranque de um ciclo inflacionista, reforçado pela guerra na Ucrânia que escalou as debilidades causadas pela pandemia com perturbações mundiais no fornecimento e acesso a matérias-primas e impactos no preço das energias fósseis, originando uma tendência global de aumento da inflação em 2022, em particular nos países mais desenvolvidos.



Taxas de juro

	2022 (setembro)	2021	2020
Euribor 3M	1,17%	-0,57%	-0,55%
Libor USD 3M	3,75%	0,21%	0,24%

Nota: Taxas do último dia do período

Os principais bancos centrais têm vindo a aumentar sucessivamente as suas taxas directoras decorrentes das pressões inflacionistas verificadas nas principais economias mundiais, sendo expectável que essa trajectória se venha a manter caso a inflação se mantiver elevada.



Preço do petróleo por barril

	2022 (setembro)	2021	2020
Crude	77,17 USD	75,33 USD	48,35 USD
Brent	82,55 USD	77,24 USD	51,22 USD

Nota: Cotação do último dia do período

A cotação nos mercados internacionais do barril do crude e do *brent* aumentaram, respectivamente, 43% e 55% nos primeiros seis meses de 2022, alcançando máximos históricos superiores a 120 USD. Em Setembro de 2022, a cotação do petróleo encontrava-se estabilizada em torno de 80 USD.



Índices bolsistas

	2022 (setembro)	2021	2020
EUA Dow Jones Index	-20,9%	19,5%	6,6%
EUA Nasdaq Index	-32,8%	27,1%	46,4%
Euro Stoxx 50	-22,8%	20,4%	-5,6%
Alemanha DAX Index	-23,7%	15,8%	3,5%
Moex Russia Index	-48,3%	15,6%	7,4%

Nota: Valorização com base no último dia do período

O ano de 2021 ficou marcado pela valorização dos principais índices bolsistas mundiais, fruto da recuperação económica verificada. Em 2022, assiste-se a fortes desvalorizações, com destaque para o índice Nasdaq que após um período de 3 anos consecutivos acima de 20% apresenta, nos primeiros 9 meses de 2022, uma desvalorização de 32,8%. Destaque para a Rússia, cujo índice MOEX recuou 48,3% nos primeiros 9 meses do ano.

Introdução

Em 2021 assistiu-se ao início do processo de recuperação económica mundial, após a recessão económica verificada no ano anterior decorrente da crise pandémica COVID-19.

A guerra na Ucrânia, iniciada em Fevereiro de 2022, veio colocar uma inesperada inversão nas perspectivas de consolidação dos resultados da recuperação económica iniciada em 2021, levando as instituições internacionais a actualizar em baixa as suas previsões económicas, entre as quais o Fundo Monetário Internacional, que sinalizou em Outubro uma revisão em baixa em 0,4% face a Abril na estimativa do crescimento mundial esperado para 2022, apontando para 3,2% de acordo com *World Economic Outlook* de Outubro. Para 2023, é estimado um crescimento de 2,7%, também revisto em baixa em 0,9% face a Abril.

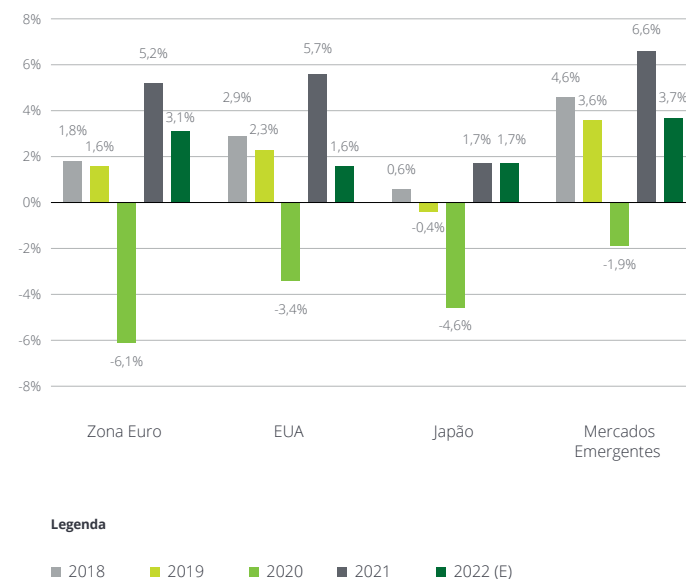
O Banco Mundial, nas suas últimas projecções macroeconómicas de Setembro de 2022, mais pessimista, aponta para um crescimento do produto interno bruto mundial de 2,8% em 2022 e 2,3% em 2023. Por outro lado, a OCDE, de acordo com o seu *Interim Economic Outlook* de Setembro de 2022, prevê um crescimento do produto interno bruto mundial de 3,0% para 2022, perspectivando igualmente uma redução para 2,2% em 2023.

Entre os factores desfavoráveis à projecção económica mundial destacam-se: o aumento dos preços da energia e matérias-primas, a inflação persistentemente elevada, o reforço de políticas monetárias mais restritivas, os custos de financiamento mais elevados, a redução de mão de obra disponível em várias economias desenvolvidas e a persistência dos confinamentos na China devido à política COVID Zero.

Nas economias mais desenvolvidas verificou-se, em 2021, um crescimento do PIB em 5,2% na Zona Euro, 5,7% nos Estados Unidos da América e 1,7% no Japão, onde a economia americana revelou uma maior capacidade de regeneração económica com um crescimento de 2,3% no agregado de 2020 e 2021. A Zona Euro e o Japão não conseguiram recuperar integralmente, em 2021, os impactos sofridos em 2020 no produto interno bruto.

Relativamente aos mercados emergentes, verificou-se em 2021 um crescimento de 6,6% no conjunto das suas economias, manifestamente superior à contracção ocorrida em 2020, apontando o Fundo Monetário Internacional um crescimento do PIB em 3,7% para 2022, de acordo com as últimas projecções.

Evolução do PIB real (2018 – 2022)



Fonte: FMI – *World Economic Outlook*, Outubro 2022

Verificou-se, em 2021, uma melhoria global nos défices públicos após os impactos sofridos pelas respostas governamentais ao ciclo pandémico, perspectivando-se, para 2022, a manutenção dessa trajectória, ainda que subsistam elevadas incertezas quanto à evolução dos impactos gerados dos factores globais provocados pela guerra na Ucrânia.

O défice público dos Estados Unidos da América reduziu para 10,9% em 2021, após ter atingido 14,5% em 2020, o valor mais elevado desde a 2ª guerra mundial. As últimas previsões do Fundo Monetário Internacional apontam para um valor, ainda deficitário, em torno de 4,0% em 2022.

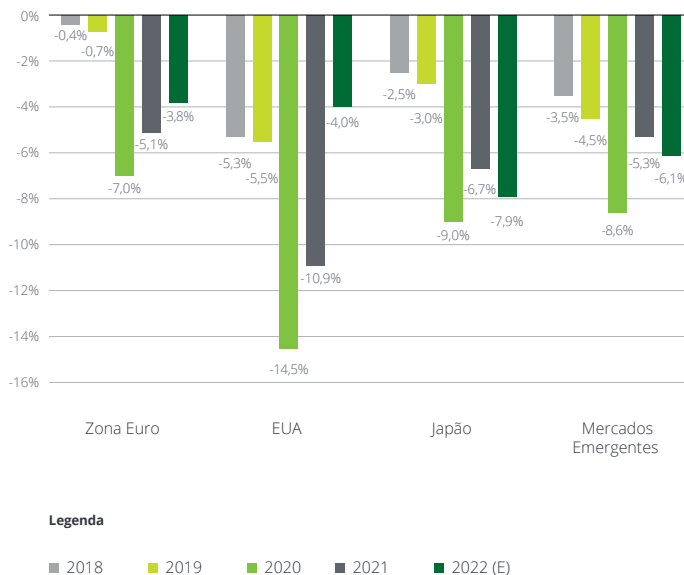
A Zona Euro, que tradicionalmente apresenta défices públicos inferiores aos Estados Unidos da América decorrentes das regras comunitárias, alcançou em 2021 um valor deficitário de 5,1% sobre o produto interno bruto, estimando-se que em 2022 o défice volte a não cumprir os limites de endividamento comunitário. Para esse efeito, a Comissão Europeia procedeu à suspensão, até 2023, da aplicação das regras estabelecidas no pacto de Estabilidade e Crescimento da Zona Euro, permitindo aos países terem défices acima da meta dos 3%.

No conjunto das economias emergentes, o défice público atingiu 5,3% em 2021, acima dos valores registados nos períodos pré-pandemia, estimando o Fundo Monetário Internacional que atinja 6,1% em 2022.

Nos países que integram os BRIC, destacam-se a Índia e a China, com crescimentos em 2021 do PIB em 8,7% e 8,1% respectivamente. A China apresentará em 2022 o menor crescimento do produto verificado nas últimas 4 décadas, desconsiderando o ano pandémico de 2020, fruto da permanência das suas políticas de confinamentos COVID Zero e *lockdowns*, decorrentes de casos com a nova variante Ómicron. De destacar a Rússia, para a qual o Fundo Monetário Internacional estima que os impactos das sanções financeiras impostas e o embargo às importações de energias fósseis, deverão produzir efeitos em 2023 de forma mais significativa na economia russa.

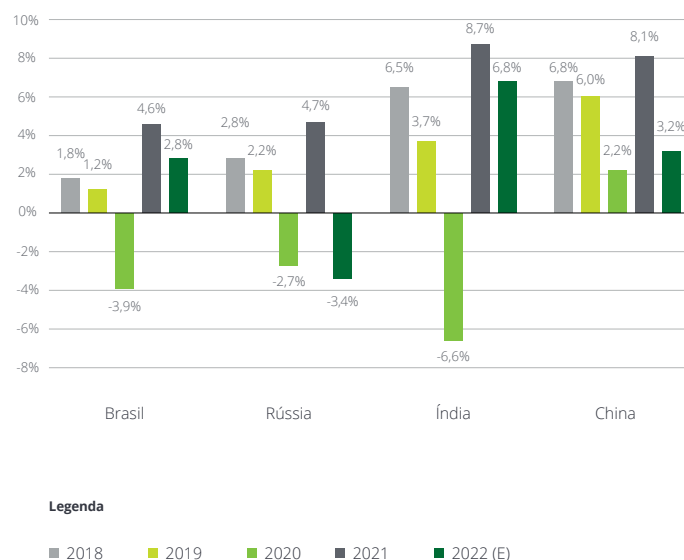
O actual panorama de conflito em território europeu, com os efeitos e imprevisibilidades que acarreta nas relações económicas entre países, reforça a relevância de outros desafios para a salvaguarda da estabilidade económica mundial e alterações climáticas, nomeadamente a relação entre os Estados Unidos da América e a China, neste novo quadro geopolítico.

Défices Públicos (2018 – 2022)



Fonte: FMI – *World Economic Outlook*, Outubro 2022

Evolução do PIB real nos BRIC (2018 – 2022)



Fonte: FMI – *World Economic Outlook*, Outubro 2022

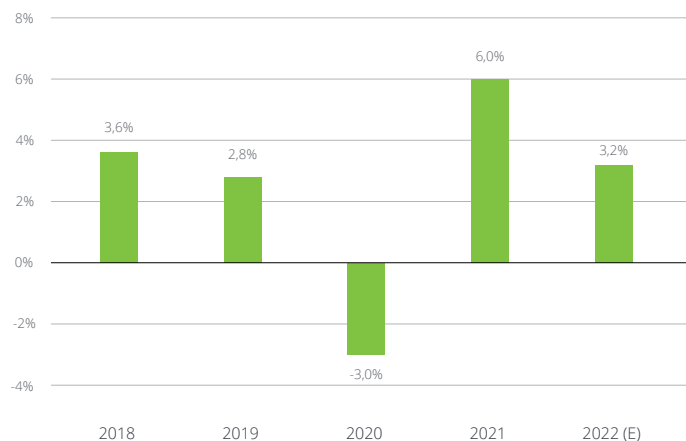
Principais indicadores macroeconómicos

Produto Interno Bruto

A recuperação económica global em 2021, possibilitou uma taxa de 6,0% no crescimento da economia mundial, após o fim do período recessivo originado pela pandemia. Contudo, os efeitos da guerra na Ucrânia vieram alterar, significativamente, as projecções macroeconómicas por parte dos principais organismos internacionais.

As últimas previsões do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da OCDE, reflectem as suas revisões em baixa para as estimativas da evolução do produto interno bruto mundial, fruto dos impactos económicos da guerra na Ucrânia, nomeadamente, os efeitos inflacionistas e subsequentes ajustes nas políticas monetárias dos principais bancos centrais do mundo, prevendo taxas de crescimento em torno de 3% em 2022 e uma estimativa em baixa para 2023.

Evolução do PIB real mundial (2018 – 2022) *total de 195 países*



Fonte: FMI – *World Economic Outlook*, Outubro 2022



Taxas de juro

Em 2021 assistiu-se a um período estável nas taxas de juro de referência mundial, com excepção dos indexantes Libor GBP, que sofreram aumentos marginais decorrentes do efeito do *Brexit* do Reino Unido.

Após uma década de taxas de juro quase nulas, e mesmo negativas na Zona Euro, o Banco Central Europeu decidiu em Julho de 2022, aumentar as taxas de juro directoras em 50 pontos base, decorrente das pressões inflacionistas verificadas nas economias europeias. Paralelamente, foi aprovado um programa denominado Instrumento de Protecção da Transmissão (IPT), com vista prevenir a repetição de uma crise de dívida soberana na Zona Euro.

Em Setembro de 2022, o Banco Central Europeu, decidiu por um novo aumento das taxas directoras em 75 pontos base (uma variação de dimensão ímpar, sendo a maior desde 1999), sinalizando, uma vez mais, a perspectiva de futuros aumentos, dependendo da avaliação do risco de uma tendência de subida persistente nas expectativas de inflação, longe dos níveis próximos do objectivo de 2%.

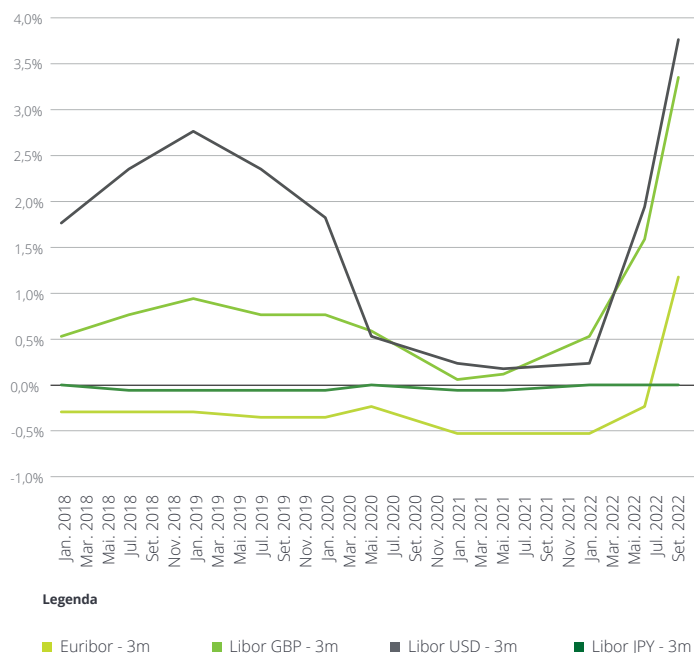
A Euribor a 3 meses, durante o mês de Julho de 2022, deixou de apresentar uma taxa negativa, tendo passado de -0,2% em 30 de Junho, para uma taxa próxima de 1,2% no fecho do 3º trimestre.

Nos Estados Unidos da América a Reserva Federal iniciou, logo em Março de 2022, o ciclo do aumento das suas taxas directoras, contando já com três aumentos realizados de 175 pontos base até Setembro, em termos acumulados.

A Libor USD a 3 meses atingia 2,285% em 30 de Junho, tendo ultrapassado já a barreira dos 4,0% a 12 de Outubro.

Os principais bancos centrais estimam uma trajectória ascendente nas taxas de juro, fruto da permanência do ciclo inflacionista para 2023 ainda, particularmente, elevado.

Taxas de juro (2018 – 2021)



Fonte: BCE, Federal Reserve Economic Data, European Money Markets Institute

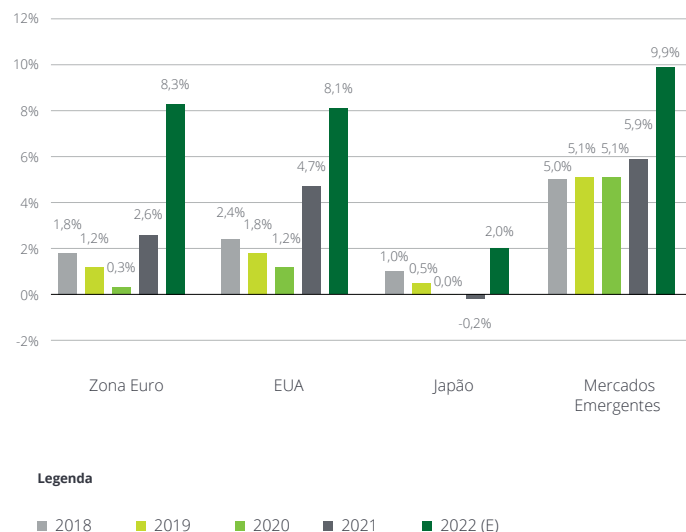
Taxa de inflação

Em 2021 a inflação escalou para níveis superiores aos período pré-pandemia, fruto do aumento da procura decorrente do arranque da recuperação da economia mundial, não apresentando, contudo, preocupações impactantes nas políticas monetárias dos principais bancos centrais. A pandemia originou uma significativa alteração e relocalização das cadeias de abastecimento e produção mundiais, originando um desafio adicional para o acesso a matérias-primas.

A guerra na Ucrânia, em Fevereiro de 2022, acelerou a perturbação nas cadeias globais de abastecimento, em particular no fornecimento de energias fósseis pela Rússia e cereais pela Ucrânia, originando uma contracção do comércio mundial pelo lado da oferta, e pressionando os preços e o acesso a bens e serviços, pelo que as projecções do Fundo Monetário Internacional apontam para taxas de inflação em 2022 de 8,3% na Zona Euro, 8,1% nos Estados Unidos da América e de 9,9% no conjunto das economias emergentes.

Para 2023 estima-se uma redução das taxas de inflação verificadas em 2022, em resultado dos impactos no lado da procura, que as medidas tomadas pelos principais bancos centrais venham a surtir efeito, ainda que num contexto de elevada incerteza a nível global.

Taxa de inflação (2018 – 2022)

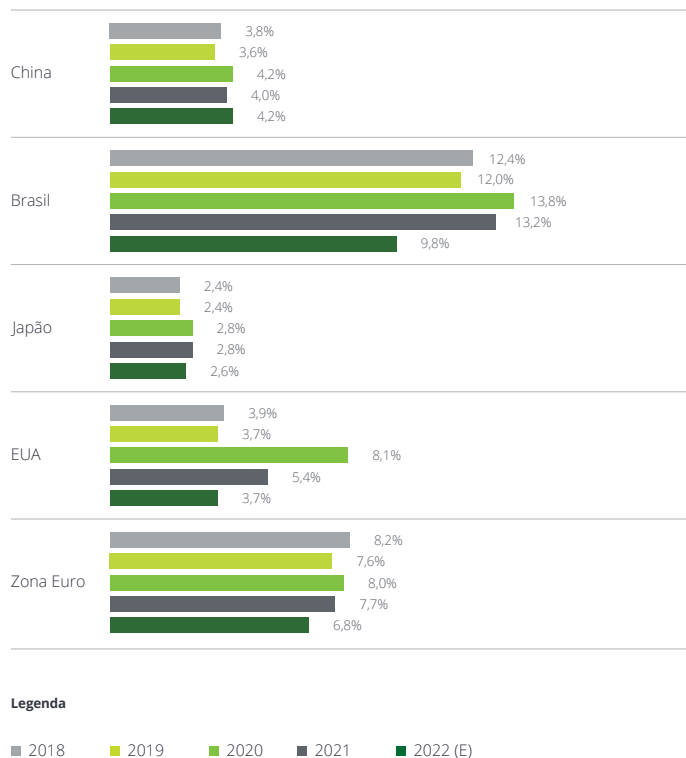


Fonte: FMI – *World Economic Outlook*, Outubro 2022

Taxa de desemprego

A recuperação económica verificada em 2021, possibilitou que as taxas de desemprego apresentassem uma trajectória descendente. Para 2022, apesar da incerteza quanto aos impactos da inflação e do curso das taxas de juro, prevê-se ainda uma continuidade na diminuição das taxas de desemprego, com destaque para os Estados Unidos da América, onde se estima vir a atingir 3,7% no final do ano, em resultado da implementação dos planos Biden anunciados em 2021.

Taxa de desemprego (2018 – 2022)



Fonte: FMI – *World Economic Outlook*, Outubro 2022



Mercados financeiros

A nível global os mercados financeiros, após as valorizações verificadas em 2021, apresentaram uma tendência de desvalorização ao longo de 2022, em particular no 1º semestre, atingindo o índice compósito *MSCI All Country World Index* constituído por empresas de 23 países desenvolvidos e 23 países em desenvolvimento, uma variação negativa de 26,7% nos primeiros nove meses do ano.

Destaca-se a desaceleração do mercado bolsista nos Estados Unidos da América, com uma variação negativa a alcançar 26,9%, muito associado à desvalorização dos *players* tecnológicos, onde o índice *Nasdaq* apresentou uma quebra de 32,8% até Setembro de 2022.

Na Europa o índice *Euro Stoxx 50*, que representa 50 acções das maiores empresas da Zona Euro, apresentou uma variação negativa de 22,8% até Setembro de 2022. O mercado bolsista na Alemanha, apresentou uma das contracções mais acentuada da Zona Euro, atingindo uma desvalorização de 23,7%. Em contraciclo, o mercado bolsista no Reino Unido apresentou uma contracção menos acentuada de 6,6%.

Na China e no Japão, nos primeiros nove meses de 2022, os mercados bolsistas assistiram a uma contracção de 16,9% e 9,9%, respectivamente.

Os principais índices bolsistas mundiais atingiram valores máximos históricos de valorização em finais de 2021, mas vieram a sofrer desvalorizações em 2022, devido aos problemas de abastecimento, à redução do comércio mundial e impactos da guerra na Ucrânia, com os subsequentes aumentos das taxas de juro directoras na Zona Euro e nos Estados Unidos da América.

Relativamente às *yields* associadas às obrigações do tesouro a 10 anos das principais zonas económicas de referência, em 2021 verificou-se uma inversão da tendência de redução que se vinha a verificar, com acentuado aumento ao longo de 2022. Na Alemanha as obrigações a 10 anos mantiveram *yields* negativas até ao início de 2022, apresentando em Setembro de 2022 uma *yield* já superior a 2,1%.

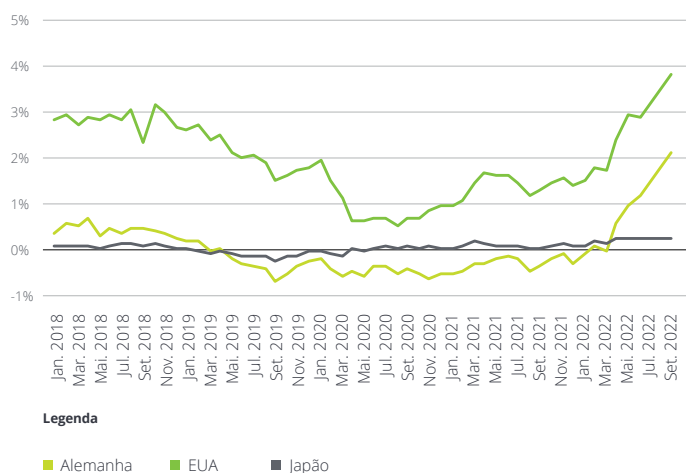
Nos Estados Unidos da América, as *yields* das obrigações a 10 anos terminaram o ano de 2021 em torno de 1,5%, encontrando-se acima de 3,8% em Setembro de 2022.

Evolução dos mercados accionistas (2020 - 2022)



Fonte: Investing, Bloomberg, MSCI

Obrigações do Tesouro, 10 anos (2018 - 2022)



Fonte: Investing, Bloomberg, MSCI

Energia

Em 2021, após o período pandémico no qual se registaram cotações mínimas históricas do petróleo, assistiu-se a uma recuperação progressiva do seu valor, em resultado da estabilização da capacidade de armazenamento, fechando o ano em torno de \$75 por barril.

Em 2022, devido às interrupções no comércio petrolífero e na produção russa provocadas pela guerra na Ucrânia, o preço *WTI* do petróleo atingiu em Março de 2022 os \$124/ barril, um máximo histórico desde 2008, fechando o 2º trimestre com uma cotação próxima dos \$108, representando uma variação de 43% face à cotação de fecho de 2021.

No 3º trimestre de 2022 assistiu-se a uma trajectória descendente, e correctiva, das cotações máximas verificadas, recuperando o preço do petróleo para valores próximos aos verificados no início do ano.

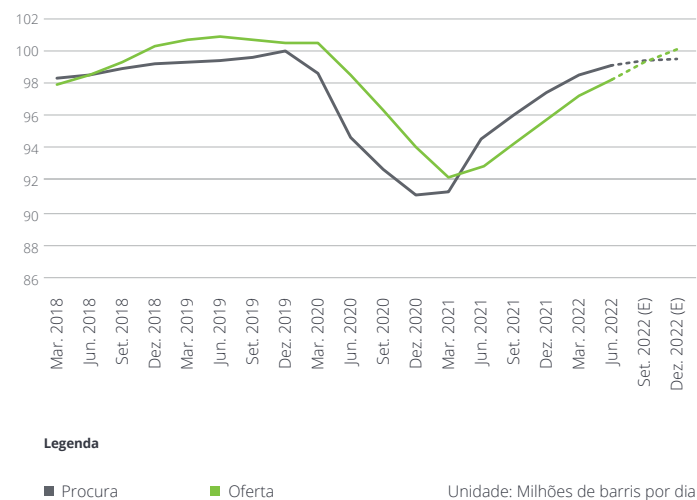
Para o final de 2022 a *U.S. Energy Information Administration* prevê, no seu *Short-Term Energy Outlook* de Setembro de 2022, que o preço *WTI* do petróleo venha a corrigir para valores acima de \$90, em resultado dos impactos das recentes decisões tomadas pela OPEP+ em reduzir os níveis de produção, e ter sinalizado a possibilidade de novos cortes na produção para tentar travar a queda do preço, devido ao abrandamento da economia global.

Preço do Petróleo (2018 – 2022)



Fonte: *US Energy Information Administration*

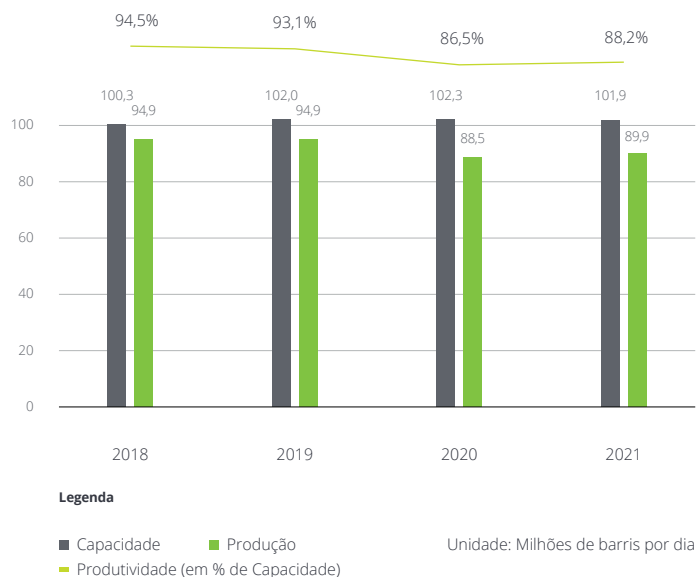
Procura e Oferta Mundiais de Petróleo, média móvel de 1 ano (2018 – 2022)



Fonte: *International Energy Agency*

Os investimentos realizados em produção, inovação e desenvolvimento em energias verdes, têm procurado responder ao aumento da procura por essas fontes renováveis, pelo que o comportamento dos países produtores de petróleo, a evolução da economia mundial, a resposta global à crise energética e a determinação na resposta aos desafios das alterações climáticas, serão determinantes no comportamento a médio prazo desta *commodity*.

Capacidade e Produtividade das Refinarias Mundiais (2018 – 2021)



Fonte: BP – Statistical Review of World Energy 2022



A guerra na Ucrânia tem vindo a impor à União Europeia a procura de alternativas à dependência do fornecimento de gás pela Rússia, que no final do primeiro semestre de 2021 representavam 47% do total das importações.

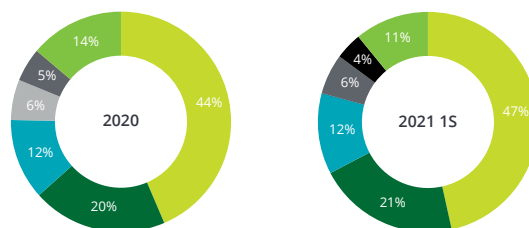
As exportações de energias fósseis pela Rússia, têm como destinos principais os países europeus membros da OCDE, ascendendo em 2021 a 74% das suas exportações de gás, com especial destaque para a Alemanha.

De acordo com um estudo da Deloitte Monitor em Maio de 2022, estima-se que as reservas de gás natural de África possam ascender a 17,5 triliões de metros cúbicos, o equivalente a 60 anos de exportação de gás russo à Europa, encontrando-se a maioria das reservas disponíveis Mauritânia, Senegal, Costa do Marfim, África do Sul, Moçambique e Tanzânia, países relativamente juniores na indústria petrolífera.

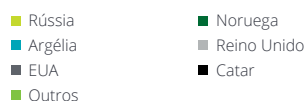
É expectável que a procura de gás natural venha a disparar nas próximas décadas, decorrente da electrificação massiva de todos os sectores e das limitações actuais no fornecimento de energias renováveis, pelo que, este incremento das descobertas de reservas de gás, permite a África abraçar este recurso como o combustível primário para a geração de electricidade, necessitando, para isso, de acelerar o desenvolvimento das infra-estruturas necessárias, nomeadamente, uma rede proficiente de gasodutos.

No que concerne a Angola, o país possui a terceira maior reserva da África Subsariana, com 0,5 triliões de metros cúbicos, depois da Nigéria e Moçambique, encontrando-se no top 40 mundial, podendo vir a capitalizar as necessidades europeias na concertação entre os diversos países da África Subsariana, no estabelecimento de uma estratégia comum de exploração desses recursos.

Importações da União Europeia de gás natural dos principais parceiros comerciais (2020 – 2021)



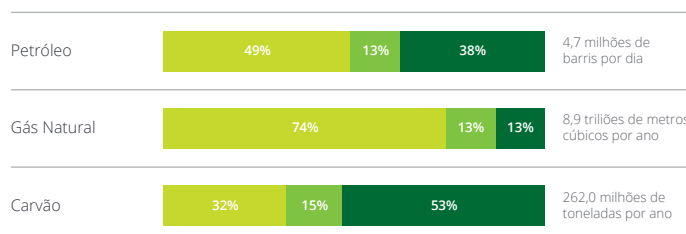
Legenda



Fonte: Análise Deloitte Monitor, Maio 2022

Nota: Decorrente de arrendamentos, pode não totalizar 100%

Exportações da Rússia de energias fósseis (2021)



Legenda



Fonte: US Energy Information Administration

Enquadramento económico angolano



Taxa de crescimento real do PIB

2022 (E)	2021	2020
3,1% / 2,9%¹	0,8%	-5,8%

Fonte: FMI

¹ Estimativas do Banco Mundial e FMI, respectivamente

O apoio iniciado em 2018 do Fundo Monetário Internacional com o Programa de Financiamento Ampliado, ajudou a economia angolana a descolar para um ciclo de crescimento económico em torno de 3% esperado para 2022.



Dívida Pública

2022 (E)	2021	2020
60%	83%	129%

Fonte: Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2022

Após um período de aumento sistemático da dívida pública angolana, o Executivo assegurou desde 2021 uma trajectória de redução para uma taxa de 83% face ao PIB e estimando-se fechar 2022 em torno de 60%.



Taxa de inflação

2022 (E)	2021	2020
18,0%	18,7%	25,1%

Fonte: Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2022

A adopção de medidas de estabilização macroeconómica tem permitido consolidar a taxa de inflação em torno de 18%.



Valor do Kwanza

2022 (Setembro)	2021	2020
21,9%	15,4%	-36,1%

Fonte: BNA

Nota: Variação face ao dólar americano, com base na cotação no último dia do período

Em 2021, assistiu-se à apreciação de 15,4% do kwanza face ao dólar americano, verificando-se um reforço da valorização do Kwanza nos 9 meses de 2022 em 21,9%.



Taxa básica de juro

2022 (Setembro)	2021	2020
19,5%	20,0%	15,5%

Fonte: BNA

Nota: Taxas do último dia do período

O Comité de Política Monetária do Banco Nacional de Angola reduziu em 26 de Setembro de 2022, a taxa básica de juro para 19,5% reforçando a trajectória descendente das taxas Luibor praticadas pelo mercado.



Taxa de desemprego

2022 (Junho)

> 30%

Fonte: INE

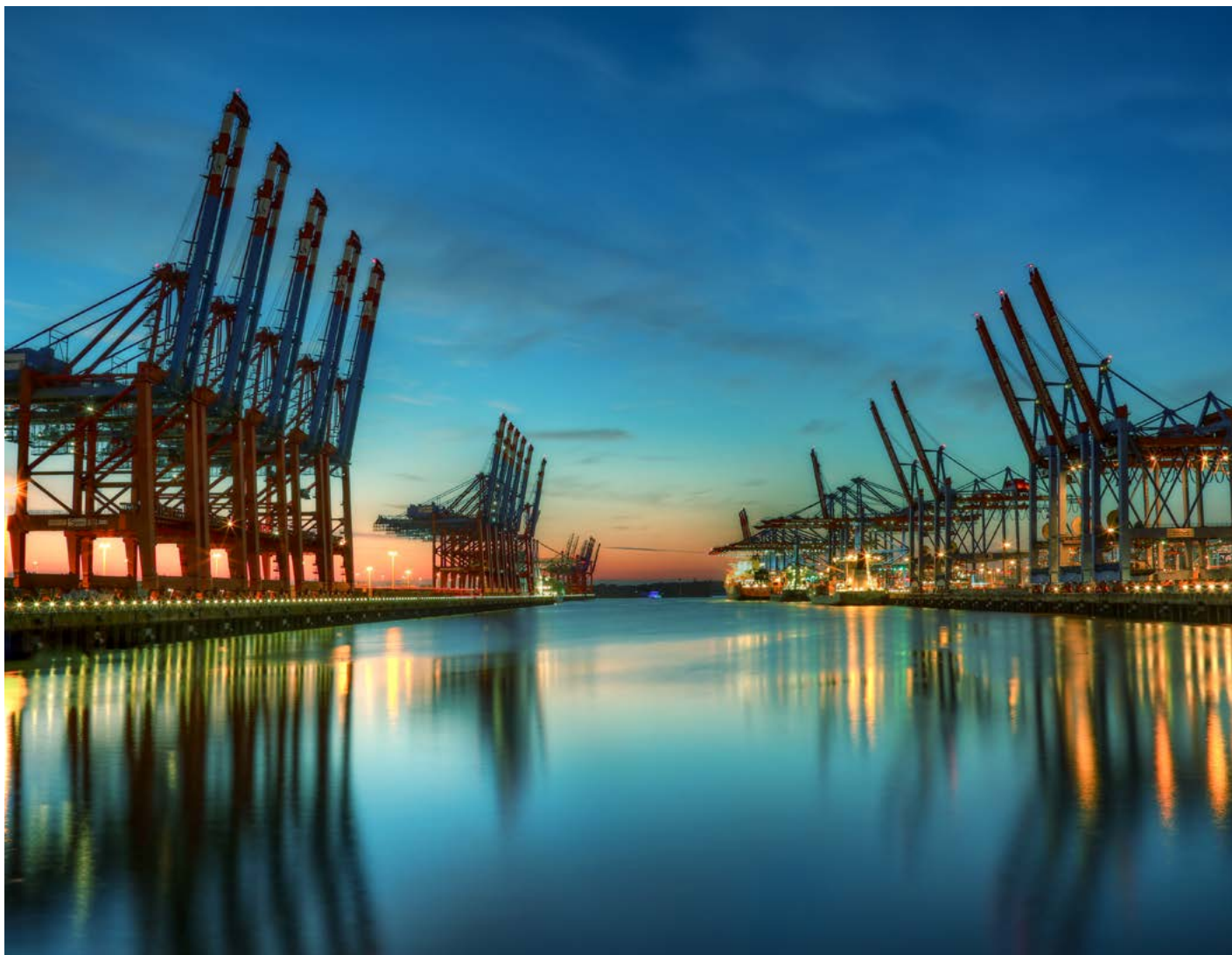
A taxa de desemprego fixou-se em 30,2% no segundo trimestre de 2022, segundo o Instituto Nacional de Estatística, que considera o emprego informal representativo de quase 80% das pessoas empregadas em Angola.

Introdução

Antes da crise pandémica COVID-19, Angola já enfrentava um período de recessão económica, iniciado em 2014, tendo recebido em 2018 o apoio financeiro e técnico do Fundo Monetário Internacional, com o objectivo de restaurar a sustentabilidade externa e orçamental, melhorar a governação e a diversificação da economia, para promover um crescimento económico mais sustentável e alavancado no sector privado.

As previsões macroeconómicas mais recentes para o PIB da economia angolana, confirmam um crescimento para 2022 acima das últimas previsões do Executivo que apontavam para 2,7%, estimando-se em 2,9% segundo o último *World Economic Outlook* do Fundo Monetário Internacional, e em 3,1% de acordo com *Africa's Pulse* de Outubro do Banco Mundial.

Para o global da África Subsariana, o Fundo Monetário Internacional aponta um crescimento do PIB de 3,6% em 2022, sendo que o Banco Mundial estima um crescimento de 3,2%.



Principais indicadores macroeconómicos

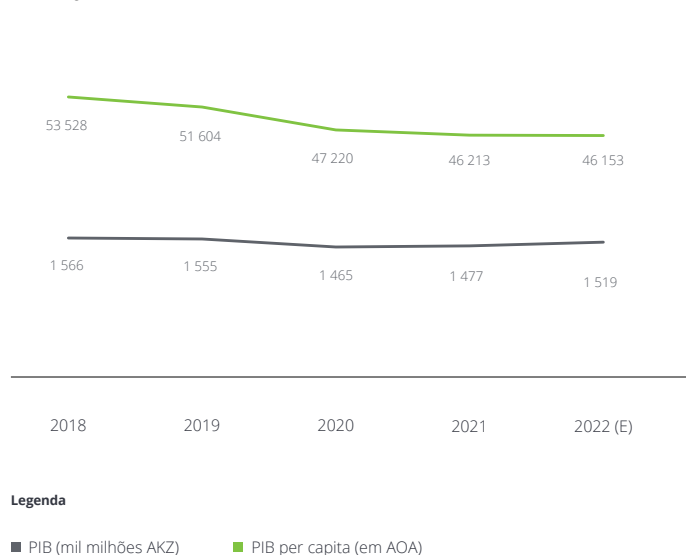
Produto Interno Bruto

O impacto da pandemia na economia angolana começou a diminuir, num contexto de aumento dos preços do petróleo e alívio das medidas de contenção. As previsões mais recentes apontam para que o crescimento do sector não petrolífero contribua, positivamente, para uma estabilização da economia a partir de 2022.

O sector petrolífero e do gás natural, após um longo período de sucessivos desempenhos negativos, deverá apresentar em 2022 uma taxa de crescimento positiva de 1,6%, decorrente da escalada do preço a nível mundial do petróleo que se verificou ao longo do 1º semestre e que contribuirá, positivamente, para o crescimento esperado em 2022 do PIB em torno de 3%.

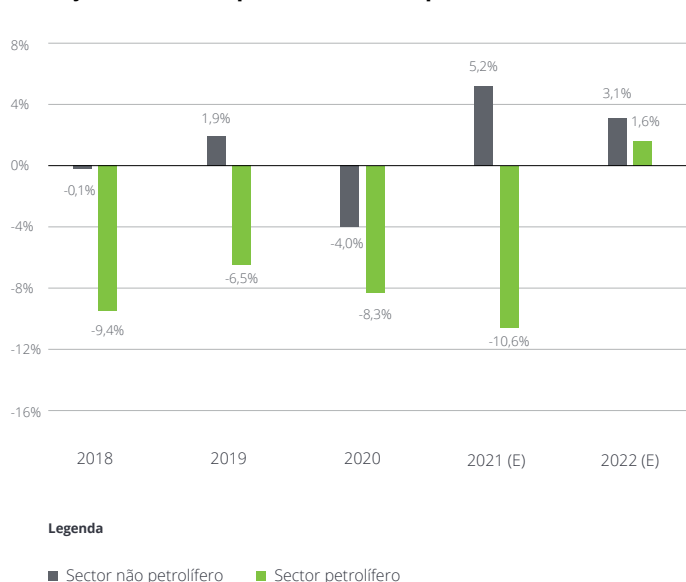
O sector não petrolífero deverá reforçar em 2022, o processo em curso para a estabilização e diversificação da economia, estimando-se um desempenho positivo de 3,1%, com especial contributo da indústria de extractiva (10,0%), indústria transformadora (5,0%) e agricultura (4,3%). Já as restantes indústrias de pesca, energia, construção e serviços mercantis, terão um desempenho positivo abaixo de 4%.

Evolução do PIB real (2018 – 2022)



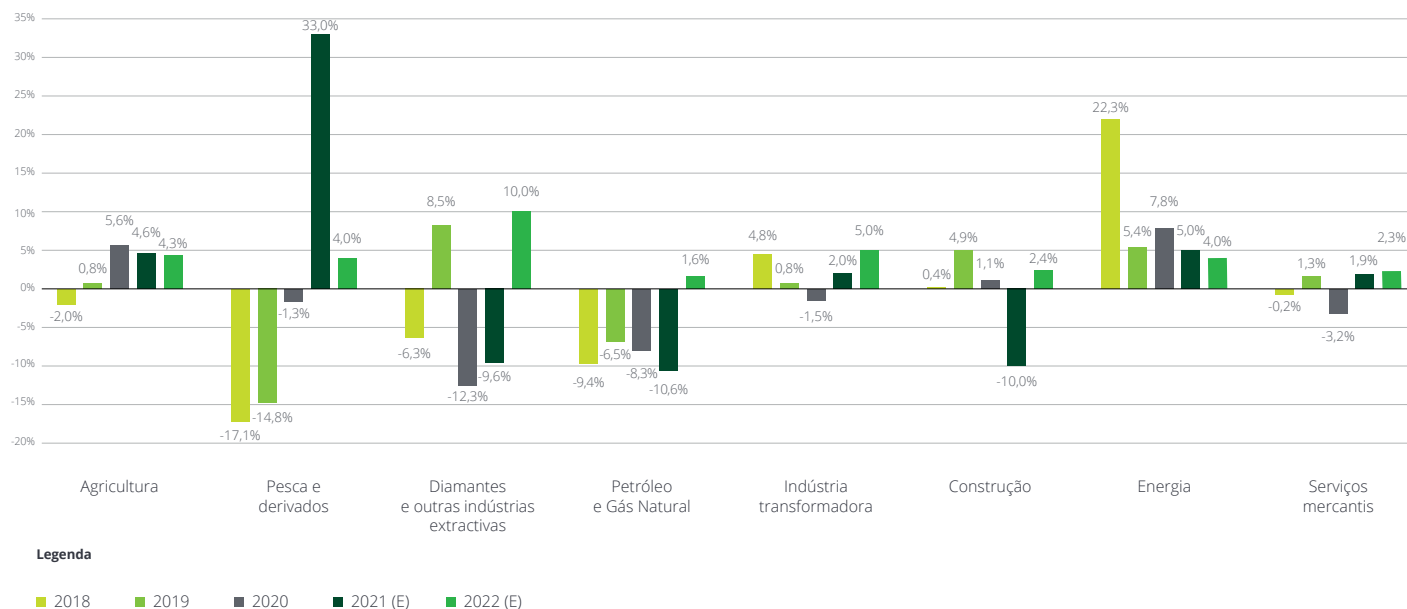
Fonte: FMI – *World Economic Outlook*, Outubro 2022

Evolução do PIB real petrolífero e não petrolífero (2018 – 2022)



Fonte: Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2022

Evolução do PIB por sectores de actividade (2018 – 2022)



Fonte: Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2022

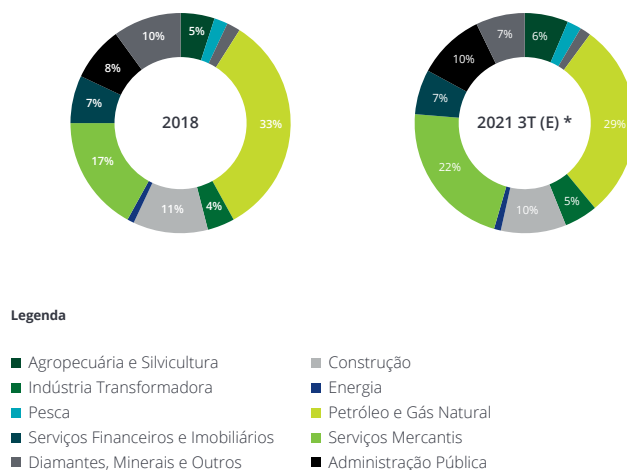
O sector petrolífero e gás natural apresenta o peso mais elevado na estrutura da economia nacional (29% no 3º trimestre de 2021), longe do alcançado até finais de 2017 (21%), apesar de se verificar uma melhoria face aos máximos registados nos últimos anos (33% em 2018 e 2019).

O Executivo prevê, no seu programa orçamental, alcançar um peso contributivo do sector petrolífero, e gás natural, em torno de 25% do PIB estimado para 2022.

O sector da agropecuária e silvicultura tem vindo a assumir um papel de preponderante importância na economia, apresentando, actualmente, o valor mais elevado da última década (acima de 6%). Os serviços mercantis representam 22% da economia global, em comparação com 17% em 2018, representando uma recuperação dos impactos gerados pela pandemia.

O peso do desempenho que o sector petrolífero apresenta na estrutura do produto interno bruto angolano, aliado a uma estrutura económica ainda pouco robusta e diversificada, impõe a continuidade na promoção pela diversificação económica, sendo assim crucial para a redução dos elevados níveis de desemprego, para um crescimento inclusivo e para a consolidação da sustentabilidade económica de Angola.

Estrutura da economia (2018 – 2021)

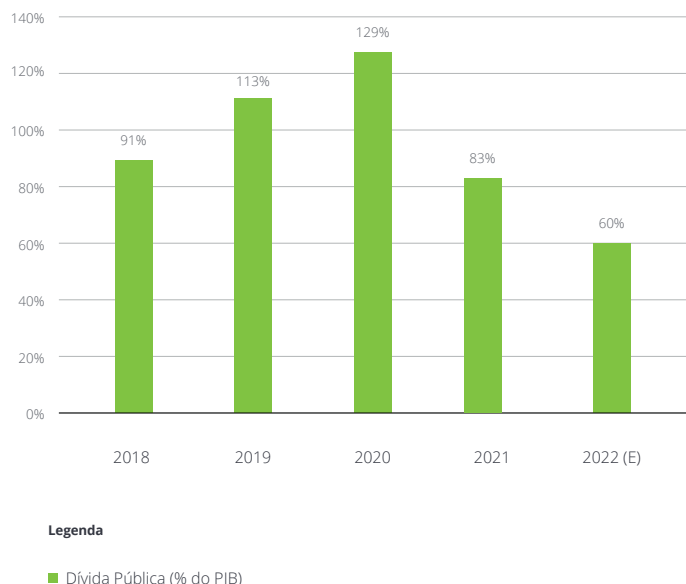


Fonte: BNA – Contas Nacionais
* últimos dados disponíveis

Dívida Pública

Após um período de crescimento sistemático da dívida pública angolana até 2020 fixando-se, nesse ano, em 129% do PIB gerado, o Executivo assegurou até Junho de 2022 uma taxa revista de 66%, justificado, fortemente, pela apreciação da moeda nacional e crescimento do PIB nominal, estimando alcançar um patamar em torno de 60% no fecho de 2022.

Dívida Pública (2018 – 2022)



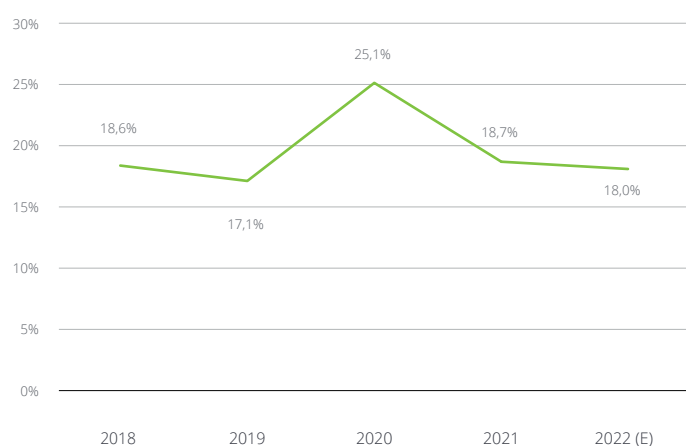
Fonte: Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2022; Unidade de Gestão da Dívida Pública – Plano Anual de Endividamento 2022

Taxa de inflação

Após o pico verificado em 2016 e 2017 em torno de 30%, a taxa de inflação tem vindo a apresentar uma trajectória de estabilização em torno de 17-19%, exceptuando a verificada em 2020 decorrente da pandemia, em resultado da adopção pelo Executivo das medidas de estabilização macroeconómica, no quadro do apoio financeiro e técnico recebido do Fundo Monetário Internacional.

Segundo as previsões do Executivo, prevê-se um valor da inflação de 18% em 2022, em oposição ao Fundo Monetário Internacional que aponta para uma taxa de 21,7% e 11,8% em 2022 e 2023, respectivamente. Note-se que a persistência de pressões inflacionistas, a nível global, induz desafios relevantes atendendo ao objectivo de desinflação sustentada no médio prazo.

Taxa de inflação homóloga de Angola (2018 – 2022)



Fonte: Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2022

Taxa de câmbio

Após a desvalorização da moeda nacional verificada na última década, tem-se assistido desde 2021 a uma inversão consistente da trajectória cambial, com o Kwanza a apreciar-se nos primeiros nove meses de 2022 em 21,9%, face ao dólar norte-americano e em 32,5%, face ao euro. A valorização verificada é resultado do aumento dos preços médios das cotações internacionais do petróleo ocorrida no período.

A política monetária permanece restritiva, com o objectivo de apoiar as reformas estruturais do mercado cambial e conter os riscos da inflação. O objectivo será continuar com a normalização da taxa de câmbio e minimizar a diferença para as taxas praticadas no mercado paralelo. O regime de câmbio flutuante tem aproximado o câmbio formal do “informal”.

O Banco Nacional de Angola pretende continuar a reforçar a flexibilização do regime de taxa de câmbio, com uma política monetária restritiva, com vista à retoma do processo de desinflação da economia.

Taxa de câmbio (2018 – 2022)

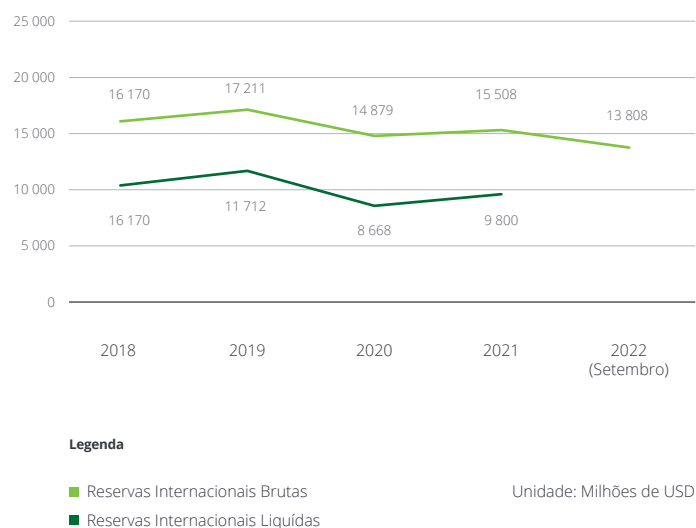


Fonte: BNA. Taxas de final de ano

Reservas internacionais

Em linha com a desvalorização cambial da moeda nacional verificada na última década, tem-se vindo a registar uma redução do volume de reservas internacionais ao longo desse período, ainda que o ritmo da trajectória descendente tenha abrandado a partir de 2018, ascendendo as reservas internacionais brutas a 13,8 mil milhões de USD em Agosto de 2022.

Reservas internacionais (2018 – 2022)



Fonte: BNA – Evolução das Reservas Internacionais

Nota: Em Abril de 2022, o BNA restringiu o apuramento para reservas internacionais brutas, descontinuando o cálculo em termos líquidos

Taxas de juro

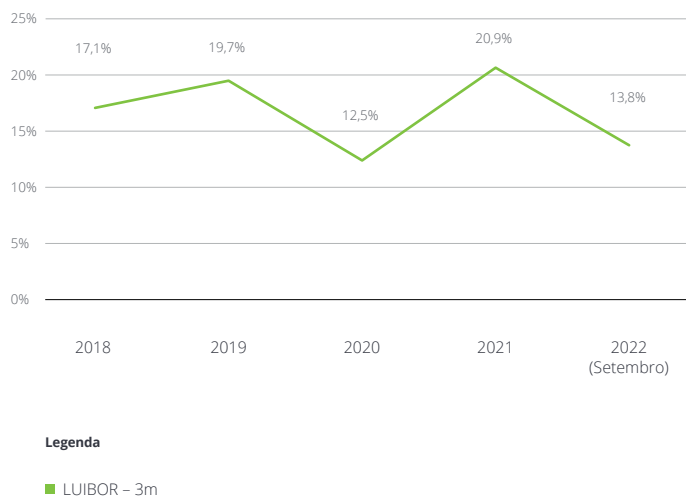
O Banco Nacional de Angola tem vindo a preconizar uma política monetária restritiva, de acordo com indicadores de inflação de preços e cambial da moeda nacional.

Em 26 de Setembro de 2022, data da última reunião do Comité de Política Monetária do Banco Nacional de Angola, confirmou-se a perspectiva de a taxa de inflação vir a situar-se abaixo dos 18% inicialmente previstos, possibilitando a aprovação de um corte de 50 pontos base na sua taxa básica de juro, fixando-a em 19,5%.

Em virtude da política monetária seguida, a taxa LUIBOR a 3 meses que atingia 20,9% no fecho de 2021, reduziu para 13,8% durante os primeiros nove meses de 2022.

As taxas *overnight* e a 9 meses, também apresentaram uma redução expressiva nos primeiros nove meses de 2022, alcançando 11,0% (2021: 18,7%) e 15,7% (2021: 23,4%), respectivamente.

Taxa LUIBOR a 3 meses (2018 – 2022)



Fonte: BNA – Estatísticas Monetárias e Financeiras

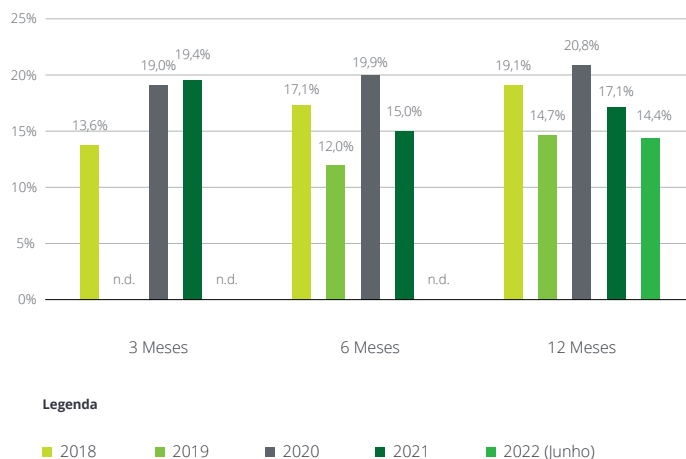


Evolução das Yields

A *yield* dos bilhetes do tesouro a 12 meses fechou 2021 em 17,1%, após ter atingido 20,8% em 2020. A 3 e 6 meses, as taxas *yield* eram de 19,4% e 15,0% no final de 2021.

A 12 meses a *yield* dos bilhetes do tesouro apresentou uma diminuição nos primeiros 6 meses de 2022, fechando o semestre em 14,4%.

Evolução das Yields (2018 – 2022)



Fonte: BNA - Estatísticas Monetárias e Financeiras

Massa Monetária¹

Entre 2018 e 2021 a massa monetária aumentou 45,3%, repartida de forma homogénea entre os 3 agregados monetários. Durante o 1º semestre de 2022, tem-se verificado uma ligeira diminuição da massa monetária em torno de 4,4%, com menor incidência no agregado M1 de moeda.

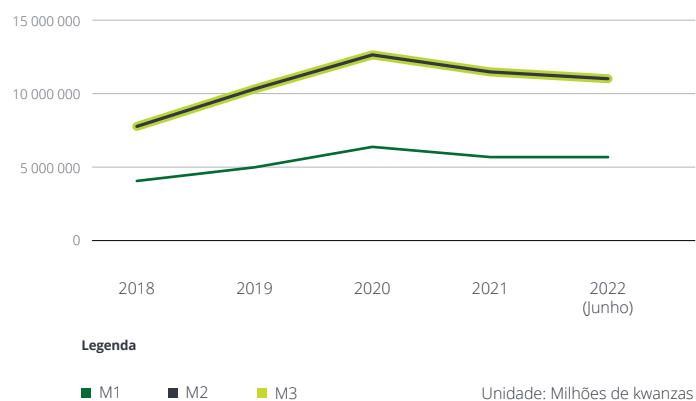
¹ A Massa Monetária é composta por M1, M2 e M3.

M1 (Moeda): compreende as Notas e moedas em poder do público + Depósitos à Ordem de empresas, de particulares e do governo local, em moeda nacional e moeda estrangeira.

M2 (Moeda + quase Moeda): M1 + Depósitos a prazo das empresas e de particulares, em moeda nacional e estrangeira + Outras Obrigações em moeda estrangeira de empresas e particulares.

M3 (Meios de Pagamento): M2 + Outros Instrumentos Financeiros, representados pelos títulos do banco central em poder de entidades privadas + Empréstimos e Acordos de Recompra, quer em moeda nacional quer em moeda estrangeira, dos particulares e das empresas não financeira privadas.

Massa Monetária (2018 – 2022)



Fonte: BNA – Agregados Monetários

Nota: M2 e M3 apresentam valores muito próximos e não distinguíveis graficamente

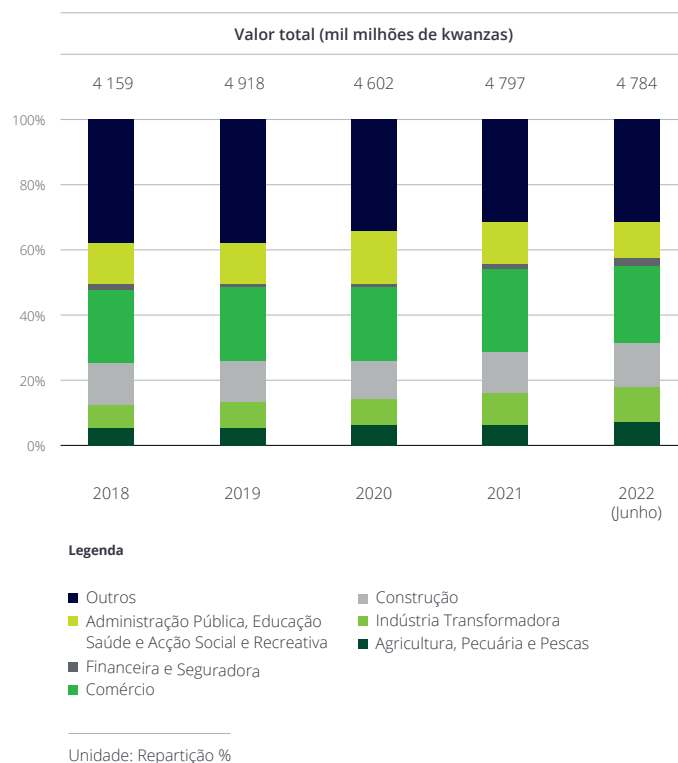
Crédito à economia por sector de actividade

O crédito à economia tem apresentado uma trajectória crescente em todo o período em análise, com uma taxa média de crescimento de 15,3% entre 2018 e 2021. Em 2020 verificou-se um decréscimo anual do crédito em 6,4%, decorrente da estagnação da actividade económica provocada pela pandemia.

Em 2021 a recuperação do crédito à economia alcançou 4,2%, ainda abaixo da quebra registada no ano anterior, destacando-se o crescimento do crédito à indústria transformadora (26,3%), ao comércio (19,2%) e à construção (10,1%), representando estes 3 sectores 48% do total do crédito à economia em 2021.

Tem-se vindo a verificar um aumento do crédito ao sector agrícola, pecuário e pescas alcançando 8% da carteira total no final do 1º semestre de 2022, o que compara com 5% em 2018.

Crédito à economia por sector de actividade (2018 – 2022)



Fonte: BNA – Estatísticas Monetárias e Financeiras

Considerações finais e perspectivas futuras

O ano de 2021 registou uma recuperação económica mundial de 6,0% após uma recessão de 3,0% verificada em 2020, em resultado dos impactos da crise pandémica COVID-19.

Nas economias mais desenvolvidas observou-se uma recuperação do crescimento em 5,2%, idêntica à verificada na Zona Euro, mas abaixo do registado nos Estados Unidos da América (5,7%). A China e a Índia alcançaram taxas de crescimento superiores a 8%, com o Brasil, Rússia e África do Sul, a apresentarem taxas inferiores a 5%, à semelhança do verificado na globalidade da região da África Subsaariana.

As projecções para 2022 e 2023 indiciam um abrandamento do crescimento económico mundial apontando para taxas de crescimento em torno de 3% e 2,5%, respectivamente, em resultado da guerra na Ucrânia. Tendo esta impactos no aumento dos preços da energia e alimentos, na inflação elevada, no reforço de políticas monetárias mais restritivas, no aumento dos custos de financiamento e, ainda, da persistência dos confinamentos na China devido à política COVID Zero.

Decorrente da incerteza do panorama mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a OCDE, têm vindo a rever, consistentemente, as suas previsões económicas do produto interno bruto, com sucessivas revisões em baixa, em resultado dos efeitos da redução do poder de compra das famílias e das políticas monetárias dos principais bancos centrais, muito mais restritivas.

Na Europa e nos Estados Unidos da América, a revisão em baixa reflecte as repercussões da guerra na Ucrânia e da política monetária iniciada, com a inflação a manter-se persistente e incerta para 2023, aliada aos desequilíbrios da oferta e da procura.

Na China os novos bloqueios, e o aprofundamento da crise imobiliária, têm reforçado as revisões em baixa das projecções para o crescimento em 2023, com grande impacto mundial.

Para a África Subsaariana também a guerra da Ucrânia tem repercussões económicas, quer ao nível do petróleo e gás, quer ao acesso e preço dos alimentos, sobrecarregando os saldos externos dos países importadores dessas *commodities*, bem como adicionais preocupações com a segurança alimentar numa grande parte da população.

Desta forma, prevê-se que o ciclo de abrandamento económico mundial venha a impactar os níveis exportadores dos países da África Subsaariana, decorrentes de uma menor procura de matérias-primas por parte da China.

Também o Banco Mundial sinalizou em Setembro do corrente ano, que o aumento das taxas de juros que se tem vindo a verificar pelos principais Bancos Centrais, e que se prevê continuar, poderá não ser eficaz no combate à inflação, podendo mesmo conduzir a uma recessão sem precedentes nos últimos 50 anos. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional, a economia angolana, em 2020, registou uma diminuição do PIB de 5,8%, verificando-se em 2021, um crescimento de 0,8%. Para 2022 estima-se um crescimento de 2,9%, evidenciando uma recuperação progressiva da recessão apurada em 2020.

Destacam-se, também, os resultados das medidas adoptadas pelo Executivo para redução da dependência estrutural da economia face ao sector petrolífero, e da volatilidade do preço dessa matéria-prima nos mercados internacionais.

O Executivo angolano, no quadro do apoio financeiro e técnico do Fundo Monetário Internacional e do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, tem procurado promover a estabilidade macroeconómica, as políticas sociais de habitação, saúde e educação, o investimento privado e diversificação da economia. Este propósito tem sido alicerçado em reformas dos regimes cambial, fiscal, investimento e privatizações, assim como na procura de uma integração mais abrangente da população na economia formal, instigando um reforço da literacia financeira conducentes a um aumento do nível de bancarização.

Apesar das políticas desenvolvidas pelo Executivo nos últimos anos, o processo de recuperação económico de Angola ainda não se afigura suficiente para uma redução estrutural da taxa de desemprego que se situa em torno de 30%, sendo superior a 55% na faixa etária até aos 24 anos, com os directos efeitos no índice de pobreza da população do país.

O Fundo Monetário Internacional mostra-se confiante na resiliência da economia angolana, apesar da propensão a vulnerabilidades externas, recomendando a continuidade dos esforços de reformas, e promovendo a redução na dependência de oferta energética que o país dispõe.

Finanças Sustentáveis

Finanças Sustentáveis*

Num mundo em que o futuro está a acontecer de forma rápida e dinâmica, vamos ouvindo falar cada vez mais de sustentabilidade, seja na comunicação social, nas redes sociais e na publicidade a vários eventos sobre esta temática. Toda a gente fala de sustentabilidade, e já se tornou numa *buzzword*.

Mas afinal o que é a sustentabilidade?

A sustentabilidade no mundo empresarial refere-se à longevidade das empresas e o seu contributo a longo prazo nas vertentes Ambiental (E), Social (S) e Governança (G). Fruto do desenvolvimento sem precedentes das últimas décadas, incluindo a agricultura intensiva, a revolução tecnológica e o aumento massivo das necessidades de energia, que colocaram mais pressão sobre os recursos do planeta, a vertente ambiental é a mais conhecida e mais falada, especialmente no que se refere às alterações climáticas.

Se o impacto que as Organizações têm no planeta e na sociedade não é uma novidade, reconheceu-se nos últimos anos que as boas intenções e comunicações ao mercado já não são suficientes. Deste modo surgiu em 2015 o Acordo de Paris (com o objectivo de atingir a neutralidade carbónica em 2050) e os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU).

Reconheceu-se também que o sector financeiro tem a oportunidade de contribuir activamente e acelerar a transição para o desenvolvimento económico e responsável centrado nos 3 pilares da sustentabilidade pela responsabilidade de alocação de fundos a iniciativas que promovam os pilares da sustentabilidade e pela oferta de produtos e serviços que integrem e respeitem esses mesmos princípios. Nasceu assim o conceito de Finanças Sustentáveis.

Embora tenham entrado em vigor algumas iniciativas durante este período, o ponto de viragem surgiu em 2018 com o Plano de Acção da Comissão Europeia que apresentava 10 acções para as Finanças Sustentáveis. Com esse Plano começaram a surgir diversos pacotes regulamentares e a União Europeia tem vindo a acelerar a intensidade de consultas e emissão de regulamentação relacionada com este tema. Estes regulamentos não são dirigidos apenas ao sector financeiro, mas a todos os sectores empresariais, tendo assim um impacto global na economia.

Para o sector bancário, a regulamentação emitida detalha as expectativas dos reguladores em matéria de gestão de riscos ambientais, sociais e de governação (ESG), designadamente no que respeita à gestão dos potenciais impactos:



- **Impactos *outside-in*** – impacto financeiro que os factores ESG possa ter nas Instituições: A regulamentação europeia tem sido mais focada na inclusão dos factores ESG no apetite ao risco das instituições, no processo de análise e decisão de crédito, na monitorização e *stress testing*;
- **Impactos *inside-out*** – impactos que as instituições possam causar na sociedade e no planeta: Os impactos têm sido maioritariamente reflectidos na Banca em requisitos de reporte da actividade, classificada por exemplo através das emissões ou grau de sustentabilidade da carteira (*Green Asset Ratio*).

A par da regulação, a indústria financeira começou a identificar um conjunto de **oportunidades** através de áreas de foco ESG:

- **Mitigar o impacto** do declínio económico causado pelo **COVID-19**: De acordo com a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), as empresas com boa *performance* ESG foram mais resilientes durante a crise do COVID-19. Com efeito, os bancos estão a integrar factores ESG nas suas estratégias e processos com o objectivo de contribuir para um sistema financeiro mais resiliente, que possa lidar melhor com choques devido a incertezas como a pandemia que enfrentámos.
- **Promover produtos de crédito sustentáveis**: O mercado de empréstimos para a sustentabilidade consiste em empréstimos verdes e empréstimos vinculados à sustentabilidade. Este mercado teve um crescimento acentuado desde a sua criação em 2013 e foi avaliado em aproximadamente US\$ 200 bilhões em 2020. Além disso, as evidências sugerem que a dívida sustentável e as obrigações verdes (*green bonds*) são mais resilientes em comparação com a dívida corporativa convencional.
- **Transição para uma economia neutral em carbono (*net-zero*) até 2050**: Os principais bancos globais já se comprometeram a alinhar seus portfólios com a meta climática da ONU para limitar o aquecimento global abaixo de 2°C e alcançar uma economia neutral em carbono até 2050. Assim, os bancos estão a desenvolver novos produtos financeiros, a implementar políticas de exclusão, a avaliar e gerir riscos e a realizar avaliações de alinhamento do portfólio com este objectivo.

Considerando a pressão regulamentar, assim como os riscos e oportunidades que se têm identificado em matéria de sustentabilidade, os Bancos começam a definir o seu posicionamento e estratégia ESG, assim como ao desenvolvimento de um conjunto de acções, para responder aos vários **impactos** que afectam a sua organização:

- **Impactos na estratégia e objectivos**: definição de compromissos e objectivos de desenvolvimento sustentável até 2050, bem como no posicionamento da marca e comunicação com o mercado.
- **Impactos na oferta de produtos e serviços**: adaptação da oferta com o objectivo de apoiar os clientes na sua transição para uma economia mais sustentável; ajustamento do *pricing* aplicado para consideração de riscos ESG; ajustamento do processo de análise e decisão para incorporação de factores ESG; obtenção das preferências em matérias de sustentabilidade na prestação de serviços de consultoria de investimento e nos investimentos em activos sustentáveis.
- **Impactos nas operações e na gestão ambiental**: avaliação da eficiência ambiental; ajustamento do processo de avaliação de fornecedores e parceiros para incorporação de factores ESG; estimação da pegada de carbono; certificações ambientais.
- **Impactos nas pessoas e na sociedade**: ajustamento dos programas de incentivos comerciais; criação de programas de diversidade e inclusão; políticas de trabalho e melhoria das condições de trabalho; acção social e responsabilidade de literacia financeira.
- **Impactos no risco e *compliance***: revisão das *frameworks* de risco e estimativa de impactos; monitorização de riscos ESG; revisão das divulgações e reportes.
- **Impactos no financiamento**: identificação de riscos ao financiamento e fontes alternativas com apetite ao investimento sustentável; certificação dos processos de alocação de fundos a actividades sustentáveis.
- **Impactos fiscais**: identificação de incentivos fiscais que promovem actividades sustentáveis.

- **Impactos legais:** importância de ajustar e visitar a governação corporativa dos bancos como aspecto essencial para efeitos da inclusão de princípios ESG nos processos decisórios e antecipação das melhores práticas; revisão de uma perspectiva técnico-jurídica das *frameworks* de risco e estimação de impactos; revisão das divulgações e reportes de modo a passarem a incluir matéria de sustentabilidade; ponderação da criação de um *ESG Officer* ou comités de supervisão de ESG; elaboração e revisão de regulamentos ESG; publicação e comunicação de desempenho ESG; assegurar a diversidade na constituição dos órgãos sociais; implementação de novas políticas remuneratórias e definição de novos KPIs; análise de *benchmarking* e antecipação de práticas ESG adoptadas internacionalmente, como medidas adequadas e eficazes anti-corrupção e contra o branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo e proliferação das armas de destruição maciça.

Importância da assessoria jurídica em matéria de ESG como um acelerador da instituição, com uma lógica inclusiva, de convergência e alinhamento de interesses (entre os gestores e os investidores, as empresas, seus colaboradores e demais *stakeholders*), a calibrar segundo as escolhas e as particularidades de cada instituição. Compreender o “G” de Governação como aspecto fundamental, e não apenas como um critério de investimento (como o “E” e o “S”), mas sobretudo uma condição da eficácia da sustentabilidade. A assessoria jurídica em matéria de Governação permite preparar, aprovar e acompanhar decisões de ESG, como motor da implementação, mas também como factor essencial na monitorização e verificação da correspondência entre o que é anunciado e o que é o resultado, para evitar o *greenwashing*, para assegurar o rigor da informação e o conteúdo das comunicações e assim afastar o risco da retórica empresarial e do oportunismo, com a mitigação do risco das consequências jurídicas daí advenientes.

A assessoria jurídica tem ainda um papel fundamental na literacia dos *boards*, para poderem conhecer e decidir fundadamente em matéria de sustentabilidade, de forma adequada à realidade concreta de cada instituição, mas também na antecipação e na transposição das normas e melhores práticas em matéria de sustentabilidade – no sector financeiro há tradicionalmente muita regulação e pacotes normativos bastante complexos

e aí o desafio maior será o de auxiliar as instituições a conseguir estar a par do volume muitas vezes incomensurável da regulação financeira e da respectiva adequação à realidade de cada uma.

Angola – Relato não financeiro em análise

Pela análise dos Relatórios e Contas de alguns bancos angolanos, verifica-se que já estão a ser dados os primeiros passos na divulgação de informação em matéria de sustentabilidade. O maior foco encontra-se na divulgação relacionada com o pilar da Governação (G), nomeadamente no que respeita à composição do *board*, existência de políticas e formação referente a corrupção, divulgação de incidentes de corrupção, perdas resultantes de procedimentos legais ou impostos pagos.

No pilar Social (S), a maioria dos indicadores divulgados centra-se na informação dos colaboradores, em particular no número total, novas contratações, taxa de rotatividade, investimento em I&D, formação, bem como um conjunto de acções de responsabilidade social. Começa-se igualmente a observar no sector bancário a divulgação de informação sobre iniciativas de literacia financeira.

É no pilar Ambiental (E) onde se verificam maiores oportunidades de divulgação, não havendo nenhum banco até à data a reportar indicadores ambientais, sendo os mais comuns aqueles que se relacionam com o consumo de água e energia ou o reporte de emissões de gases com efeitos de estufa.

Em suma, Angola tem vindo a ser dados alguns passos para incluir os riscos ESG na legislação bancária, mas existe ainda um longo percurso a ser efectuado, particularmente na obrigatoriedade dos Bancos apresentarem Relatórios de Sustentabilidade, bem como divulgações associadas ao Risco Climático. Note-se que estes pontos são já prática comum em várias jurisdições, nomeadamente europeias, que têm vindo a liderar as principais discussões e emissão de legislação relacionada com ESG e que podem ajudar Angola no processo em curso de equivalência de supervisão com a Autoridade Bancária Europeia (EBA).

* Este texto foi escrito em colaboração com a Sociedade de Advogados CTSU, a *Deloitte Legal Practice*.

Estudo da Banca em Análise 2022



Activos

O valor **total de activos** **decreceu em aproximadamente 5,4%**. Para este decréscimo muito contribuiu a valorização do Kwanza face ao Dólar norte-americano e ao Euro, levando a que os activos expressos em moeda estrangeira tivessem uma desvalorização.

-5,4%



Títulos e Valores Imobiliários

Os títulos e valores mobiliários apresentam uma redução na ordem dos 3% no peso total dos activos, **passando de um peso de 36% para 33% em 2021**. Esta redução foi influenciada pela valorização da moeda nacional, a qual foi atenuada pelas reversões de imparidade registadas em 2021 nos títulos de dívida pública, decorrentes da melhoria do *rating* de Angola.

-3 p.p.



Crédito Líquido a Clientes

O Crédito Líquido a Clientes apresentou um crescimento de 4%, para o qual contribuiu significativamente a manutenção das medidas de estímulo ao financiamento adoptadas pelo Executivo Angolano. Por outro lado, o crescimento foi atenuado pelo abrandamento da economia mundial e valorização do Kwanza face ao Euro e ao Dólar norte-americano, que reduziu o valor do crédito concedido em moeda estrangeira.

+4%



Rácio da Solvabilidade Regulamentar

Aumento de 4,58 pontos percentuais no Rácio de Solvabilidade face a 2020, **equivalendo a 24,2%**, mantendo-se deste modo acima do valor mínimo regulamentar com uma margem de segurança, o que demonstra a resiliência do sector.

+4,6%





Rácio de Transformação

Aumento do rácio de transformação dos Bancos, passando **de 21,3% para 23,7% em 2021**, resultante do aumento do crédito líquido a clientes ser em menor proporção do que a redução dos depósitos captados, este último justificado pela valorização cambial da moeda nacional que implicou na redução dos depósitos captados em moeda estrangeira.

-2,4%



Cost-To-Income

O rácio *cost-to-income* reduziu em 26 pontos percentuais, face a 2020, equivalendo a cerca de **61% face aos 87%** registados em 2020. Caso não fosse considerado o contributo do BPC, este rácio seria de aproximadamente 56% em 2021 e 35% em 2020.

-26%



Margem Financeira

A margem financeira apresentou um **crescimento de 16% em 2021**, fruto do aumento de cerca de 12% nos juros e rendimentos gerados pelos Bancos, em oposição ao custo suportado nos juros e custos suportados pelos bancos que registou um aumento de apenas 6%.

+16%



Resultados Líquidos

Os Resultados Líquidos da Banca registaram um aumento de 898 mil milhões de kwanzas face a 2020 (2021: 592 mM AOA e 2020: -304 mM AOA). Este crescimento foi impulsionado pela melhoria do *rating* de Angola e consequente reversão de perdas por imparidade, bem como da variação positiva dos Resultados do BPC (não obstante serem negativos) e do BE que registou o maior resultado do sector em 2021 (após 2 anos de prejuízos avultados). Caso não fosse considerado o BE e o BPC, os resultados do sector tinham registado um crescimento de 40% (2021: 502 mM AOA e 2020: 359 mM AOA).

+896 mM AOA



Bases de preparação do estudo

A análise do sector bancário nacional resulta, à semelhança do que tem sido a metodologia adoptada em edições anteriores, da compilação da informação pública disponibilizada pelos Bancos que actuam no mercado angolano e pelo Banco Nacional de Angola (BNA). Para efeitos de comparação, foram também recolhidos alguns dados referentes a outros mercados, nomeadamente o português, norte-americano, sul-africano e nigeriano.

Os valores agregados, salvo quando expressamente mencionado, resultam da informação do sistema financeiro disponível na página de internet do Banco Nacional de Angola.

O presente Estudo inclui a informação financeira em base individual dos Bancos a operar em Angola durante o ano de 2021, com a excepção do Banco VTB África, S.A., para o qual ainda não se encontra disponível o Relatório e Contas. Relativamente ao Banco Económico, S.A., importa referir que, até à data de elaboração do presente estudo, não publicou as Demonstrações Financeiras para os anos de 2019, 2020 e 2021, tendo, no entanto, emitido no dia 12 de Outubro de 2022 um comunicado de imprensa com um conjunto de dados e indicadores do Banco, com referência ao período compreendido entre 2019 e 2021, os quais foram utilizados neste estudo, sempre que possível.

Na apresentação da informação consolidada do sector, mediante a informação agregada do sector bancário disponibilizada pelo BNA, foram considerados os contributos de todos os Bancos em actividade em 2021.

Na Figura 1 são apresentados os Bancos que se encontravam em actividade no final do ano de 2021, sendo que, ao longo do Estudo, são apresentados vários *rankings* relacionados com a informação financeira destas instituições, com vista a fornecer uma visão comparativa do seu desempenho, face aos restantes elementos do sector bancário nacional. Em virtude do processo de adopção plena das Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS) ter sido concluído em 2018, a informação financeira de 2020 e 2021 foi já preparada tendo em consideração este referencial contabilístico.

Adicionalmente, os valores apresentados referentes ao exercício de 2020 foram retirados dos Relatórios e Contas com referência a 31 de Dezembro de 2020, não tendo sido considerados eventuais saldos reexpressos de 2020 presentes nos Relatórios e Contas com referência a 31 de Dezembro de 2021.

Figura 1 – Bancos em actividade em 2021

Sigla	Designação	Ano de Início de actividade
BPC	Banco de Poupança e Crédito, S.A.	1977
BCI	Banco de Comércio e Indústria, S.A.	1991
BCGA	Banco Caixa Geral Angola, S.A.	1993
BFA	Banco de Fomento Angola, S.A.	1993
BAI	Banco Angolano de Investimentos, S.A.	1997
BCA	Banco Comercial Angolano, S.A.	1999
BSOL	Banco Sol, S.A.	2001
BE	Banco Económico, S.A. *	2002
KEVE	Banco Keve, S.A.	2003
BMF	Banco BAI Micro Finanças, S.A.	2004
BIC	Banco BIC, S.A.	2005
BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola	2007
BNI	Banco de Negócios Internacional, S.A.	2007
VTB	Banco VTB África, S.A.	2007
FNB	Finibanco Angola, S.A.	2008
BCH	Banco Comercial do Huambo, S.A.	2010
BVB	Banco Valor, S.A.	2010
SBA	Standard Bank de Angola, S.A.	2010
SCBA	Standard Chartered Bank de Angola, S.A.	2014
YETU	Banco YETU, S.A.	2015
BIR	Banco de Investimento Rural, S.A.	2015
BPG	Banco Prestígio, S.A.	2015
BCS	Banco de Crédito do Sul, S.A.	2015
ATL	Banco Millennium Atlântico, S.A. **	2016
BOCLB	Banco da China Limitada - Sucursal em Luanda	2017

Fonte: BNA-Lista de Instituições autorizadas

* O Banco Económico, S.A. surge da redenominação do Banco Espírito Santo Angola S.A. ocorrida em 2014, após as medidas de saneamento aplicadas pelo BNA

** Em 2016, o Banco Millennium Angola, S.A. e o Banco Privado Atlântico, S.A. fundiram-se, dando origem ao Banco Millennium Atlântico, S.A.

Introdução

Após um período de recessão económica verificada em 2020, resultante do surgimento da pandemia do COVID-19, o ano de 2021 foi marcado pela recuperação da actividade económica, que culminou no ligeiro crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 0,8%, impulsionada pela: (i) adopção e/ou continuidade de medidas de recuperação da economia; (ii) subida dos preços do petróleo; (iii) crescimento do sector não petrolífero; (iv) valorização do Kwanza face ao Dólar norte-americano e ao Euro; e (v) melhoria do *rating* de Angola, pela agência de notação financeira *Moody's*, saindo de Caa1 para B3. Durante o início de 2022, as agências de *rating* *Fitch* e *Standard & Poors* também elevaram o *rating* do país de CCC para B-, justificando esta subida com a melhoria nas métricas externa e orçamental, sustentadas por um regresso ao crescimento económico positivo, boa gestão fiscal e pela valorização da moeda nacional, que levou a uma diminuição do peso da dívida pública em moeda externa.

Não obstante os aspectos acima referidos, houve uma subida de 2 pontos percentuais da taxa de inflação, que se situou nos 27%, face os 25% registados em 2020, resultante do contexto global de restrições na cadeia logística mundial, principalmente de economias altamente dependentes de importação, como a angolana e, adicionalmente, a nível interno, a limitação na circulação de pessoas e bens impactou no preço destes últimos.

Por outro lado, o ano de 2021, também foi marcado por um conjunto de eventos que impactaram o sector bancário, nomeadamente: (i) processo de avaliação mútua do sistema de prevenção e combate ao branqueamento de capitais financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa, realizado pelo Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), com previsão de conclusão e emissão do Relatório de Avaliação em 2023; (ii) realização da primeira privatização através de leilão em bolsa do Banco BCI, no âmbito do programa de privatizações definido pelo Executivo para o período de 2019 a 2022 (PROPRIV) e o anúncio da realização das primeiras operações de abertura de capital em bolsa em 2022, nomeadamente do BAI; (iii) actualização da metodologia de supervisão e monitoramento dos Bancos, com a introdução do Processo de Avaliação e Revisão do Supervisor (SREP); (iv) publicação da Lei n.º 24/21, de 18 de Outubro, - Lei do Banco Nacional de Angola; (v) publicação da Lei n.º 14/21, de 19 de Maio - Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras, que veio contribuir para um alinhamento do enquadramento jurídico das Instituições Financeiras

às melhores práticas internacionais e que atesta o BNA como autoridade macroprudencial nacional; (vi) publicação do Aviso n.º 10/21, de 18 de Junho – Código do Governo Societário das Instituições Financeiras (o qual foi revogado pelo Aviso n.º 01/22, de 28 de Janeiro); (vii) publicação do Aviso n.º 08/21, de 05 de Julho, sobre os Requisitos Prudenciais, que define as regras prudenciais que alinham o sistema financeiro angolano aos padrões internacionais, como os acordos de Basileia II e III; (viii) publicação do Instrutivo n.º 10/21, de 07 de Julho, sobre o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) e Instrutivo n.º 11/2021, de 07 de Julho, sobre o Processo Interno de Avaliação da Adequação da Liquidez (ILAAP); (ix) publicação do Instrutivo n.º 13/21, de 27 de Setembro, sobre Cálculo e Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco Operacional e respectiva prestação de informação periódica e Instrutivo n.º 14/21, de 27 de Setembro, sobre Risco de Liquidez; e (x) melhoria da eficiência do mercado cambial com a implementação da plataforma *Bloomberg* FXGO que permitiu negociações directas, não somente entre os Bancos e o sector petrolífero, mas igualmente companhias aéreas, seguradoras, bem como o Tesouro Nacional, a quem foi também concedida a permissão de negociação de moeda estrangeira na plataforma, desde que cumpridos os requisitos estipulados à luz do Instrutivo n.º 23/2021, de 29 de Outubro, sobre Compra e Venda de Moedas Estrangeiras na Plataforma *Bloomberg* FXGO pelas Companhias dos Sectores de Aviação e Seguros. Neste sentido, de acordo com o BNA, o Tesouro Nacional, bem como empresas dos sectores diamantífero e petrolífero, tornaram-se nos maiores provedores de Moeda Estrangeira no mercado, permitindo ao BNA deixar de ser o principal provedor e passar a exercer, essencialmente, o seu papel de Regulador e Supervisor, garantindo a liberalização do mercado cambial.

Adicionalmente, o ano de 2021 foi marcado de forma indelével pela aprovação do BNA do Plano de Recapitalização e Reestruturação do Banco Económico, S.A., para garantir a estabilidade do sistema financeiro angolano e a salvaguarda dos interesses dos credores, nomeadamente dos depositantes. De acordo com a informação disponível, este plano não prevê a utilização de fundos públicos e será monitorizado pelo BNA. O sucesso da sua implementação é preponderante para se aumentar o grau de confiança no sector bancário nacional e contribuir para a melhoria do ambiente de negócios, uma vez que o Banco Económico é um Banco sistémico, e cujas consequências de um cenário de liquidação ou

resolução poderiam ser imprevisíveis. Ainda no decorrer de 2021, foi finalizada a implementação do Programa de Estabilização Macroeconómica (PEM) definido no início de 2018, o qual contou com o acompanhamento do Fundo Monetário Internacional (FMI), ao abrigo do Programa de Financiamento Ampliado, tendo em vista o apoio às reformas económicas já iniciadas com a implementação do PEM. Como resultado deste programa pode ser destacada a implementação de medidas de consolidação fiscal como a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), bem como o alcance da estabilização do mercado cambial e das contas públicas.



Meios Electrónicos de Pagamento

Em 2021 a utilização dos Meios Electrónicos de Pagamento no mercado nacional, demonstra a tendência de crescimento verificada nos últimos anos na utilização dos Terminais de Pagamentos Automáticos (TPA), que registou uma variação positiva na ordem dos 33% face ao registado em 2020 (cerca de 15%). No que se refere à utilização das Caixas Automáticas (ATM), esta apresenta igualmente uma variação positiva em 2021, cerca de 6%, em oposição à variação negativa registada em 2020 (-1%), justificada pelo contexto pandémico que implicou uma redução do manuseio de dinheiro físico.

O número de Cartões Multicaixa Emitidos¹ passaram de 8,4 milhões em 2020 para 8,9 milhões em 2021, que se traduz num crescimento de cerca de 7%. Por outro lado, o total de Cartões Multicaixa Activos registaram um aumento de cerca de 10% passando de 5,1 milhões em 2020 para 5,6 milhões em 2021, de acordo com os dados divulgados pela Empresa Interbancária de Serviços, S.A. (EMIS), demonstrando um aumento do *gap* entre os Cartões Multicaixa Emitidos e os Cartões Multicaixa Activos.

Relativamente à rede física de Terminais, o número de ATMs registou um crescimento moderado na ordem dos 3,1%, passando de um parque de máquinas de 3 148 em 2020, para 3 247 em 2021. Por sua vez, os TPAs registaram um aumento de 12,8%, traduzindo-se num aumento de 16 696 TPAs, num total de 147 198 terminais em 2021 face aos 130 502 terminais de 2020.

Por outro lado, o canal interbancário Multicaixa Express (MCX), tem vindo a cimentar a sua popularidade com um crescimento na ordem dos 88,3% em 2021, o qual foi inferior à taxa de crescimento de 820% registada em 2020. Esta redução da taxa de crescimento justifica-se pelo facto de já ser o 3.º ano no mercado desde o seu lançamento oficial em 2019 (após um período de testes em 2018), sendo razoável que não sejam registadas taxas de crescimento tão expressivas quanto às verificadas em 2020 que teve, adicionalmente, o contexto pandémico como um factor de impulsionamento deste crescimento. Em 2021 foram registadas 338,2 milhões de transacções MCX, face às 179,6 milhões registadas em 2020.

À semelhança do ano transacto, na edição deste ano do Estudo apresentamos a evolução das transacções e montantes associados aos pagamentos ao Estado por via electrónica, através da Referência Única de Pagamento ao Estado (RUPE), que tem vindo a registar taxas de crescimento muito significativas, quer em montante, quer em número de transacções nos últimos 3 anos. Em 2020 foram registadas cerca de 2,3 milhões de transacções desta natureza, e em 2021, este número registou um aumento para as 3,9 milhões de transacções, o que se traduz num crescimento de cerca de 169%. Ao nível do montante associado a estas transacções em 2020, o mesmo ascendeu a 2 017 329 milhões de kwanzas, face a 1 750 455 milhões de kwanzas ocorridas em 2020, cifrando-se num aumento percentual de 115%.

¹ **Cartões Multicaixa Emitidos:** total de cartões emitidos, incluem os cartões válidos (incluem os cartões activos e os cartões inactivos), acrescidos dos cartões por activar.

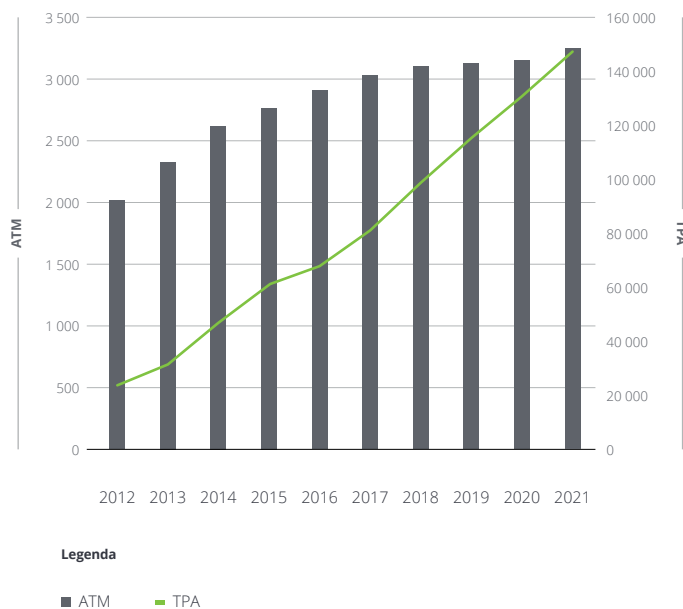


Figura 2 – Cartões Multicaixa



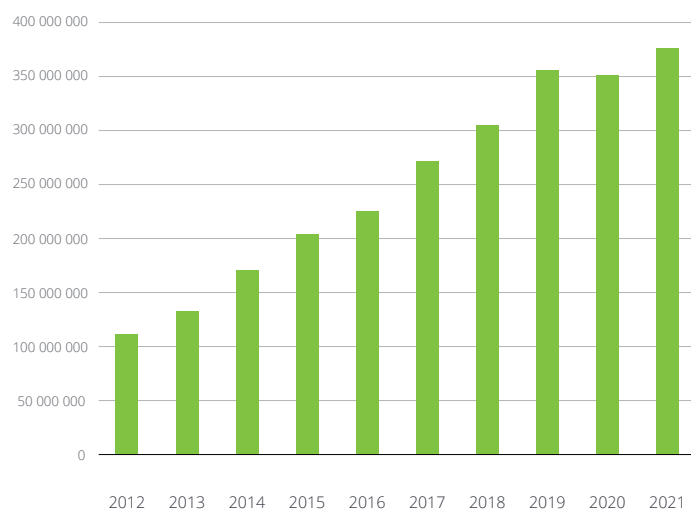
Fonte: EMIS

Figura 3 – Rede de Terminais



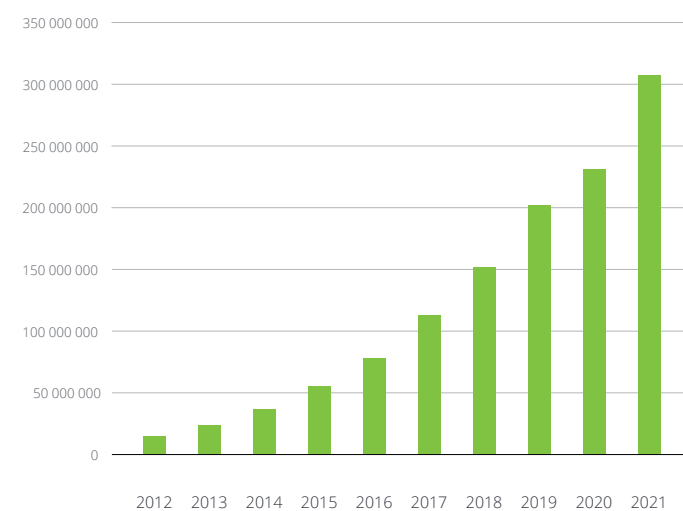
Fonte: EMIS

Figura 4 – Transacções de ATM



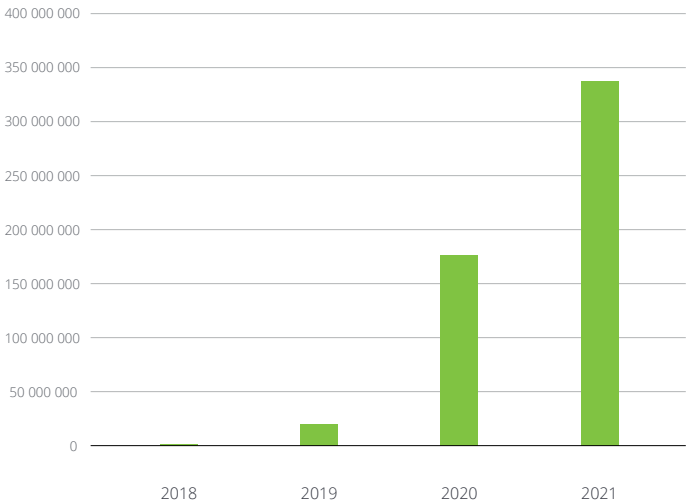
Fonte: EMIS

Figura 5 – Transacções de TPA



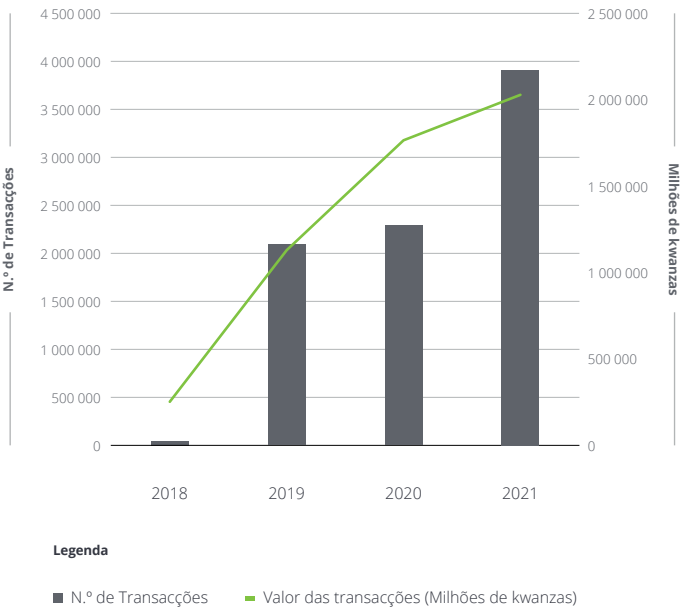
Fonte: EMIS

Figura 6 – Transacções Multicaixa Express



Fonte: EMIS

Figura 7 – Transacções RUPE*



* Referência Única de Pagamento ao Estado

Fonte: EMIS



Balcões e Colaboradores

A informação relativa a **Colaboradores** para os anos de 2019, 2020 e 2021, resulta da informação pública disponível a esta matéria. Até 2018 era utilizada informação compilada pela ABANC, que à data de elaboração do presente estudo não disponibilizou a informação com referência a 2019, 2020 e 2021.

Para o ano de 2021 o número de colaboradores registou uma diminuição de 5,2% (de 20 796 colaboradores em 2020, para 19 719 colaboradores em 2021).

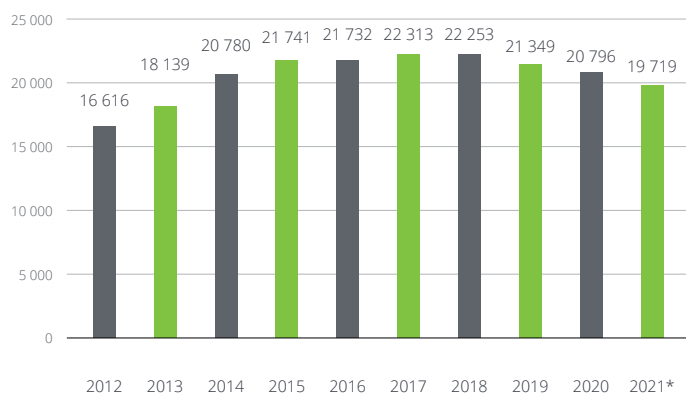
Relativamente aos dois últimos anos, 2020 e 2021, verifica-se a continuação da diminuição do número de colaboradores que tem vindo a ser levada a cabo por parte do BPC, com um decréscimo de cerca de 1 144 colaboradores desde 2018. Também os Bancos ATL (-206), BAI (-105), BE (-66), BNI (-64), KEVE (-52), BCI (-39), BCGA (-25) e o FNB (-20) apresentam um quadro de *downsizing* de colaboradores face a 2020.

A informação relativa a **Balcões** para 2020 e 2021, resulta da informação pública disponível relativamente a esta matéria. Até 2019 foi utilizada informação compilada pela ABANC, sendo que à data da elaboração do presente estudo, não disponibilizou a informação com referência a 2020 e 2021.

O número de balcões registou igualmente uma diminuição de aproximadamente 3,3% (de 1 690 balcões em 2020 para 1 635 em 2021), com destaque para o encerramento de 73 Balcões do BPC, 11 balcões do BNI e 6 balcões do BCGA. Desde 2017, foi registada uma diminuição de 476 balcões, que corresponde a um decréscimo de 22% no total de balcões no território nacional.

Em virtude de nem todos os Relatórios e Contas dos Bancos apresentarem a informação dos balcões desagregada por província, manteve-se a Figura 10 com base em informação publicamente disponível da ABANC, com informação referente a 2019. Conforme demonstrado na Figura 10, as províncias de Luanda (53%), Benguela (8%), Huíla (6%) e Huambo (4%) continuam a concentrar a maioria dos balcões existentes a nível nacional, com 71% dos balcões.

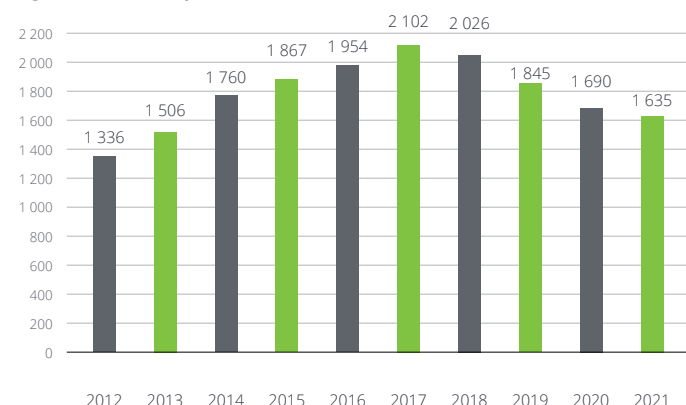
Figura 8 – Evolução do número de colaboradores



* Para o Banco VTB foram considerados os dados de 2020 por não se encontrarem disponíveis os valores referentes a 2021.

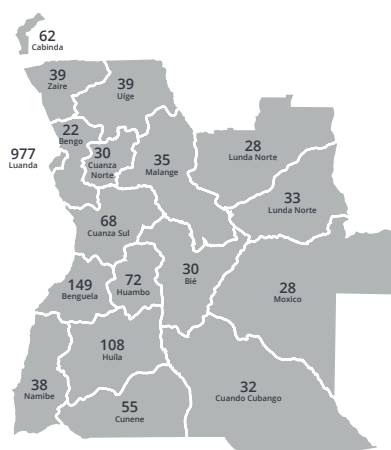
Fonte: ABANC (até 2018) e Relatórios e Contas dos Bancos (2019 a 2021)

Figura 9 – Evolução do número de balcões



Fonte: ABANC (até 2019) e Relatórios e Contas dos Bancos (2020 e 2021)

Figura 10 – Dispersão geográfica dos balcões em 2019



Fonte: ABANC

Estrutura de Activos

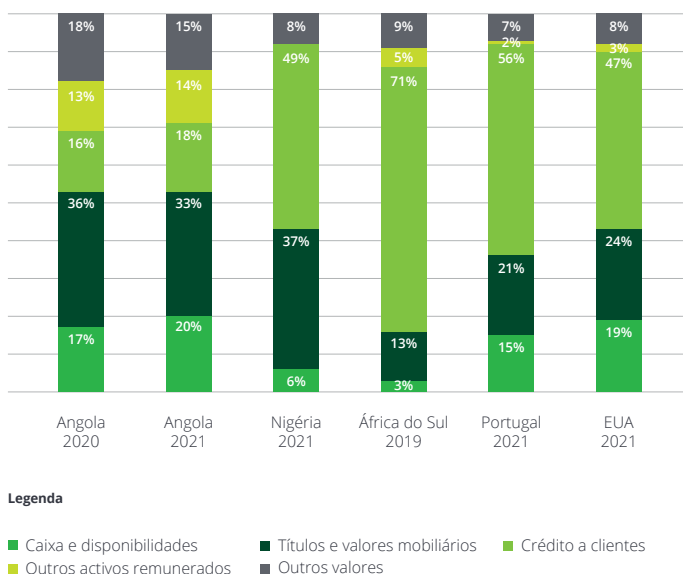
O peso do crédito a clientes na estrutura global de activos, em 2021, registou um aumento de 2 pontos percentuais face ao seu peso em 2020, passando de 17% para 19%, resultante de medidas adoptadas pelo BNA para estímulo da concessão de crédito, como o Aviso n.º 06/2021, que veio alargar o prazo de vigência do Aviso n.º 10/2020, que estabeleceu regras para os Bancos concederem crédito com base no valor do seu Activo.

A tendência de diminuição verificada em anos anteriores foi invertida, contudo continua-se a verificar que o peso do crédito na estrutura global de activos fica aquém dos valores registados em mercados mais maduros, nomeadamente a África do Sul, Nigéria, EUA e Portugal. Não foi possível obter a informação desagregada recente para a África do Sul, mas foi possível confirmar que o peso do crédito a clientes sobre o total de activo permanece em 70% em 2021.

Em contrapartida, o peso dos títulos e valores mobiliários continua a ser superior ao verificado em mercados mais maduros, fruto da exposição significativa dos Bancos nacionais à dívida pública angolana, no entanto este valor reduziu em 3% face ao registado 2020, representado agora cerca de 36% do total da estrutura de Activos do Sistema Financeiro Angolano (SFA). A única excepção é a Nigéria que apresenta um peso em títulos e valores mobiliários superior a Angola.

Importa referir que a exclusão do BE desta análise para o período de 2019 a 2021 e do VTB para 2021, por indisponibilidade de informação, pode resultar em alterações das conclusões agora indicadas.

Figura 11 – Estrutura de Activos



Fonte: Bancos Centrais; Demonstrações Financeiras dos Bancos



Activos Totais

Visão Agregada

O valor total dos activos dos Bancos em análise equivale a 17 412 196 milhões de kwanzas no final do exercício de 2021, correspondendo a um decréscimo de aproximadamente 5,4%, face ao exercício de 2020. Este montante não inclui os contributos do VTB com referência a 31 de Dezembro de 2021, uma vez que não publicou informação financeira para o período referido.

Após um período de cerca de 8 anos de crescimento, de 2012 a 2020, o valor total dos activos apresentou uma ligeira redução, não sendo alheio o facto da valorização e posterior estabilização do Kwanza face ao Dólar norte-americano e ao Euro, observada em 2021, em oposição à desvalorização acentuada observada nos períodos compreendidos entre 2017 e 2020.

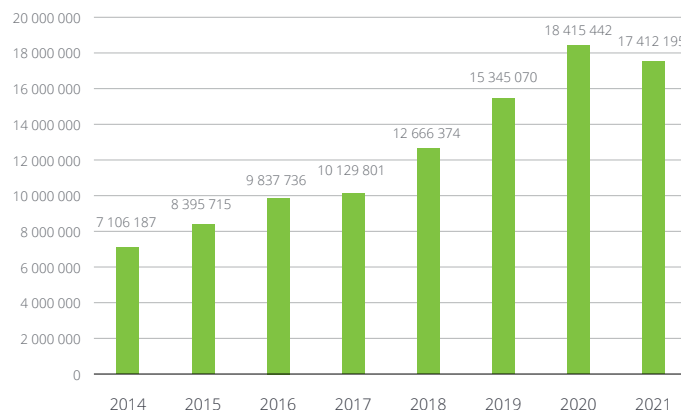
Posição relativa dos Bancos

Depois de, no ano de 2017, o *ranking* do total de activos ter sido liderado pelo BPC, o BAI assumiu essa liderança em 2018, tendo vindo a consolidar a mesma durante os exercícios seguintes, com um total de 3 056 904 e 3 039 249 milhões de kwanzas em 2020 e 2021, respectivamente, seguido pelo BFA, BIC, BPC e ATL.

No exercício de 2021 a posição relativa entre os cinco maiores, teve uma pequena alteração face a 2020, com subida do BIC para a 3.ª posição e descida do BPC para a 4.ª posição neste *ranking*. Os Bancos BFA e ATL, por sua vez, permaneceram como sendo os 2.º e 5.º Bancos com maior activo total, respectivamente.

Adicionalmente, no final de 2021, os cinco maiores Bancos representavam 65% do total dos activos dos Bancos em estudo, face uma concentração de 66% em 2020, uma vez que TOP 5 registou uma redução dos seus activos totais, cerca de 6,8%, tendência verificada na maioria dos Bancos (apenas 9 Bancos registaram um crescimento no valor dos seus activos em 2021).

Figura 12 – Evolução do Total de Activos



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

Figura 13 – Ranking Total de Activos

2021			2020		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BAI	3 039 249	1	BAI	3 056 904
2	BFA	2 632 275	2	BFA	2 874 900
3	BIC	1 997 040	3	BPC	2 353 256
4	BPC	1 887 339	4	BIC	2 052 121
5	ATL	1 714 018	5	ATL	1 749 990
6	BE	1 278 285	6	BE	1 593 121
7	SBA	968 274	7	SBA	880 282
8	BSOL	751 086	8	BSOL	663 881
9	BCGA	740 163	9	BCGA	610 001
10	BDA	436 345	10	BDA	497 620
11	BCI	398 917	11	BCI	467 363
12	BNI	387 524	12	BNI	440 521
13	KEVE	331 292	13	VTB	198 895
14	BIR	154 025	14	KEVE	172 185
15	BCS	130 888	15	FNB	139 756
16	FNB	129 411	16	BIR	118 095
17	BCA	94 199	17	BCS	99 231
18	YETU	68 229	18	BCA	97 120
19	BVB	57 936	19	BVB	65 537
20	BCH	56 374	20	BOCLB	60 370
21	SCBA	51 719	21	SCBA	58 150
22	BOCLB	48 808	22	YETU	51 653
23	BPG	36 457	23	BCH	48 636
24	BMF	22 341	24	BPG	45 238
25	VTB*	n.d.	25	BMF	20 616

* Banco sem informação financeira disponível

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

Crédito a Clientes

Visão Agregada

Considerando os Bancos analisados, o total de crédito líquido ascendeu a 3 118 420 milhões de kwanzas em 2021, o que corresponde a um aumento de cerca de 4% face a 2020, sendo que a variação entre 2019 e 2020, cifrou-se em 9,4%.

Embora a evolução do crédito líquido apresente uma tendência de crescimento desde 2019, motivada pelas medidas de estímulo ao financiamento adoptadas pelo Executivo, em 2021, o ritmo de crescimento abrandou, motivado pelo abrandamento da economia mundial e valorização do Kwanza face ao Euro e ao Dólar norte-americano, que reduziu o valor do crédito concedido em moeda estrangeira.

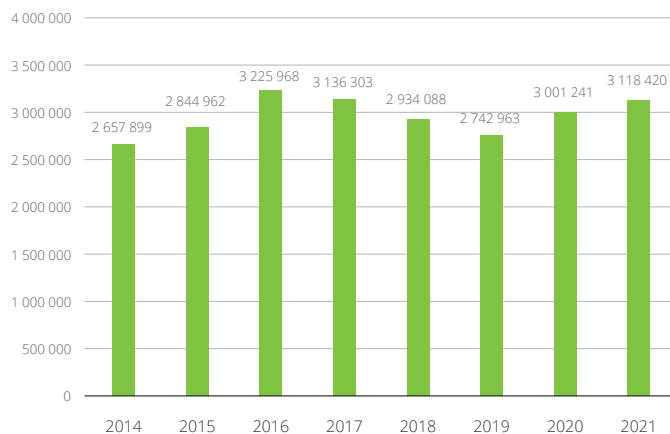
A evolução apresentada não considera a informação relativa ao Banco VTB, com referência a 31 de Dezembro de 2021, por indisponibilidade de informação.

Após um período de cerca de 4 anos, de 2017 a 2020, em que se observou uma tendência de aumento do peso do crédito em moeda estrangeira face ao crédito total, em 2021 essa tendência registou uma inversão. No exercício de 2021, o crédito em moeda estrangeira representou aproximadamente 29% do crédito total concedido, uma variação de cerca de 10 pontos percentuais face ao verificado no exercício de 2020.

Para este aspecto contribui, de forma muito significativa, o efeito da valorização, e posterior, estabilização cambial do Kwanza face ao Dólar norte-americano, observado em 2021.

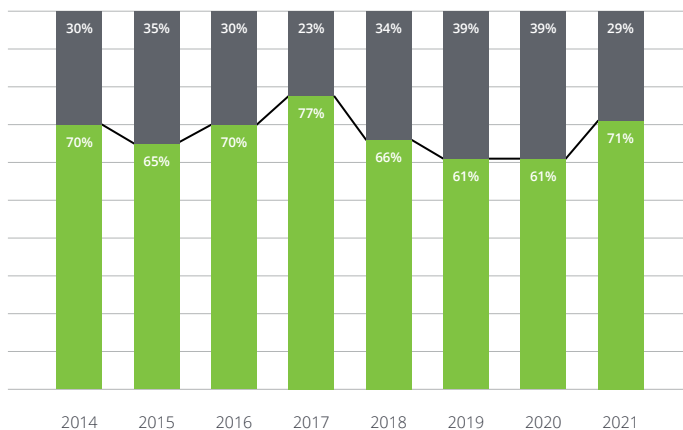
Relativamente ao período de 2018 a 2020, o aumento do peso do crédito em moeda estrangeira resultou, essencialmente, da desvalorização do Kwanza face ao Dólar norte-americano.

Figura 14 – Evolução do Crédito Líquido a Clientes



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

Figura 15 – Estrutura de Créditos por Moeda



Legenda

■ Moeda Nacional ■ Moeda Estrangeira

Fonte: Boletim Estatístico do BNA (2014-2021)

No que se refere à exposição bruta de crédito a clientes, é possível verificar que em 2021 a mesma teve um crescimento de cerca de 3 pontos percentuais, para um total de 4 782 537 milhões de kwanzas, face aos 4 627 030 registados em 2020. De referir que esta tendência é inversa ao registado entre 2019 e 2020 em que a exposição teve uma redução de cerca de 5,5 pontos percentuais.

Caso o BPC fosse desconsiderado do Estudo, como pode ser observado na Figura 16.b, a evolução da exposição bruta de crédito a clientes tem vindo a registar uma tendência crescente com uma variação de 11,7% entre 2019 e 2020 e 2,7% entre 2020 e 2021.

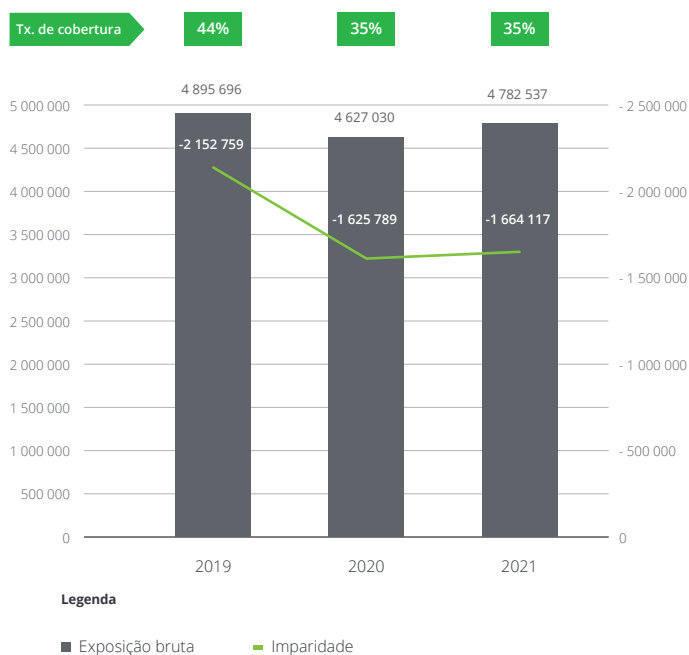
No que se refere ao *stock* de imparidade de crédito (balanço), é possível verificar que entre 2019 e 2020 houve uma redução significativa, na ordem dos 24%, influenciada, em grande medida, pela reversão de imparidade da carteira de crédito registada pelo BPC no âmbito da transferência de uma parte significativa da sua carteira para a RECREDIT. Caso fosse expurgado este efeito, o *stock* de imparidade teria registado uma variação positiva considerável de cerca de 19 pontos percentuais (saindo dos 902 545 milhões de kwanzas em 2019 para 1 074 177 milhões de kwanzas em 2020), apontando para o esforço contínuo dos Bancos de provisionar o risco associado às suas carteiras de crédito, nomeadamente decorrente do aumento do risco de crédito associado à pandemia COVID-19.

Por outro lado, durante o ano de 2021, o volume de imparidade apresentou uma ligeira subida de 2,4%, ascendendo aos 1 664 117 milhões de kwanzas. Caso o BPC não fosse considerado nesta análise, o total de imparidade dos Bancos objecto de análise tinha verificado uma estagnação com uma subida muito ligeira de 0,7%.

No que respeita ao rácio de cobertura da imparidade, o mesmo tem vindo a reduzir nos últimos anos, com uma taxa de cobertura de 35% em 2021 (26% caso não fosse considerado o BPC), denotando que, embora os Bancos estejam a envidar esforços para o reforço da imparidade das suas carteiras de crédito, o mesmo não tem acompanhado o ritmo de subida da exposição bruta nos últimos anos.

A informação apresentada poderia ter algumas alterações pontuais caso existisse informação disponível relativamente ao VTB para 2021.

Figura 16.a – Exposição bruta de crédito a clientes e stock de imparidade de crédito (Balanço) – Total



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

Figura 16.b – Exposição bruta de crédito a clientes e stock de imparidade de crédito (Balanço) – Excluindo o BPC



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

Com a entrada em vigor da Norma Internacional de Relato Financeiro 9 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9), em 2018, as exposições creditícias passaram a ser classificadas por diferentes estágios, consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial:

- Estágio 1 – Sem aumento significativo de risco de crédito (crédito regular);
- Estágio 2 – Com aumento significativo de risco de crédito;
- Estágio 3 – Exposições em Imparidade (crédito em incumprimento).

De seguida apresenta-se uma análise da evolução dos estágios das carteiras de crédito (em %) dos Bancos, objecto de análise por (i) exposição bruta de crédito a clientes por estágio e (ii) imparidade de crédito por estágio.

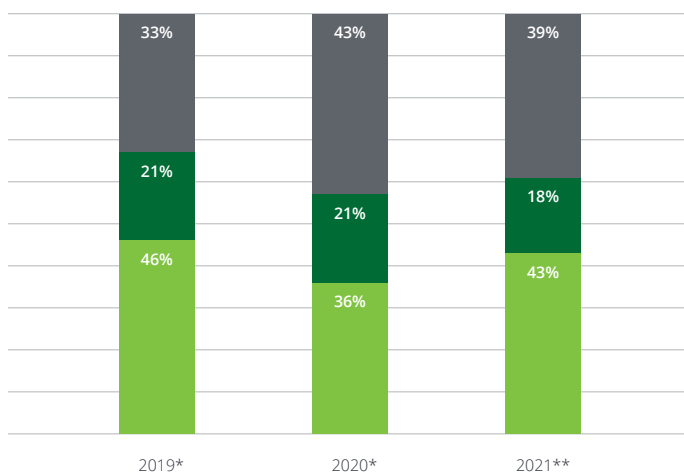
Fruto da pandemia COVID-19, em 2020 houve um agravamento no risco da carteira de crédito dos Bancos, o que é possível verificar pelo aumento de exposição bruta em Estágio 3, que passou a representar 43% do total da exposição bruta analisada.

Este cenário alterou-se em 2021, fruto da recuperação económica, com o Estágio 3 a representar 39% do total da exposição bruta de crédito a clientes. Esta percepção de melhoria da qualidade de crédito também é possível verificar no aumento do valor das exposições classificadas em Estágio 1, que passaram para 43% do total, face a 36% em 2020, passando a ser o estágio com maior peso relativo na classificação da exposição bruta de crédito em 2021, facto que não é alheio à melhoria do *rating* de Angola.

Por outro lado, a classificação da imparidade de crédito por estágio continuou a registar a mesma tendência de distribuição, com o Estágio 3 a manter o maior peso face aos demais, entre 2019 e 2021, para os Bancos considerados no Estudo, depois de um aumento significativo do aumento do peso da imparidade associada às exposições em Estágio 3 em 2020 e 2021 para 84% e 83%, respectivamente, face a 79% de peso deste estágio em 2019. Adicionalmente, verificou-se uma subida da imparidade associada ao Estágio 1, uma vez que o *stock* de crédito também aumentou, embora em menor escala, o que revela que houve um reforço de imparidade nos créditos classificados em Estágio 1.

A informação apresentada poderia ter algumas alterações, caso existisse informação disponível da distribuição por estágio da exposição bruta de crédito a clientes e da imparidade de crédito dos Bancos BE, BPC e KEVE para 2019, 2020 e 2021 e do VTB para 2021.

Figura 17 – Exposição bruta de crédito a clientes por estágio (em %)



Legenda

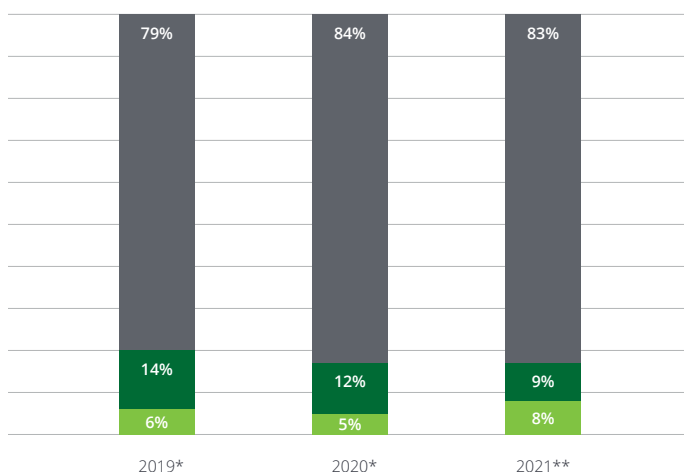
■ Estágio 1 ■ Estágio 2 ■ Estágio 3

* Bancos excluídos da análise, por indisponibilidade de informação: BE, BPC e KEVE.

** Bancos excluídos da análise, por indisponibilidade de informação: BE, BPC, KEVE e VTB

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)

Figura 18 – Imparidade de crédito por estágio (em %)



Legenda

■ Estágio 1 ■ Estágio 2 ■ Estágio 3

* Bancos excluídos da análise, por indisponibilidade de informação: BE, BPC e KEVE

** Bancos excluídos da análise, por indisponibilidade de informação: BE, BPC, KEVE e VTB

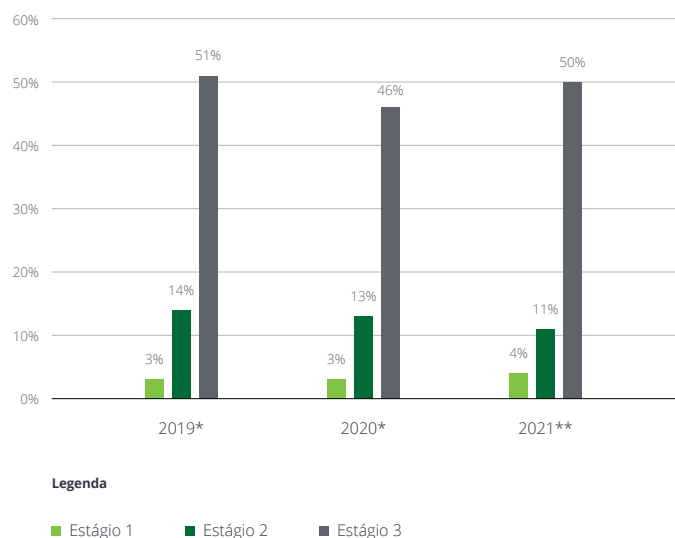
Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)

A cobertura de imparidade por estágio registou uma subida no Estágio 3, de 46% para cerca de 50%, entre 2020 e 2021. Esta variação é justificada pela redução de cerca de 5% do montante da exposição bruta classificada em Estágio 3 e o aumento ligeiro de 1% da imparidade de crédito associada a este estágio.

Ao nível da cobertura da imparidade do crédito classificado em Estágio 1, também foi ligeiramente reforçada, tendo este tema sido abordado anteriormente.

A informação apresentada poderia ter algumas alterações, caso existisse informação disponível da distribuição por estágio dos Bancos BE, BPC e KEVE para 2019, 2020 e 2021 e do VTB para 2021.

Figura 19 – Cobertura da imparidade por estágio



* Bancos excluídos da análise, por indisponibilidade de informação: BE, BPC e KEVE.

** Bancos excluídos da análise, por indisponibilidade de informação: BE, BPC, KEVE e VTB

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)



Posição Relativa dos Bancos

No que diz respeito ao posicionamento dos cinco Bancos com maior volume de crédito líquido, com excepção do BSOL que saiu da 5.ª posição para a 7.ª em 2021, os restantes Bancos do TOP 5 mantiveram o mesmo posicionamento: Banco BIC, que cimentou a posição de liderança que ocupa desde 2019, com o ATL, BAI e BFA na 2.ª, 3.ª e 4.ª posição, respectivamente.

O SBA ascendeu à 5.ª posição face à 7.ª posição, registada em 2020, resultante de um crescimento de 67% no crédito líquido a clientes.

Adicionalmente, no final do ano de 2021, os cinco maiores Bancos representam cerca de 63% do total do crédito líquido a clientes concedidos pelos Bancos em estudo. Em 2020 este rácio ascendeu a cerca de 67%, verificando-se uma diminuição na concentração do crédito concedido no exercício de 2021.

A informação apresentada poderia ter algumas alterações, caso existisse informação disponível relativamente ao VTB para 2021.

Figura 20 – Ranking Crédito Líquido a Clientes

2021			2020		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BIC	585 166	1	BIC	662 838
2	ATL	440 985	2	ATL	454 271
3	BAI	356 920	3	BAI	366 759
4	BFA	352 959	4	BFA	333 373
5	SBA	234 174	5	BSOL	204 909
6	BDA	214 618	6	BDA	201 754
7	BSOL	214 177	7	SBA	140 309
8	BCGA	167 932	8	BNI	126 527
9	BNI	137 201	9	BCGA	119 781
10	BPC	78 699	10	BE	80 193
11	BE	68 068	11	BPC	64 608
12	KEVE	65 228	12	KEVE	61 517
13	BCI	52 379	13	BCI	46 990
14	BIR	48 304	14	BOCLB	38 684
15	FNB	26 051	15	BIR	26 577
16	BOCLB	25 223	16	FNB	20 047
17	BCS	20 196	17	BCS	17 588
18	YETU	11 054	18	VTB	10 604
19	BCA	7 642	19	BVB	8 524
20	BVB	5 264	20	BCA	5 951
21	BPG	2 803	21	YETU	4 481
22	BCH	2 100	22	BPG	2 962
23	SCBA	746	23	BMF	854
24	BMF	531	24	BCH	848
25	VTB*	n.d.	25	SCBA	290

* Banco sem informação financeira disponível.

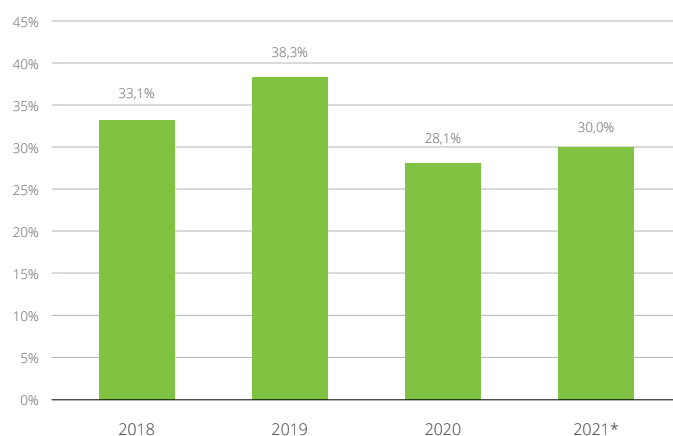
Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

No que se refere ao rácio de crédito vencido, e de acordo com as Demonstrações Financeiras em análise, ascendeu para os 30% em 2021, sendo que, em 2020, este rácio foi de aproximadamente 28,1%.

Caso não fosse considerado o BPC neste rácio, observar-se-ia um rácio de crédito vencido de 19,0% e de 21,4% em 2020 e 2021, respectivamente.

A informação apresentada poderia ter algumas alterações caso existisse informação disponível relativamente ao VTB para 2021.

Figura 21 – Rácio de Crédito Vencido*



* O VTB foi excluído da análise por indisponibilidade de informação.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)

Crédito Líquido sobre Depósitos (Rácio de transformação)

Visão Agregada

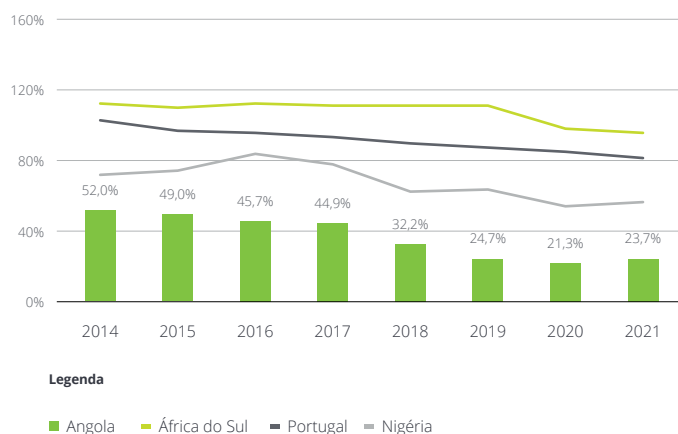
De acordo com as Demonstrações Financeiras dos Bancos em análise, em 2021 verificou-se uma elevação do rácio de transformação do sector em cerca de 2,4 pontos percentuais, tendo este rácio assumido o valor de 23,7% em 2021, face aos 21,3% verificados em 2020.

Esta variação positiva é resultante da subida de 4% do crédito a clientes e redução de cerca de 7% dos depósitos captados, em 2021, este último maioritariamente justificado pela desvalorização cambial dos depósitos denominados em moeda estrangeira.

Adicionalmente, verificou-se a diferença de aproximadamente 57 pontos percentuais, entre o sector bancário nacional e sector bancário em Portugal (e cerca de 72 pontos percentuais face à África do Sul), no que concerne ao rácio de Crédito Líquido sobre Depósitos. A Nigéria, por sua vez, é um mercado que apresenta rácios mais próximos aos registados na realidade angolana, com um diferencial de apenas 32 pontos percentuais em 2021.

No entanto, de forma geral, é possível verificar que se tem vindo a verificar uma redução do rácio de transformação nas geografias analisadas nos últimos anos, com excepção da Nigéria, que apresentou um aumento em 2021).

Figura 22 – Crédito Líquido sobre Depósitos



Fonte: World Bank; Bancos Centrais; Demonstrações Financeiras dos Bancos



Posição relativa dos Bancos

Em 2021 os cinco Bancos que apresentaram o maior rácio de transformação foram o BOCLB, o BNI, o BIC, o BIR e o SBA, para os quais foi apurado um rácio de transformação de 716%, 49%, 45%, 39%, 35%, respectivamente.

Relativamente a este rácio, importa destacar os Bancos KEVE e BCS, que saíram da 3.^a posição e 4.^a posição em 2020, para a 11.^a e 12.^a em 2021, respectivamente, resultante do maior crescimento dos depósitos captados face ao aumento do crédito concedido.

Por outro lado, o BOCLB mantém a liderança de forma destacada, no que diz respeito ao rácio de transformação. Não obstante o valor registado em 2021, 716%, seja consideravelmente inferior ao registado em 2020 (1 821%), resultante do aumento nos depósitos captados e da redução da concessão de crédito a clientes. O BNI ascendeu à 2.^a posição, saindo da 6.^a posição assumida em 2020, com um aumento de cerca de 12% neste rácio.

O SBA também registou um aumento significativo do seu rácio de transformação fruto, principalmente, do crescimento significativo do crédito concedido a clientes (cerca de 67%), bem como de uma ligeira redução dos depósitos captados (cerca de 2%).

Figura 23 – Ranking Rácio de transformação (Crédito líquido/depósitos totais)

2021			2020		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BOCLB	716%	1	BOCLB	1 821%
2	BNI	49%	2	BIC	49%
3	BIC	45%	3	KEVE	48%
4	BIR	39%	4	BCS	44%
5	SBA	35%	5	BSOL	39%
6	BSOL	33%	6	BNI	37%
7	YETU	33%	7	BIR	34%
8	ATL	31%	8	ATL	30%
9	FNB	29%	9	BCGA	23%
10	BCGA	27%	10	SBA	20%
11	KEVE	27%	11	FNB	20%
12	BCS	27%	12	BVB	18%
13	BFA	18%	13	YETU	16%
14	BCA	17%	14	BCA	15%
15	BCI	16%	15	BPG	15%
16	BAI	14%	16	BFA	15%
17	BVB	14%	17	BAI	14%
18	BPG	13%	18	BCI	11%
19	BCH	12%	19	BMF	8%
20	BPC	6%	20	VTB	6%
21	BE	5%	21	BCH	5%
22	BMF	5%	22	BE	5%
23	SCBA	2%	23	BPC	4%
24	BDA*	n.a.	24	SCBA	1%
25	VTB**	n.d.	25	BDA*	n.a.

* Banco sem qualquer depósito captado, devido à natureza da sua actividade.

** Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)

Crédito Líquido e Dívida Pública sobre Depósitos (Rácio de transformação ajustado)

A edição deste ano apresenta, também, o *ranking* do rácio de transformação ajustado que, para além do crédito líquido, inclui a dívida pública, considerando deste modo a perspectiva de financiamento à economia de forma mais lata, ou seja, pela via directa (concessão de crédito a clientes) e indirecta (aquisição de dívida pública).

Em 2021 os 5 Bancos que registaram um rácio de transformação ajustado mais elevado foram: o BOCLB, BCH, BMF, BPG e BCA, com um rácio de 989%, 187%, 133%, 116% e 104%, respectivamente.

De referir, que à semelhança do observado na análise do rácio de transformação, o BOCLB mantém, igualmente, a liderança no que diz respeito ao rácio de transformação ajustado (que considera o impacto da componente de dívida pública), registando cerca de 989% em 2021, face aos 2 062% registados em 2020. Embora este rácio continue extremamente elevado, devido ao elevado volume de crédito concedido pelo Banco em função do nível de depósitos relativamente baixo, esta redução no rácio de transformação ajustado é justificado pelo facto da base de depósitos de clientes ter aumentado em maior proporção que o crédito líquido e o *stock* de dívida pública.

Comparando com o *ranking* do rácio de transformação (Figura 23), é possível observar que Bancos que tiveram rácios de transformação relativamente baixos (abaixo dos 20%) como o BCH, BMF, BPG e BCA, fecham o TOP 5 no que respeita ao Rácio de Transformação Ajustado, com um valor acima dos 100%. Este facto demonstra uma aposta no financiamento indirecto à economia por intermédio da aquisição de dívida pública, uma vez que é considerado um produto com menor risco de crédito.

Relativamente aos 5 maiores Bancos do sistema financeiro em termos de activos, o BIC lidera este rácio com 88%, seguido do BFA (78%), BPC (75%), BAI (59%) e do ATL com um rácio de transformação ajustado de 57%, o que representa um aumento significativo face aos valores de rácio de transformação apurados, pelos motivos anteriormente apresentados.

Por outro lado, o BCI é o único Banco que apresenta um rácio de transformação ajustado inferior a 50% em 2021, sendo que este valor é justificado porque o Banco tem um valor significativo do seu activo em Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais.

De forma geral, comparando entre 2020 e 2021 observa-se que o rácio de transformação ajustado do sector subiu ligeiramente de 64% para 65%.

Importa referir que a exclusão do BE dos *rankings* de 2021 e 2020 e do VTB do *ranking* de 2021, está relacionada com a indisponibilidade de informação para os períodos referidos.

Figura 24 – Rácio de transformação ajustado (Crédito líquido e dívida pública/depósitos totais)

2021			2020		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BOCLB	989%	1	BOCLB	2 062%
2	BCH	187%	2	BCH	243%
3	BMF	133%	3	BPG	162%
4	BPG	116%	4	BCA	124%
5	BCA	104%	5	BMF	117%
6	YETU	94%	6	BIC	112%
7	BIC	88%	7	BCS	96%
8	BIR	85%	8	BIR	85%
9	BFA	78%	9	KEVE	83%
10	BPC	75%	10	YETU	75%
11	BNI	74%	11	BFA	74%
12	BCS	74%	12	BVB	74%
13	BVB	72%	13	BPC	73%
14	SBA	72%	14	BNI	72%
15	KEVE	66%	15	SCBA	69%
16	BCGA	63%	16	SBA	67%
17	SCBA	60%	17	FNB	65%
18	BAI	59%	18	BSOL	64%
19	ATL	57%	19	BAI	63%
20	FNB	55%	20	BCGA	59%
21	BSOL	55%	21	ATL	57%
22	BCI	37%	22	BCI	51%
23	BDA*	n.a.	23	VTB	14%
24	VTB**	n.d.	24	BDA*	n.a.
25	BE**	n.d.	25	BE**	n.d.

* Banco sem qualquer depósito captado, devido à natureza da sua actividade.

** Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)

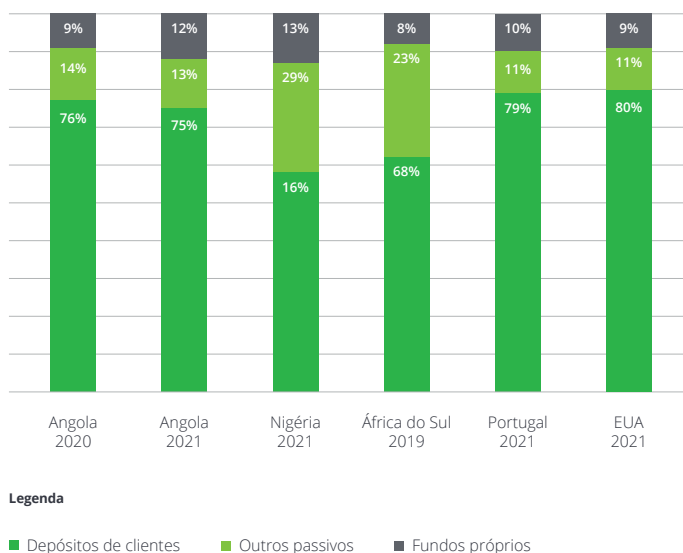
Estrutura de *Funding*

Na estrutura de *funding* do passivo, no caso de Angola, é possível verificar que, têm ocorrido algumas alterações nos últimos anos, nomeadamente uma tendência de aumento do peso dos Fundos Próprios, que registou em 2020 um peso inferior a 10% no total do *funding*, resultante dos fundos próprios negativos registados pelo BE em 2020 (situação que permanece em 2021, embora tenha registado melhorias).

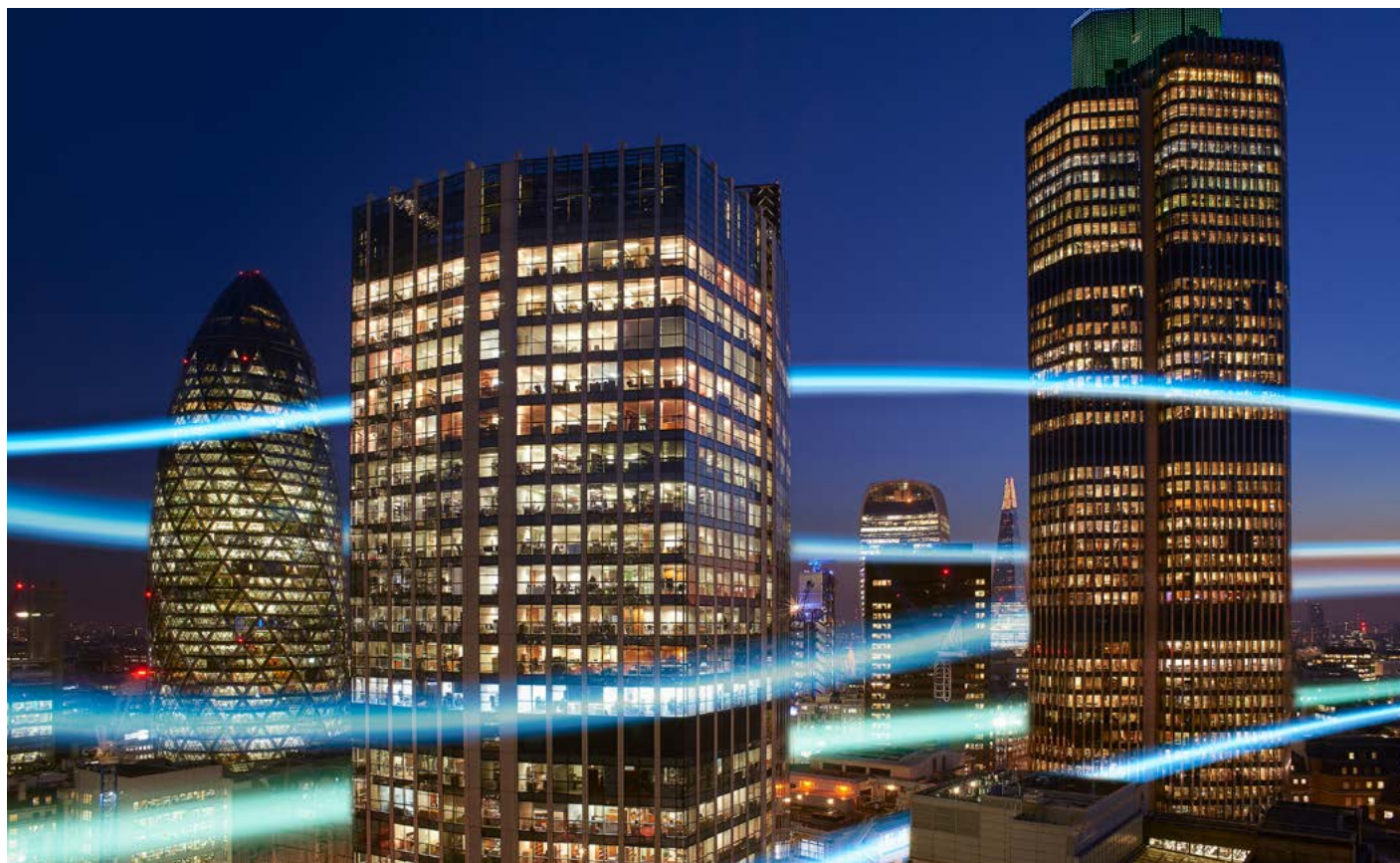
No que concerne às outras economias objecto de análise, é possível verificar que a estrutura de *funding* dos Bancos dos EUA e Portugal são as mais similares a Angola. Por outro lado, a Nigéria tem uma estrutura diferente ao nível do peso dos depósitos que é substancialmente menor que a verificadas nas outras economias objecto de análise.

Importa referir que a exclusão do VTB para 2021, por indisponibilidade de informação, pode resultar em alterações pontuais das conclusões agora indicadas.

Figura 25 – Estrutura de *Funding*



Fonte: Bancos Centrais; Demonstrações Financeiras dos Bancos



Depósitos de Clientes

Visão Agregada

De acordo com as Demonstrações Financeiras dos Bancos em análise, o total dos depósitos no sector bancário nacional no final de 2021 era de cerca de 13 141 mil milhões de kwanzas, o que representa uma redução de, aproximadamente, 7% face a 2020.

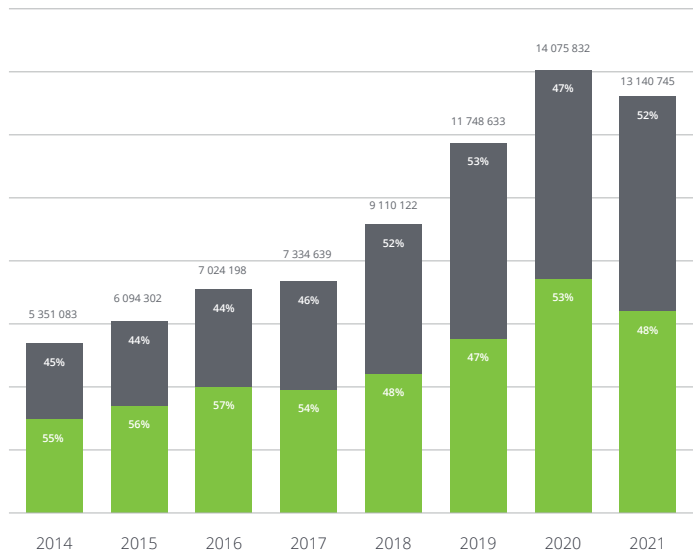
Após um período de 7 anos, entre 2014 e 2020, em que se verificou uma tendência de aumento do valor total dos depósitos em cerca de 163%, em 2021 houve uma reversão desta tendência, sendo que o impacto maior foi verificado nos depósitos à ordem, com uma redução de cerca de 14%. Esta redução é resultante da valorização do Kwanza face às moedas de referência (Dólar norte-americano e Euro), o que impactou na redução de depósitos em moeda estrangeira.

Ainda referente à composição dos depósitos por natureza, é possível verificar que os depósitos a prazo representam cerca de 52% do total de depósitos, com um peso semelhante ao verificado em 2019 e 2018. O peso dos depósitos a prazo tem vindo a aumentar desde 2015, onde apresentava um peso de 44%, tendo esse ciclo de crescimento sido quebrado em 2020, onde os depósitos à ordem representaram cerca de 53% do total dos depósitos.

De acordo com os dados publicados pelo BNA, o peso dos depósitos em moeda nacional ascendeu aos 49% dos depósitos totais face aos 44% registados em 2020, contrariando a tendência de decréscimo verificada entre 2017 e 2020.

A redução do peso dos depósitos em moeda estrangeira está de forma global relacionada com a valorização e posterior estabilização cambial do Kwanza face ao Dólar norte-americano e ao Euro, verificada em 2021, após um período de desvalorização acentuada, verificado entre 2018 e 2020.

Figura 26 – Evolução dos Depósitos por Natureza



Legenda

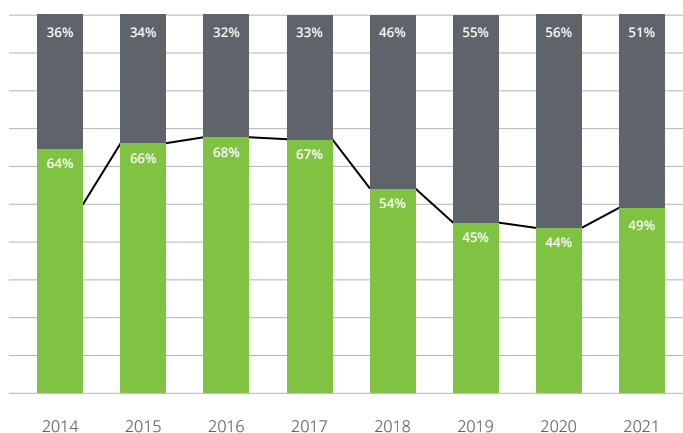
■ Depósitos à ordem

■ Depósitos a prazo

Unidade: Milhões de kwanzas

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas) e Relatórios de Estabilidade Financeira Anuais do BNA

Figura 27 – Estrutura dos Depósitos por Moeda



Legenda

■ Moeda Nacional

■ Moeda Estrangeira

Fonte: Boletim Estatístico do BNA (2014-2021)

Posição Relativa dos Bancos

Com a recente publicação de informação relativa ao BE, o *ranking* dos depósitos dos clientes, sofre algumas alterações face à edição do Estudo do ano passado, uma vez que o BE tem uma carteira de depósitos bastante expressiva, ocupando o 4.º lugar em 2021, e o 3.º lugar em 2022, resultante da redução de cerca de 18% no volume de depósitos captados.

Para além do exposto, não se verificaram alterações expressivas relativamente aos cinco maiores Bancos, com o BAI a manter a liderança, seguido do BFA que manteve a mesma posição de 2020. O ATL subiu uma posição no *ranking* em 2021, passando a ocupar a 3.ª posição, seguido do BIC que ascendeu à 5.ª posição, destronando o BPC que foi para a 6.ª posição. Importa destacar que os cinco maiores Bancos tiveram uma redução nos montantes captados na ordem do 7,7%, acima da redução de 6,6% dos depósitos no sector.

De uma forma geral, houve pouca variação em termos de posicionamento dos Bancos, no entanto, tal como verificado na Figura 26, regista-se uma tendência generalizada de redução dos depósitos em 2021.

Por último, no final de 2021 os cinco maiores Bancos em estudo representam, aproximadamente, 65% do total dos depósitos captados, sendo esta quota de mercado ligeiramente inferior face ao exercício de 2020 (66%), mantendo, mesmo assim, um nível de concentração elevado nos depósitos de clientes.

A informação apresentada poderia ter alterações pontuais, caso existisse informação disponível relativamente ao VTB para 2021, quer em termos de posições relativas, quer no nível de concentração dos depósitos.

Figura 28 – Ranking Depósitos de Clientes

2021			2022		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BAI	2 525 618	1	BAI	2 704 506
2	BFA	2 005 319	2	BFA	2 252 203
3	ATL	1 422 950	3	BE	1 589 389
4	BE	1 303 985	4	ATL	1 523 971
5	BIC	1 301 873	5	BPC	1 443 704
6	BPC	1 299 906	6	BIC	1 346 637
7	SBA	678 258	7	SBA	691 667
8	BSOL	639 850	8	BSOL	525 162
9	BCGA	610 761	9	BCGA	520 078
10	BCI	335 707	10	BCI	417 106
11	BNI	281 490	11	BNI	344 278
12	KEVE	243 879	12	VTB	164 037
13	BIR	122 868	13	KEVE	128 132
14	FNB	88 492	14	FNB	102 640
15	BCS	76 172	15	BIR	79 244
16	BCA	45 208	16	BVB	48 559
17	BVB	38 806	17	BCS	40 340
18	YETU	33 620	18	BCA	38 966
19	SCBA	31 699	19	SCBA	38 918
20	BPG	22 385	20	YETU	27 664
21	BCH	17 176	21	BPG	19 599
22	BMF	11 202	22	BCH	15 782
23	BOCLB	3 522	23	BMF	11 127
24	BDA*	n.a.	24	BDA*	n.a.
25	VTB**	n.d.	25	BE**	n.d.

* Banco sem qualquer depósito captado, devido à natureza da sua actividade.

** Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

Capitais Próprios

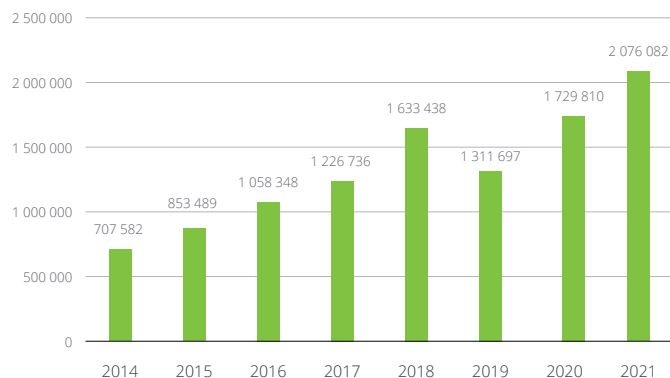
Visão Agregada

Com a recente publicação de informação do BE para o período compreendido entre 2019 e 2021, é possível verificar que o valor total dos capitais próprios dos Bancos em análise ascendeu 2 076 mil milhões de kwanzas no final do exercício de 2021, o que correspondeu a um reforço dos capitais próprios por parte do sector bancário, de cerca de 20% face a 2020. Embora mantenha a tendência de crescimento, em 2021 o crescimento dos capitais próprios foi consideravelmente menor que o registado entre 2019 e 2020, que se situou nos 32%.

Importa referir que o ano de 2019, foi influenciado por prejuízos muito avultados do BE e do BPC, que registaram prejuízos de cerca de 531 mil milhões de kwanzas e 405 mil milhões kwanzas, respectivamente.

O valor total dos capitais próprios tem vindo a apresentar uma clara tendência de crescimento desde 2014 (com excepção de 2019), tendo-se verificado um aumento entre 2014 e 2021 a rondar os 293%.

Figura 29 – Evolução dos Capitais Próprios



Fonte: ABANC; Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)



Posição Relativa dos Bancos

No que respeita aos capitais próprios, verificou-se que o BFA foi destronado pelo BIC, em 2021, com um total de 457 056 milhões de kwanzas, que embora apresente o maior valor de capitais próprios do *ranking*, teve uma redução em cerca de 5,3% face ao valor registado em 2020 (482 697 milhões de kwanzas), explicada, essencialmente, pela reversão da reserva de actualização monetária dos Fundos Próprios devido à valorização do Kwanza. No caso do BFA, a redução dos capitais próprios resultou de uma distribuição extraordinária de dividendos deliberada no final do primeiro semestre de 2021.

Do TOP 5, com excepção da troca na liderança deste *ranking*, os restantes Bancos nomeadamente BAI, BDA e ATL mantiveram a mesma posição que a verificada em 2020.

Adicionalmente, do TOP 5, somente o BAI e o ATL apresentam crescimento de 44% e 4%, respectivamente. Sendo que para o BAI, essa variação foi motivada em parte pelo aumento em cerca de 12% de outras reservas e resultados transitados, principalmente, pelo aumento em 394% do resultado líquido do exercício. Já o ATL teve o crescimento do seu capital próprio impulsionado pelo reforço de 164% do Capital Social, de 53 822 milhões de kwanzas em 2020 para 142 325 milhões de kwanzas em 2021, resultado da adopção da IAS 29 - Relato financeiro em economias hiperinflacionárias.

De forma generalizada, observa-se um aumento dos Capitais Próprios dos Bancos, num total de 18 Bancos, o que é um indicador muito positivo para o sector.

Importa salientar que para o período entre 2020 e 2021, apenas o BE apresentou Capitais Próprios negativos, estando em curso a implementação do Plano de Recapitalização e Reestruturação aprovado pelo BNA no final de 2021.

Importa referir que o VTB foi excluído do *ranking* de 2021, por indisponibilidade de informação.

Figura 30 – *Ranking* dos Capitais Próprios

2021			2020		
<i>Ranking</i>	Banco	Valor	<i>Ranking</i>	Banco	Valor
1	BIC	457 056	1	BFA	497 977
2	BFA	422 070	2	BIC	482 697
3	BAI	418 400	3	BAI	291 371
4	BDA	217 720	4	BDA	220 059
5	ATL	185 983	5	ATL	178 957
6	SBA	169 486	6	SBA	116 982
7	BPC	135 102	7	BPC	91 453
8	BCGA	102 183	8	BCGA	78 429
9	BSOL	75 946	9	BSOL	73 040
10	BCS	47 034	10	BCS	38 200
11	BNI	44 515	11	BCA	34 967
12	BCH	37 324	12	KEVE	31 197
13	BCA	35 018	13	BCH	30 968
14	FNB	32 452	14	FNB	27 704
15	BIR	26 745	15	BCI	26 257
16	YETU	23 516	16	BNI	24 947
17	KEVE	20 427	17	BIR	23 202
18	BCI	19 060	18	VTB	20 783
19	BVB	17 327	19	YETU	16 658
20	SCBA	14 693	20	BVB	14 683
21	BMF	10 144	21	BPG	12 407
22	BOCLB	9 809	22	SCBA	9 846
23	BPG	9 084	23	BMF	8 655
24	BE	- 455 012	24	BOCLB	6 693
25	VTB*	n.d.	25	BE	- 628 321

* Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

Produto Bancário

Visão Agregada

De acordo com as Demonstrações Financeiras dos Bancos em estudo, a margem financeira no final do exercício de 2021 ascendeu a 837 518 milhões de kwanzas, o que corresponde a um aumento de cerca de 16% face a 2020. A margem complementar no final de 2021 teve um crescimento muito expressivo, fixando-se em 333 306 milhões de kwanzas, face ao valor negativo de 12 024 milhões de kwanzas registado em 2020.

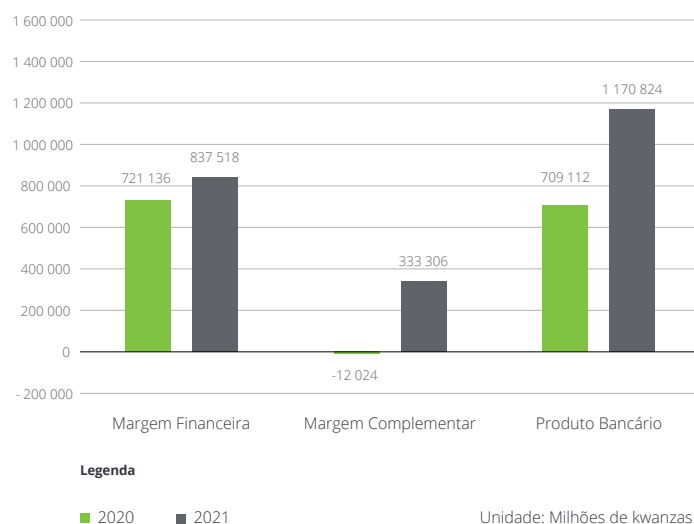
Caso não fosse considerado o BPC em 2020, a margem complementar seria de 940 260 milhões de kwanzas, sendo esta informação apresentada na Figura 31.b, em virtude do impacto que este Banco tem na análise destes indicadores, no âmbito da transferência de uma parte significativa da sua carteira para a RECREDIT, ocorrida em 2020.

O agregado da margem financeira e da margem complementar levou ao crescimento de aproximadamente 65% do produto bancário em 2021, que passou de 709 112 milhões de kwanzas em 2020, para 1 170 824 milhões de kwanzas em 2021.

Caso o BPC não fosse considerado no Estudo, o produto bancário dos Bancos em análise tinha registado uma redução de 27% face a 2020. Esta descida é maioritariamente explicada pela descida dos resultados cambiais, que baixaram cerca de 90% face a 2020.

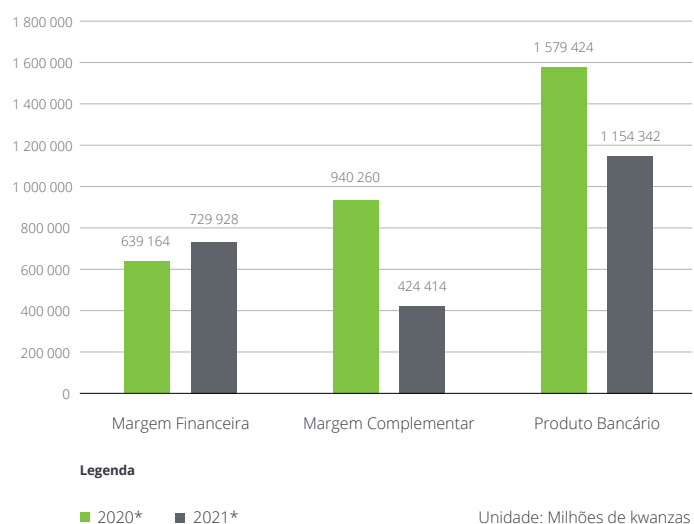
A informação apresentada poderia ter alterações pontuais, caso existisse informação disponível relativamente ao VTB para 2021.

Figura 31.a – Componentes do Produto Bancário – Total



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Figura 31.b – Componentes do Produto Bancário – Excluindo o BPC



* Esta análise não considera o BPC

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Posição Relativa dos Bancos

No que respeita a este indicador, verificou-se a manutenção da posição de liderança do BFA, tendo apresentado um total de produto bancário de 241 380 milhões de kwanzas, o que corresponde a uma redução de cerca de 12%, comparativamente ao ano de 2020, o qual teve um contributo significativo da redução dos resultados cambiais pela valorização do Kwanza face a outras moedas estrangeiras.

Relativamente ao restante TOP 5, importa referir que o BAI subiu uma posição em 2021, passando a figurar no 2.º lugar face ao 3.º ocupado em 2020, e o BE subiu da 4.ª posição, para a 3.ª posição em 2021. Adicionalmente, o SBA subiu 3 posições em 2021, ocupando o 3.º lugar e o BIC desceu 3 posições passando do 2.º lugar em 2020, para a 5.ª posição em 2021.

O BDA foi o único Banco que não conseguiu manter uma posição no TOP 5 face a 2020, tendo saído do 5.º lugar para o 19.º lugar em 2021, fruto da redução drástica nos resultados cambiais, que passaram de 77 521 em 2020, para um valor negativo de -32 605 milhões de kwanzas em 2021.

O BPC registou um crescimento significativo no seu produto bancário, passando da 25.ª posição com um produto negativo de -870 312 milhões de kwanzas, para a 14.ª posição com um produto positivo de 16 481 milhões de kwanzas, em 2021, fruto do processo de reestruturação que se encontra em curso e que permitiu a redução dos resultados negativos referentes aos outros resultados de exploração.

Por outro lado, o BPG passou a ser o único Banco com um produto bancário negativo, na ordem dos -1 795 milhões de kwanzas face aos 10 234 milhões de kwanzas registados em 2020, resultante, por um lado, pelo impacto dos resultados cambiais negativos e pela redução de cerca de 80% da sua margem financeira, e cerca de 56% de rendimentos com serviços e comissões, face ao registado em 2020.

Importa referir que o VTB foi excluído do *ranking* de 2021, por indisponibilidade de informação.

Figura 32 – Ranking Produto Bancário

2021			2020		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BFA	241 380	1	BFA	274 224
2	BAI	206 112	2	BIC	262 181
3	BE	180 317	3	BAI	233 042
4	SBA	122 183	4	BE	137 687
5	BIC	69 180	5	BDA	133 207
6	ATL	59 231	6	ATL	108 389
7	BNI	49 981	7	SBA	83 429
8	BCGA	49 733	8	BNI	50 477
9	BCI	24 257	9	BCGA	42 594
10	BSOL	21 977	10	BSOL	42 051
11	BCS	20 897	11	KEVE	30 066
12	YETU	20 601	12	BCI	26 893
13	BIR	19 387	13	BCS	23 626
14	BPC	16 481	14	BIR	20 933
15	KEVE	10 746	15	VTB	20 631
16	SCBA	10 179	16	BCA	17 377
17	BCA	10 100	17	FNB	16 628
18	BCH	9 264	18	YETU	11 575
19	BDA	8 410	19	BPG	10 234
20	FNB	7 557	20	BCH	9 762
21	BVB	5 798	21	BVB	9 717
22	BOCLB	4 632	22	SCBA	7 266
23	BMF	4 214	23	BMF	4 332
24	BPG	- 1 795	24	BOCLB	3 102
25	VTB*	n.d.	25	BPC	- 870 312

* Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

Custos operacionais, perdas por imparidade e outros custos*

De acordo com as Demonstrações Financeiras dos Bancos em estudo, as dotações líquidas de provisões e imparidades atingiram um montante de -72 999 milhões de kwanzas, que corresponde a um aumento de 204% na reversão de imparidades face ao ano de 2021, que já tinha sido influenciado pela reversão de imparidade da carteira de crédito registada pelo BPC, no âmbito da transferência de uma parte significativa da sua carteira para a RECREDIT. Em 2021 o impacto é em grande medida explicado pelo desagravamento de imparidade efectuado na Carteira de Títulos de Dívida Pública, decorrentes da melhoria do *rating* de Angola, cujo valor global de reversão dos Bancos alvo de análise ascendeu a 375 565 milhões de kwanzas.

Caso o BPC não fosse considerado no Estudo, o total da reversão das provisões e das imparidades líquidas em 2021 seria de 102 535 milhões de kwanzas. Esta informação é apresentada na Figura 33.b, em virtude do impacto que este Banco tem na análise deste indicador.

Os Outros Custos no ano de 2021 reduziram para -38 526 milhões de kwanzas, o que corresponde a uma redução de, aproximadamente, 122% face a 2020, justificado pela reversão da reserva de actualização monetária do Banco BIC, em resultado da valorização do Kwanza e da diminuição de 43% nas rubricas de Impostos sobre os resultados.

Importa salientar que a exclusão do BPC dos Outros Custos não tem qualquer impacto, uma vez que o Banco não apresenta valor nas rubricas que compõem a rubrica de Outros Custos em 2020 e 2021 (i.e. Impostos, Resultados de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos e Resultado na posição monetária líquida).

Figura 33.a – Custos operacionais, perdas por imparidade e outros custos – Total



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Figura 33.b – Custos operacionais, provisões e imparidades líquidas e outros custos – Excluindo o BPC



* Esta análise não considera o BPC.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

* Os valores apresentados não incluem o contributo do BE para 2021 e 2020, e do VTB para 2021, por indisponibilidade de informação financeira, o que, com elevada probabilidade, originaria alterações aos números apresentados.

Resultados Líquidos

Visão Agregada

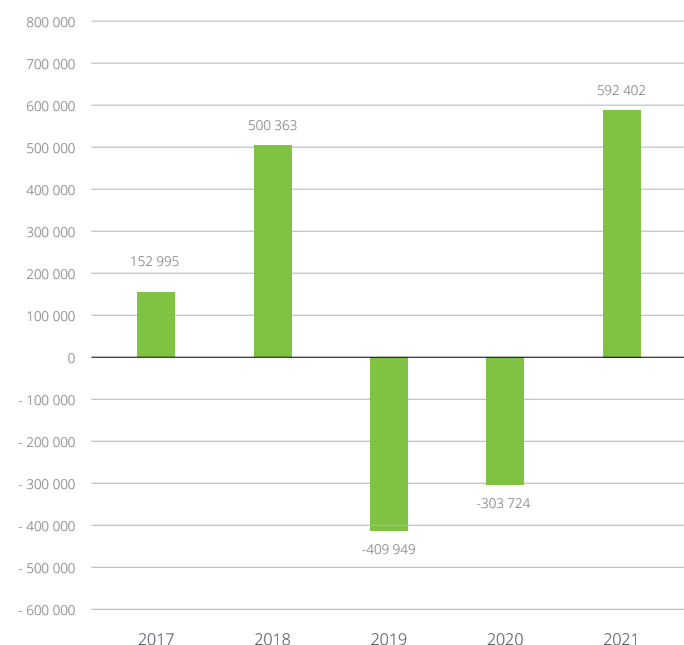
Com a recente publicação de informação do BE para o período compreendido entre 2019 e 2021, é possível verificar na Figura 34.a que o total dos resultados líquidos dos Bancos objecto de análise, registou um aumento considerável para um valor de 592 402 milhões de kwanzas. O que representa um incremento de cerca de 896 mil milhões face a 2020, que se justifica, maioritariamente, pela melhoria do *rating* de Angola e, consequente, reversão de perdas por imparidade e da melhoria dos resultados do BE (que passou para um lucro de 173 mil milhões de kwanzas) e do BPC que, embora tenham sido negativos (cerca de 83 mil milhões de kwanzas), apresentaram uma evolução muito positiva. Este resultado líquido do sector é atenuado pela descida significativa dos resultados cambiais que reduziram em 2021 cerca de 96% (2021: 18 723 milhões de kwanzas e 2020: 500 033 milhões de kwanzas), sendo que estes dados não incluem o BE por indisponibilidade de informação.

Devido aos impactos resultantes dos resultados negativos apresentados pelo BPC e BE nos últimos anos, com destaque para 2019 e 2020, apresentamos na Figura 34.b, o gráfico com a evolução dos resultados considerando a exclusão do BPC e BE na informação apresentada. O principal motivo para estes prejuízos decorreu da necessidade do reforço muito significativo das provisões para perdas por imparidade originadas pelo exercício de Avaliação da Qualidade dos Activos (AQA), promovido pelo BNA em 2019, onde estes Bancos concentraram cerca de 96% do total das necessidades de recapitalização das Instituições objecto deste exercício.

Considerando a exclusão do BPC e BE desta análise, os Resultados Líquidos em 2021 tinham registado um aumento de 40% face a 2020, o que revela que a Banca, em termos de resultados, tem apresentado uma tendência de recuperação.

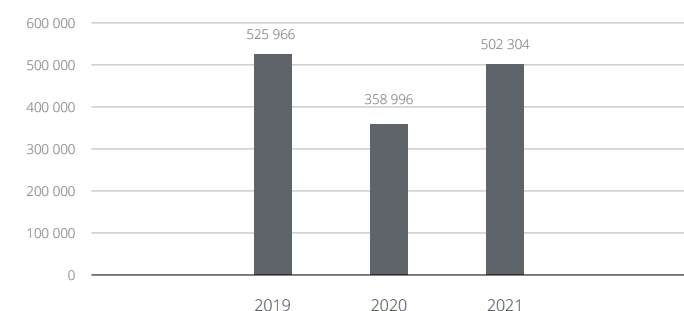
A informação apresentada poderia ter algumas alterações pontuais, caso existisse informação disponível relativamente ao VTB para 2021.

Figura 34.a – Evolução dos Resultados Líquidos – Total



Fonte: ABANC; Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

Figura 34.b – Evolução dos Resultados Líquidos – Excluindo o BPC e BE



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

Posição Relativa dos Bancos

De acordo com as Demonstrações Financeiras dos Bancos que foram objecto do presente Estudo, em 2021 verificou-se uma alteração surpreendente no topo da tabela, com o BE a recuperar de um prejuízo de 137 797 milhões de kwanzas em 2020, para a liderança dos lucros dos Bancos em 2021, com um resultado líquido de 173 309 milhões de kwanzas, destronando o BFA.

O TOP 5 é completado pelo BAI, que subiu uma posição face a 2020, ultrapassando o SBA. A 4.^a e a 5.^a posição são ocupadas pelo SBA e pelo BIC, que ocupavam a 3.^a e a 5.^a posição em 2020, respectivamente.

Após apresentar o segundo maior prejuízo da história da Banca angolana em 2020, cerca de 524 923 milhões de kwanzas (o maior foi o prejuízo do BE de 531 183 milhões de kwanzas registado em 2019), o BPC apresentou uma recuperação, em 2021, na ordem dos 531%, não obstante ainda registar um resultado líquido negativo de 83 211 milhões de kwanzas.

Os Bancos KEVE, BCI e BPG registaram, igualmente, prejuízos em 2021, resultante de uma proporção maior de custos, com especial relevância para os operacionais, face ao seu produto bancário, sendo que o BPG, inclusivamente, apresenta um produto bancário negativo.

Figura 35 – Ranking dos Resultados Líquidos

2021			2020		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BE	173 309	1	BFA	89 849
2	BFA	156 472	2	BDA	74 560
3	BAI	141 541	3	SBA	36 131
4	SBA	75 736	4	BAI	28 672
5	BIC	50 126	5	BIC	21 289
6	BCGA	34 416	6	ATL	15 592
7	YETU	10 584	7	BCGA	12 493
8	BIR	9 042	8	BIR	11 617
9	BCS	8 835	9	VTB	10 080
10	BSOL	7 780	10	BCS	9 353
11	SCBA	6 922	11	BSOL	8 819
12	BCH	6 356	12	BCA	6 799
13	FNB	4 768	13	BCH	6 208
14	BNI	4 050	14	FNB	5 667
15	ATL	3 428	15	BVB	4 380
16	BOCLB	3 121	16	BCI	4 198
17	BVB	2 644	17	YETU	4 140
18	BCA	2 495	18	BPG	3 621
19	BDA	1 934	19	BNI	3 402
20	BMF	1 612	20	KEVE	1 707
21	BPG	- 1 689	21	BMF	578
22	BCI	- 7 515	22	SCBA	- 21
23	KEVE	- 20 357	23	BOCLB	- 136
24	BPC	- 83 211	24	BE	- 137 797
25	VTB*	n.d.	25	BPC	- 524 923

* Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

Distribuição de dividendos

Os dividendos relativos ao exercício de 2021 registaram um crescimento significativo de 105% face a 2020, com um valor global de 218 234 milhões de kwanzas (106 456 milhões de kwanzas em 2020), e uma percentagem de distribuição média de dividendos a rondar os 44%. Em 2020 a percentagem média de distribuição de dividendos ascendeu a 47%, mas como os resultados do exercício de 2020 foram menores, o valor distribuído foi mais baixo.

O SBA é o banco que registou a taxa distribuição de dividendos mais elevada, com uma percentagem de 62% do resultado líquido do exercício, num ano em que apresentou o maior lucro da sua história. O BFA, FNB e o BCGA com uma percentagem de distribuição de dividendos de 50% fecham o grupo de Bancos que distribuíram um valor igual a 50% do seu resultado líquido em 2021. Em 2020, os Bancos que apresentaram uma percentagem de distribuição mais elevada foram o YETU, VTB e BPG com uma percentagem de 90%, que é o limite que a Lei das Sociedades Comerciais permite.

Em 2020 e 2021, por decisão dos respectivos Conselhos de Administração, existe um conjunto de Bancos que optou por não distribuir dividendos, embora estes tenham apresentado resultados líquidos do exercício positivos. Tal facto teve como objectivo reforçar os seus capitais próprios, de modo a manter uma política coerente e uma gestão prudente e responsável.

Relativamente ao *ranking* de distribuição de dividendos propriamente dito, é possível observar que o número de Bancos que distribuíram dividendos manteve-se inalterado em 2021, ou seja, 10 Bancos, não obstante se terem verificado alterações nos Bancos que distribuíram dividendos em 2020 e 2021.

Com excepção do VTB, que não existe informação disponível, o TOP 5 manteve-se constante em 2021, com o BFA mantendo a liderança e o BCGA a 4.^a posição. Por sua vez, o BAI e o SBA inverteram a posição no *ranking*, entre a 2.^a e a 3.^a posição.

Por outro lado, os Bancos BCI, BPC, BPG e KEVE registaram resultados líquidos negativos em 2021, pelo que não é aplicável a distribuição de dividendos nestes casos.

Importa ressaltar, que não foi possível obter informação da distribuição de dividendos do BNI, YETU e VTB para 2021.

Figura 36 – Ranking de distribuição de dividendos

2021			2020		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BFA	78 236	1	BFA	35 939
2	BAI	49 539	2	SBA	16 259
3	SBA	46 917	3	BAI	11 469
4	BCGA	17 208	4	BCGA	10 700
5	BIC	12 532	5	VTB	9 072
6	BIR	3 617	6	BIC	6 387
7	BCS	3 534	7	BIR	5 500
8	BSOL	3 268	8	BSOL	4 145
9	FNB	2 384	9	YETU	3 726
10	BCA	1 000	10	BPG	3 259
11	ATL	0	11	ATL	0
12	BCH	0	12	BCA	0
13	BDA	0	13	BCH	0
14	BE	0	14	BCI	0
15	BMF	0	15	BCS	0
16	BOCLB	0	16	BDA	0
17	BVB	0	17	BMF	0
18	SCBA	0	18	BNI	0
19	BCI*	n.a.	19	BVB	0
20	BPC*	n.a.	20	FNB	0
21	BPG*	n.a.	21	KEVE	0
22	KEVE*	n.a.	22	BE*	n.a.
23	BNI**	n.d.	23	BOCLB*	n.a.
24	YETU**	n.d.	24	BPC*	n.a.
25	VTB**	n.d.	25	SCBA*	n.a.

* Banco com resultado líquido negativo.

** Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em milhões de kwanzas)

Rentabilidade

Visão Agregada

No ano de 2021 o Retorno dos Activos Médios (ROAA), bem como o Retorno dos Fundos Próprios Médios (ROAE) dos Bancos analisados aumentaram face ao ano de 2020, cerca de 5,1 pontos percentuais e 51 pontos percentuais, respectivamente.

Relativamente à Margem financeira em percentagem dos activos, este indicador registou um aumento em 2021, de cerca de 40 pontos base.

Caso não fosse considerado o BPC na presente análise, o sector bancário nacional teria registado um ROAA de 4,3% e 1,5%, em 2021 e 2020 respectivamente. No caso do ROAE, este indicador passaria para 37,8% e 14,6% em 2021 e 2020, respectivamente.

Posição Relativa dos Bancos

Em 2021 os cinco Bancos que apresentaram os indicadores mais elevados no que se refere ao peso da Margem Financeira sobre os activos foram o BMF, BCH, o YETU, BCA e o SCBA, tendo o BMF apresentado um valor de 14,2%. O BCH, o YETU, o BCA e o SCBA apresentaram valores de 12,8%, 10,6%, 8,4% e 8,3%, respectivamente.

O primeiro Banco de grande dimensão neste *ranking* é o BFA, que ocupa a 8.ª posição com um peso da Margem Financeira sobre os activos de 7,2%, substancialmente maior que a maioria dos grandes Bancos do sistema (em 2020 ocupava igualmente a 8.ª posição, com 7,4%).

Figura 37 – Indicadores de Rentabilidade

Indicadores de Rentabilidade	2021*	2021	2020*	2020	2019	2018
Margem Financeira em % dos activos	4,6%	4,7%	4,4%	4,3%	4,2%	5,3%
Retorno dos Activos Médios (ROAA)	4,3%	3,3%	1,5%	-1,8%	-2,9%	4,4%
Retorno dos Capitais Próprios Médios (ROAE)	37,8%	31,1%	14,6%	-20,0%	-27,5%	34,5%

* Indicadores de Rentabilidade excluindo o BPC

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)

Figura 38 – Ranking Margem Financeira em % dos activos

2021			2020		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BMF	14,2%	1	BCH	13,3%
2	BCH	12,8%	2	BMF	10,9%
3	YETU	10,6%	3	BIR	10,5%
4	BCA	8,4%	4	BVB	8,6%
5	SCBA	8,3%	5	YETU	7,8%
6	BCS	8,3%	6	BDA	7,5%
7	SBA	8,3%	7	KEVE	7,4%
8	BFA	7,2%	8	BFA	7,4%
9	BIR	7,0%	9	SBA	6,9%
10	BDA	6,8%	10	SCBA	6,5%
11	BCI	5,7%	11	BCA	5,8%
12	BAI	5,5%	12	BCI	5,5%
13	BCGA	5,4%	13	BCGA	4,8%
14	FNB	5,3%	14	FNB	4,8%
15	BPC	5,1%	15	BAI	4,6%
16	BIC	5,1%	16	BIC	4,6%
17	BVB	5,0%	17	BCS	4,5%
18	BOCLB	4,6%	18	BNI	4,4%
19	BNI	4,0%	19	BPC	3,7%
20	BSOL	2,7%	20	BOCLB	3,6%
21	ATL	1,2%	21	BPG	3,0%
22	KEVE	1,1%	22	ATL	2,6%
23	BPG	0,6%	23	BSOL	1,0%
24	BE	-2,1%	24	VTB	0,5%
25	VTB*	n.d.	25	BE	-2,5%

* Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)

Posição Relativa dos Bancos

No que respeita ao Retorno dos Activos Médios (ROAA), o YETU subiu para a 1.ª posição em 2021, com um retorno de 17,7%. O SCBA subiu da 22.ª posição em 2020, para a 2.ª posição em 2021, em resultado do crescimento expressivo dos resultados líquidos no exercício do ano referido, face a 2020. O BE também efectuou uma recuperação assinalável ao nível dos resultados líquidos, passando a ocupar a 4.ª posição do *ranking*, com um ROAA de 12,1% muito idêntico ao BCH que ocupa a 3.ª posição. O SBA fecha o TOP 5 com uma melhoria significativa no ROAA face a 2020, onde ocupava a 10.ª posição.

No sentido inverso, temos o BDA que passou da 1.ª para a 19.ª posição, em consequência da quebra acentuada do seu resultado líquido na ordem dos 97% em 2021.

Dos 5 maiores Bancos do SFA, em termos de activos, destaque para o BFA, que ocupa a 10.ª posição com um ROAA de 5,7%, seguido do BAI com um ROAA de 4,6%, que por sua vez ocupa a 12.ª posição.

Figura 39 – Ranking Retorno dos Activos Médios (ROAA)

2021			2020		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	YETU	17,7%	1	BDA	14,5%
2	SCBA	12,6%	2	BCH	13,2%
3	BCH	12,1%	3	BIR	11,7%
4	BE	12,1%	4	BCS	9,1%
5	SBA	8,2%	5	YETU	8,8%
6	BCS	7,7%	6	BPG	8,4%
7	BMF	7,5%	7	BCA	7,1%
8	BIR	6,6%	8	BVB	6,7%
9	BOCLB	5,7%	9	VTB	5,3%
10	BFA	5,7%	10	SBA	4,9%
11	BCGA	5,1%	11	FNB	4,2%
12	BAI	4,6%	12	BFA	3,5%
13	BVB	4,3%	13	BMF	2,8%
14	FNB	3,5%	14	BCGA	2,2%
15	BCA	2,6%	15	BSOL	1,4%
16	BIC	2,5%	16	BCI	1,3%
17	BSOL	1,1%	17	BIC	1,1%
18	BNI	1,0%	18	BAI	1,0%
19	BDA	0,4%	19	KEVE	1,0%
20	ATL	0,2%	20	ATL	0,9%
21	BCI	-1,7%	21	BNI	0,8%
22	BPC	-3,9%	22	SCBA	0,0%
23	BPG	-4,1%	23	BOCLB	-0,4%
24	KEVE	-8,1%	24	BE	-9,7%
25	VTB*	n.d.	25	BPC	-24,0%

* Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)



Posição Relativa dos Bancos

No que respeita ao Retorno dos Capitais Próprios Médios (ROAE), verificaram-se alterações significativas na posição relativa dos Bancos, entre 2020 e 2021.

O SCBA assumiu a liderança deste *ranking* em 2021, saindo da 21.ª posição em 2020, por troca com o BIR que ocupa agora a 7.ª posição. Destaca-se a subida do SBA à 2.ª posição do *ranking*, no ano em que registou o maior lucro da sua história, tendo subido da 4.ª posição ocupada em 2020. O YETU e o BAI apresentaram melhorias significativas face a 2020, subindo para a 3.ª e 4.ª posição face à 7.ª e 16.ª posições ocupadas em 2020.

Figura 40 – Ranking Retorno dos Capitais Próprios Médios (ROAE)

2020			2019		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	SCBA	56,4%	1	BIR	61,2%
2	SBA	52,9%	2	VTB	51,3%
3	YETU	52,7%	3	BDA	39,6%
4	BAI	39,9%	4	SBA	34,0%
5	BCGA	38,1%	5	BPG	29,7%
6	BOCLB	37,8%	6	BVB	29,6%
7	BIR	36,2%	7	YETU	26,7%
8	BFA	34,0%	8	BCS	26,0%
9	BCS	20,7%	9	FNB	22,8%
10	BCH	18,6%	10	BCH	22,3%
11	BMF	17,2%	11	BCA	21,0%
12	BVB	16,5%	12	BFA	18,7%
13	FNB	15,9%	13	BCGA	16,1%
14	BNI	11,7%	14	BSOL	15,3%
15	BIC	10,7%	15	BNI	14,6%
16	BSOL	10,4%	16	BAI	9,7%
17	BCA	7,1%	17	ATL	9,1%
18	ATL	1,9%	18	BMF	6,9%
19	BDA	0,9%	19	KEVE	5,6%
20	BPG	-15,7%	20	BIC	5,0%
21	BE	-32,0%	21	SCBA	-0,2%
22	BCI	-33,2%	22	BOCLB	-2,0%
23	BPC	-73,5%	23	BCI*	n.a.
24	KEVE	-78,9%	24	BPC*	n.a.
25	VTB**	n.d.	25	BE*	n.a.

* Banco com capitais próprios negativos em 2019.

** Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)



Eficiência

Visão Agregada

De acordo com a informação reportada pelos Bancos nas respectivas Demonstrações Financeiras, em 2020 verificou-se uma redução de cerca de 26 pontos percentuais do rácio *cost-to-income* e um aumento de cerca de 30 pontos base dos Custos Operacionais sobre os Activos, decorrente da melhoria de *performance* do BPC e do BE em 2021. Em 2020 o rácio *cost-to-income* foi de 87%, sendo que os Custos Operacionais sobre os Activos corresponderam a 3,9% dos Activos.

Caso não fosse considerado o BPC no rácio *cost-to-income* do sector bancário, este indicador seria de 56% e 35% em 2021 e 2020, respectivamente. No que respeita aos Custos Operacionais sobre os Activos, este indicador seria de 4,3% em 2021 e 4,0% em 2020.

O aumento do rácio do *cost-to-income*, excluindo o BPC, é explicado pela diminuição de 32% no Produto Bancário total (decorrente da redução dos resultados cambiais), sendo que os custos de estrutura também registaram um acréscimo de 17%.

Posição Relativa dos Bancos

No que respeita ao *cost-to-income*, verificou-se uma tendência generalizada de aumento deste indicador, que desencadeou alterações significativas na posição relativa dos Bancos, entre 2020 e 2021. Do TOP 5 registado em 2020, somente o BE e o BCH permaneceram em 2021, tendo o BE passado da 2.ª para a 1.ª posição, e o BCH passou da 3.ª para a 2.ª posição em 2020.

De destacar o rácio *cost-to-income* do BE que se situou em 16,9% em 2021, face a 22,3% em 2021, sendo que o Banco tem um plano de reestruturação em curso.

O SBA ocupa o 3.º lugar do *ranking*, com um rácio de 32,0%, seguido do YETU, BCGA, com rácios de 37,9% e 39,6%, respectivamente. Por outro lado, o BDA deixou a 1.ª posição do *ranking*, com o agravamento do seu rácio de 9,9%, em 2020, para 122,8%, em 2021, alcançando a 19.ª posição, justificado pela diminuição drástica dos resultados cambiais em 2021.

Figura 41 – Indicadores de Eficiência

Indicadores de Eficiência	2021*	2021	2020*	2020	2019	2018
<i>Cost-to-income</i>	55,7%	60,9%	34,9%	86,9%	36,2%	31,0%
Custos operacionais (% Activos)	4,3%	4,2%	4,0%	3,9%	4,1%	4,4%

* Indicadores de eficiência excluindo o BPC.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)

Figura 42 – Ranking Cost-to-income

2021			2020		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BE	16,9%	1	BDA	9,9%
2	BCH	31,8%	2	BE	22,3%
3	SBA	32,0%	3	BCH	22,4%
4	YETU	37,9%	4	BIC	23,3%
5	BCGA	39,6%	5	VTB	24,2%
6	BFA	41,9%	6	BIR	27,8%
7	BNI	43,7%	7	BFA	33,5%
8	SCBA	45,1%	8	BPG	36,1%
9	BOCLB	47,4%	9	SBA	36,7%
10	BCS	48,5%	10	BAI	36,9%
11	BIR	56,7%	11	BCS	41,8%
12	BAI	61,5%	12	FNB	41,8%
13	BVB	74,5%	13	BNI	42,9%
14	BMF	78,6%	14	BCGA	43,5%
15	FNB	82,1%	15	BVB	44,1%
16	BCA	83,3%	16	ATL	45,0%
17	ATL	95,0%	17	BCA	49,9%
18	BIC	115,9%	18	YETU	53,0%
19	BDA	122,8%	19	KEVE	58,8%
20	BCI	139,7%	20	BOCLB	58,8%
21	BSOL	167,3%	21	BMF	64,2%
22	KEVE	203,7%	22	SCBA	78,3%
23	BPC	425,7%	23	BSOL	85,2%
24	BPG*	n.a.	24	BCI	121,4%
25	VTB**	n.d.	25	BPC*	n.a.

* Bancos com produto bancário negativo.

** Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)

Posição Relativa dos Bancos

Em 2021 o BE, BDA, BCGA, o BOCLB e o BPC, foram os cinco Bancos que apresentaram a menor percentagem de Custos Operacionais sobre os Activos, tendo sido apurados rácios de 2,12% para o BE, 2,21% para o BDA, um rácio a rondar os 3% para o BCGA e BOCLB, e os 4% para o BPC.

Da análise efectuada, o BIR, o BMF e o BAI foram os Bancos que registaram um agravamento nos Custos operacionais sobre os Activos acima de 1%, com um incremento de 2,22%, 1,72% e 1,22%, respectivamente face a 2020.

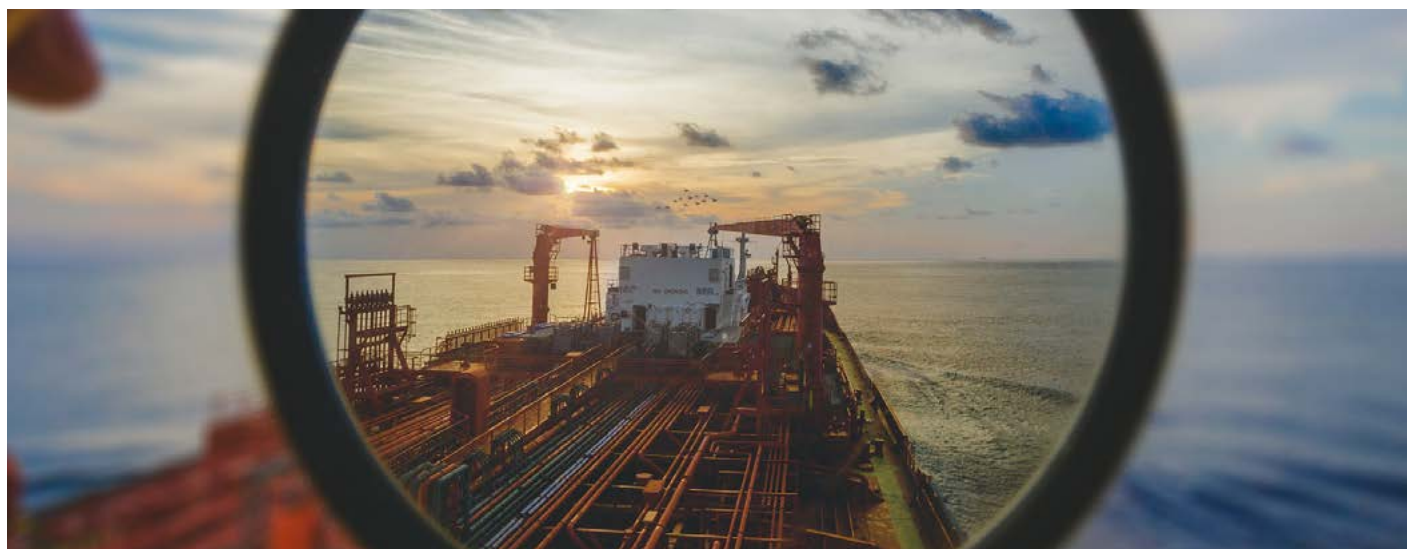
Por outro lado, o BOCLB, o BCI e o SCBA foram os Bancos que registaram uma melhoria neste indicador, com uma redução de 2,87%, 2,32% e 1,67%, respectivamente.

Figura 43 – Ranking Custos Operacionais (% Activos)

2021			2020		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BE	2,12%	1	BE	2,16%
2	BDA	2,21%	2	VTB	2,56%
3	BCGA	3,01%	3	BDA	2,58%
4	BOCLB	3,45%	4	BAI	3,04%
5	BPC	3,79%	5	BCGA	3,17%
6	ATL	3,87%	6	BPC	3,31%
7	BIC	4,07%	7	BIC	3,34%
8	BFA	4,08%	8	ATL	3,55%
9	FNB	4,24%	9	BFA	4,22%
10	BAI	4,26%	10	SBA	4,27%
11	SBA	4,29%	11	BCH	4,65%
12	BSOL	5,33%	12	FNB	5,31%
13	BCH	5,61%	13	BIR	5,83%
14	BNI	5,91%	14	BSOL	5,95%
15	BVB	7,00%	15	BNI	6,05%
16	BCI	7,86%	16	BOCLB	6,32%
17	BIR	8,05%	17	BVB	6,61%
18	KEVE	8,69%	18	BCA	9,09%
19	BCS	8,81%	19	BCS	9,58%
20	SCBA	8,82%	20	BPG	9,64%
21	BCA	8,86%	21	KEVE	10,14%
22	BPG	9,35%	22	BCI	10,18%
23	YETU	13,16%	23	SCBA	10,49%
24	BMF	14,99%	24	YETU	13,05%
25	VTB*	n.d.	25	BMF	13,27%

* Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)



Adequação de Capital

Visão Agregada

De acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira Anual de 2021 elaborado pelo BNA, em 2021 verificou-se uma subida de 4,58 pontos percentuais do rácio de solvabilidade do sistema financeiro, tendo o mesmo se situado em 24,24%, face ao rácio de 19,66%, apurado em 2020, evidenciando resiliência aos riscos inerentes à actividade do sector, com um nível agregado de adequação de capital muito acima do limite mínimo regulamentar.

Esta melhoria do rácio de solvabilidade do sector resultou do aumento dos resultados, reflectindo um impacto positivo sobre os fundos próprios regulamentares.

Posição Relativa dos Bancos

De acordo com a informação reportada pelos Bancos, observa-se que, em 2021, o TOP 3 permanece o mesmo que o registado em 2020, com o BCH, BOCLB e o BMF, a apresentarem os rácios de solvabilidade mais elevados com referência a 31 de Dezembro de 2021.

Não obstante, verifica-se a redução significativa dos rácios do BOCLB e BMF passando para 144,9% e 108%, em 2021, face aos 190,2% e 160% registados em 2020. Também o BIR, o BPG e o BFA registaram uma redução de mais de 10 pontos percentuais no rácio de solvabilidade em 2021.

Em sentido inverso, regista-se a recuperação do ATL com um rácio de solvabilidade 20,5% em 2021, comparativamente com o rácio de 12,3% em 2020, que representava pouco mais que o mínimo exigido por lei.

Em suma, para os Bancos que disponibilizaram esta informação, com excepção do BE, verifica-se que todos cumprem com o Rácio de Solvabilidade Regulamentar exigido. Não obstante, o BCI e o KEVE apresentam um Rácio de Solvabilidade Regulamentar ligeiramente acima e/ou igual ao mínimo exigido (12,1% e 10%, respectivamente).

Importa salientar que o BE tem em curso um Plano de Recapitalização e Reestruturação de modo a recuperar os níveis de solvência do Banco, o qual foi aprovado pelo BNA no final de 2021.

Figura 44 – Indicadores de Adequação de Capital

Indicadores de Adequação de Capital	2021	2020	2019	2018
Rácio de solvabilidade	24,24%	19,66%	21,91%	25,41%

Fonte: Relatório de Estabilidade Financeira Anual de 2021 e 2020 (BNA)

Figura 45 – Ranking Rácio de Solvabilidade

2021			2020		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BCH	205,2%	1	BCH	205,3%
2	BOCLB	144,9%	2	BOCLB	190,2%
3	BMF	108,0%	3	BMF	160,0%
4	SCBA	91,2%	4	BDA	86,4%
5	BDA	79,8%	5	BIR	70,3%
6	BVB	79,2%	6	BCA	63,0%
7	BCA	73,8%	7	BFA	56,4%
8	FNB	61,5%	8	SCBA	51,1%
9	YETU	49,0%	9	BVB	44,4%
10	BFA	46,2%	10	BCS	43,8%
11	BCS	45,6%	11	FNB	42,4%
12	SBA	44,7%	12	BPG	40,8%
13	BIR	43,4%	13	SBA	38,0%
14	BAI	34,6%	14	VTB	32,6%
15	BIC	31,7%	15	BCGA	30,0%
16	BCGA	31,1%	16	YETU	27,4%
17	BPG	28,9%	17	BIC	25,3%
18	ATL	20,5%	18	BPC	23,6%
19	BSOL	20,4%	19	BSOL	18,1%
20	BPC	18,7%	20	BAI	17,0%
21	BNI	16,3%	21	BCI	16,6%
22	BCI	12,1%	22	KEVE	15,0%
23	KEVE	10,0%	23	BNI	12,6%
24	BE	-28,0%	24	ATL	12,3%
25	VTB*	n.d.	25	BE	-22,0%

* Bancos com produto bancário negativo.

Fonte: Relatórios e Contas dos Bancos

Crescimento

Visão Agregada

De acordo com as Demonstrações Financeiras dos Bancos que foram objecto do presente estudo em 2021, o activo do sector bancário apresentou uma ligeira redução de 5,4%, em oposição ao crescimento de 20% registado em 2020.

Relativamente ao Crédito Líquido a Clientes, este indicador apresentou uma redução de cerca de 6 pontos percentuais, face ao registado em 2020.

Os Depósitos de Clientes registam uma redução de cerca de 7% em 2021, um valor inferior em cerca de 26 pontos percentuais aos 20% de crescimento verificados em 2020.

No que respeita à margem financeira, este indicador apresentou uma redução de 7,3 pontos percentuais face a 2020, sendo que o produto bancário e o resultado líquido do exercício apresentaram aumentos bastante significativos, sendo estes números bastante influenciados pela *performance* mais positiva do BPC e do BE em 2021.

Importa realçar, novamente, que a informação apresentada poderia ter algumas alterações pontuais caso existisse informação disponível relativamente ao VTB para 2021.

Figura 46 – Indicadores de Crescimento

Indicadores de Rentabilidade	2021	2020	2019	2018
Activo (%)	-5%	20%	21%	25%
Crédito líquido a clientes (%)	4%	9%	-7%	-6%
Depósitos de clientes (%)	-7%	20%	29%	31%
Margem financeira (%)	16%	23%	-4%	24%
Produto bancário (%)	65%	-50%	-1%	104%
Resultado líquido do exercício (%)	295%	26%	-182%	203%

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)



Posição Relativa dos Bancos

Em 2021 o KEVE assumiu a 1.^a posição deste *ranking* com o maior crescimento dos Activos, com uma taxa de crescimento de 92%, destronando o BOCLB que desceu para a 21.^a posição com um crescimento negativo na ordem de 19%.

O restante TOP 5 é composto pelo YETU e BCS com um crescimento de 32%, o BIR com 30% e o BCGA com 21%, respectivamente.

Importa destacar que os cinco maiores Bancos do sistema financeiro em termos de activos, nomeadamente BAI, BFA, BIC, BPC e ATL, registaram um decréscimo no valor dos seus activos, com o BPC a decrescer 20%, seguido do BFA com um decréscimo de 8% e o BIC, ATL e BAI, com reduções mais moderadas, na ordem dos 3%, 2%, 1%, respectivamente.

De forma geral, o total de activos dos Bancos diminuiu em cerca de 5,4%, com a maioria dos Bancos apresentando variações negativas. Essas variações podem ser justificadas pela valorização da moeda nacional, face ao Dólar-norte-americano e Euro.

Outro aspecto a destacar é que os três Bancos que mais cresceram, em termos de activos, face a 2020, são Bancos de pequena e média dimensão. O que não deixa de ser um fenómeno expectável, tendo em consideração a maior margem de crescimento desses Bancos, em percentagem dos seus activos, face aos activos totais dos Bancos de dimensão mais elevada.

Figura 47 – Ranking Crescimento do Activo

2021			2020		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	KEVE	92%	1	BOCLB	321%
2	YETU	32%	2	BCI	170%
3	BCS	32%	3	BIR	47%
4	BIR	30%	4	SBA	45%
5	BCGA	21%	5	BFA	31%
6	BCH	16%	6	BE	28%
7	BSOL	13%	7	YETU	22%
8	SBA	10%	8	BIC	18%
9	BMF	8%	9	BNI	17%
10	BAI	-1%	10	BPC	16%
11	ATL	-2%	11	BAI	16%
12	BIC	-3%	12	SCBA	14%
13	BCA	-3%	13	BCGA	11%
14	FNB	-7%	14	BSOL	10%
15	BFA	-8%	15	BPG	10%
16	SCBA	-11%	16	ATL	9%
17	BVB	-12%	17	VTB	8%
18	BNI	-12%	18	FNB	8%
19	BDA	-12%	19	BCH	7%
20	BCI	-15%	20	BCA	4%
21	BOCLB	-19%	21	BVB	2%
22	BPG	-19%	22	KEVE	-2%
23	BE	-20%	23	BMF	-3%
24	BPC	-20%	24	BDA	-6%
25	VTB*	n.d.	25	BCS	-7%

* Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)

Posição Relativa dos Bancos

Em 2021 os cinco Bancos que registaram uma taxa de crescimento mais significativa no crédito concedido foram o SCBA, o BCH, o YETU, o BIR, e o SBA, tendo o crédito concedido por estes Bancos aumentado em 157%, 148%, 147%, 82%, 67%, respectivamente, face a 2020.

O crescimento exponencial do SCBA explica-se pela aceleração na concessão de crédito, pese embora tenha um valor global baixo, ocupando o penúltimo lugar no *ranking* de crédito líquido a clientes. Por outro lado, destaca-se a presença do BOCLB e BPG, que diminuíram o seu posicionamento no *ranking*, passando de 1.º e 5.º lugar para 22.º e 19.º lugar, com um crescimento negativo de -35% e -5%, respectivamente.

De referir que o crescimento do Crédito Líquido a Clientes registado no BCH, YETU, BIR, SBA, BCGA é, em grande medida, justificado pelo cumprimento dos montantes mínimos a conceder ao abrigo do Aviso n.º 10/2020, sendo que praticamente todos estes Bancos excederam o montante mínimo a conceder para o ano de 2021.

Houve um abrandamento do crescimento do Crédito líquido, passando de uma variação positiva de 9,4% em 2020, para 3,9% em 2021. A razão deve-se, em parte, pela valorização do Kwanza face às moedas estrangeiras, mas também ao facto dos Bancos envidarem esforços cada vez maiores de redução do crédito mal parado, como o robustecimento dos critérios de análise para concessão de crédito a clientes.

No que diz respeito aos cinco maiores Bancos do sistema financeiro em termos de activos (BAI, BFA, BIC, BPC e ATL), verificou-se que os mesmos apresentaram taxas de crescimento que variaram entre os -3% e os 22%, tendo o BAI e o ATL uma redução no crédito líquido a clientes de aproximadamente 3%, o BIC de 12%, ao passo que o BPC e o BFA apresentaram uma taxa de crescimento positiva de 22% e 6%, respectivamente.

Figura 48 – Ranking Crescimento do Crédito Líquido a Clientes

2021			2020		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	SCBA	157%	1	BOCLB	22 611%
2	BCH	148%	2	BCH	1 116%
3	YETU	147%	3	YETU	180%
4	BIR	82%	4	BIR	168%
5	SBA	67%	5	BPG	115%
6	BCGA	40%	6	VTB	87%
7	FNB	30%	7	BPC	55%
8	BCA	28%	8	SBA	53%
9	BPC	22%	9	BCS	50%
10	BCS	15%	10	BNI	45%
11	BCI	11%	11	BDA	37%
12	BNI	8%	12	BVB	35%
13	BDA	6%	13	KEVE	20%
14	KEVE	6%	14	BIC	18%
15	BFA	6%	15	BCGA	7%
16	BSOL	5%	16	BCI	3%
17	BAI	-3%	17	ATL	3%
18	ATL	-3%	18	BFA	2%
19	BPG	-5%	19	BMF	0%
20	BIC	-12%	20	BSOL	-7%
21	BE	-15%	21	FNB	-12%
22	BOCLB	-35%	22	BE	-15%
23	BMF	-38%	23	BAI	-18%
24	BVB	-38%	24	BCA	-22%
25	VTB*	n.d.	25	SCBA	-76%

* Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)

Posição Relativa dos Bancos

Em 2021, os cinco Bancos que registaram maiores taxas de crescimento na captação dos depósitos de clientes foram o KEVE, BCS, BOCLB, BIR e BSOL, tendo os depósitos captados por estas Instituições aumentado em 90%, 89%, 66%, 55% e 22%, respectivamente, face a 2020.

Importa destacar que os cinco Bancos que apresentaram maiores taxas de crescimento dos depósitos captados em 2021 são bancos de pequena e média dimensão, sendo que a soma total dos depósitos captados pelos mesmos representa apenas cerca de 9% do total dos depósitos captados pelas Instituições que foram objecto do presente Estudo. Considerando que os Bancos de pequena e média dimensão têm uma maior margem de progressão, é expectável que os depósitos captados pelos mesmos apresentem taxas de crescimento mais elevadas face aos depósitos captados pelos Bancos de grande dimensão.

No que diz respeito aos cinco maiores Bancos de elevada dimensão do sistema financeiro em termos de activos (BAI, BFA, BIC, BPC e ATL), verificou-se que apresentaram taxas de crescimento que variaram entre os -3% e -11%, tendo o BFA sido o Banco que apresentou o maior decréscimo de depósitos captados entre estes Bancos, com -11%, ao passo que o BIC teve o melhor desempenho, embora com uma redução dos depósitos captados na ordem dos 3%.

Adicionalmente, na análise deste indicador, não deverá ser descurado o efeito da valorização do Kwanza face ao Dólar norte americano e ao Euro, em 2021, revertendo a tendência de desvalorização acentuada observada entre 2017 e 2020.

Figura 49 – Ranking Crescimento dos Depósitos de Clientes

2021			2020		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	KEVE	90%	1	BCI	125%
2	BCS	89%	2	SBA	60%
3	BOCLB	66%	3	BIR	48%
4	BIR	55%	4	BFA	39%
5	BSOL	22%	5	ATL	23%
6	YETU	22%	6	BAI	18%
7	BCGA	17%	7	FNB	18%
8	BCA	16%	8	SCBA	16%
9	BPG	14%	9	BCGA	14%
10	BCH	9%	10	VTB	13%
11	BMF	1%	11	BE	12%
12	SBA	-2%	12	BIC	12%
13	BIC	-3%	13	YETU	12%
14	BAI	-7%	14	BNI	11%
15	ATL	-7%	15	BSOL	10%
16	BPC	-10%	16	KEVE	6%
17	BFA	-11%	17	BVB	6%
18	FNB	-14%	18	BPC	0%
19	BE	-18%	19	BCA	-10%
20	BNI	-18%	20	BMF	-11%
21	SCBA	-19%	21	BCH	-14%
22	BCI	-20%	22	BPG	-27%
23	BVB	-20%	23	BCS	-37%
24	BDA*	n.a.	24	BOCLB	-58%
25	VTB**	n.d.	25	BDA*	n.a.

* Banco sem qualquer depósito captado, devido à natureza da sua actividade.

** Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)

Posição Relativa dos Bancos

Em 2021 os cinco Bancos que registaram as maiores taxas de crescimento da margem financeira foram o BSOL, BCS, BOCLB, o YETU e o SBA, tendo a margem financeira destes Bancos aumentado para 209%, 105%, 87%, 73% e 49%, respectivamente, face a 2020. Destaque para o BSOL, dado que em 2020 a margem financeira apurada foi de 6 269 milhões de kwanzas, tendo passado para uma margem financeira 19 377 milhões de kwanzas em 2021 (variação de 209%) e para o BCS que teve, igualmente, uma variação positiva de mais de 100% da sua margem financeira, ascendendo aos 9 520 milhões de kwanzas em 2021, face aos 4 651 milhões de kwanzas registados em 2020, justificado, maioritariamente, pela subida de 81% nos proveitos de juros e rendimentos similares.

Relativamente aos cinco maiores Bancos do sistema financeiro em termos de activos (BAI, BFA, BIC, BPC e ATL), o BPC foi o Banco que registou a taxa de crescimento mais elevada da margem financeira, encontrando-se na 10.ª posição do *ranking* global. O BAI, BIC e o BFA apresentaram uma taxa de crescimento de 28%, 18% e 7%, respectivamente, face a 2020.

Em sentido inverso, destaca-se o ATL que regista uma contracção de 55% na sua margem financeira, em 2021, em virtude do aumento do custo do seu *funding*.

Figura 50 – *Ranking* Crescimento da Margem Financeira

2021			2020		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BSOL	209%	1	BOCLB	1 578%
2	BCS	105%	2	BPC	739%
3	BOCLB	87%	3	VTB	414%
4	YETU	73%	4	BIR	91%
5	SBA	49%	5	BDA	65%
6	BCA	44%	6	BNI	61%
7	BCI	40%	7	BPG	42%
8	BMF	34%	8	KEVE	39%
9	BCGA	32%	9	BCI	38%
10	BPC	31%	10	SBA	30%
11	SCBA	29%	11	BCA	28%
12	BAI	28%	12	BMF	27%
13	BIC	18%	13	BAI	27%
14	BE	14%	14	YETU	24%
15	FNB	12%	15	BCH	24%
16	BCH	7%	16	BFA	22%
17	BFA	7%	17	BCGA	14%
18	BNI	-7%	18	BCS	4%
19	BIR	-8%	19	SCBA	3%
20	BDA	-17%	20	FNB	1%
21	BVB	-44%	21	BIC	-5%
22	ATL	-55%	22	BSOL	-27%
23	KEVE	-79%	23	ATL	-34%
24	BPG	-80%	24	BVB	-35%
25	VTB*	n.d.	25	BE	-466%

* Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)



Posição Relativa dos Bancos

No que respeita à taxa de crescimento do produto bancário, os cinco Bancos que registaram as maiores taxas de crescimento em 2021 foram o BPC, o YETU, BOCLB, o SBA e o SCBA, tendo o produto bancário destes Bancos aumentado em 102%, 78%, 49%, 46% e 40%, respectivamente, face a 2020.

O crescimento do BPC está relacionado com a operação de transferência de uma parte significativa da sua carteira para a RECREDIT, que afectou, de forma negativa, a rubrica de “Outros resultados de exploração” em 2020 e que já não teve impacto em 2021.

Relativamente aos cinco maiores Bancos do sistema em termos de activos (BAI, BFA, BIC, BPC e ATL), verifica-se que, à excepção do BPC, os demais Bancos apresentam um decréscimo este indicador, com um crescimento negativo de 12% para o BAI e o BFA, 45% para o ATL e 74% para o BIC.

De modo geral, nota-se uma tendência de decréscimo do produto bancário para a generalidade dos Bancos em 2021, sendo que, excluindo o TOP 5, somente o BE e o BCGA apresentaram um crescimento positivo do seu produto bancário, na ordem dos 31% e 17%, em 2021, respectivamente. Esta descida do produto bancário é maioritariamente explicada pela redução significativa dos resultados cambiais dos Bancos.

Figura 51 – Ranking Crescimento do Produto Bancário

2021			2020		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	BPC	102%	1	BOCLB	2914%
2	YETU	78%	2	BIR	100%
3	BOCLB	49%	3	SCBA	72%
4	SBA	46%	4	BMF	47%
5	SCBA	40%	5	SBA	37%
6	BE	31%	6	VTB	34%
7	BCGA	17%	7	BCI	33%
8	BNI	-1%	8	BFA	31%
9	BMF	-3%	9	BNI	30%
10	BCH	-5%	10	FNB	24%
11	BIR	-7%	11	YETU	24%
12	BCI	-10%	12	BPG	22%
13	BCS	-12%	13	BAI	8%
14	BAI	-12%	14	BCGA	8%
15	BFA	-12%	15	BDA	7%
16	BVB	-40%	16	ATL	6%
17	BCA	-42%	17	BCA	-1%
18	ATL	-45%	18	BIC	-4%
19	BSOL	-48%	19	BCH	-4%
20	FNB	-55%	20	BE	-5%
21	KEVE	-64%	21	BVB	-8%
22	BIC	-74%	22	BCS	-12%
23	BDA	-94%	23	BSOL	-13%
24	BPG	-118%	24	KEVE	-14%
25	VTB*	n.d.	25	BE*	n.d.

* Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagem)



Posição Relativa dos Bancos

Em 2021 os cinco Bancos que registaram as maiores taxas de crescimento do resultado líquido do exercício foram o SCBA, BOCLB, BAI, BE e BMF, tendo o resultado líquido destes Bancos aumentado em 32 715%, 2 389%, 394%, 226% e 179%, respectivamente, face a 2020. O SCBA e BOCLB apresentam aumentos consideráveis, resultantes da subida exponencial dos seus resultados líquidos, que eram negativos em 2020, passando a ser positivos em 2021. O incremento do resultado líquido do SCBA em 2021 está relacionado com: (i) a melhoria da margem financeira do Banco, em cerca de 29%; (ii) o crescimento de 64% dos Outros Resultados de Exploração; e (iii) a reversão de imparidade para títulos de dívida pública de Angola.

Quanto ao BE não é possível aferir, em detalhe, quais as rubricas da margem financeira e complementar que sofreram alterações positivas, bem como as rubricas de custos operacionais e imparidade e provisões que contribuíram para este resultado líquido, por indisponibilidade de informação, mas trata-se de facto de uma recuperação assinalável.

De referir que o TOP 3 de 2020, nomeadamente BSOL, BCI e BIR, registaram um decréscimo de 12%, 279% e 22%, respectivamente, alcançando as posições 15.^a, 23.^a e 17.^a no *ranking* de 2021.

Relativamente aos cinco maiores Bancos do sistema financeiro em termos de activos, o BAI, BFA, BIC, BPC e ATL, somente o ATL registou um decréscimo de 78%, face a 2020, os demais apresentaram aumentos na ordem de 394%, 74%, 135% e 84%, respectivamente.

Figura 52 – Ranking Crescimento do Resultado Líquido do Exercício

2021			2020		
Ranking	Banco	Valor	Ranking	Banco	Valor
1	SCBA	32 715%	1	BSOL	118%
2	BOCLB	2 389%	2	BCI	116%
3	BAI	394%	3	BIR	108%
4	BE	226%	4	SCBA	97%
5	BMF	179%	5	BOCLB	92%
6	BCGA	175%	6	BE	74%
7	YETU	156%	7	BMF	44%
8	BIC	135%	8	BNI	36%
9	SBA	110%	9	VTB	16%
10	BPC	84%	10	SBA	12%
11	BFA	74%	11	FNB	3%
12	BNI	19%	12	BPG	1%
13	BCH	2%	13	YETU	-8%
14	BCS	-6%	14	BCH	-13%
15	BSOL	-12%	15	BDA	-14%
16	FNB	-16%	16	BVB	-19%
17	BIR	-22%	17	BFA	-25%
18	BVB	-40%	18	BPC	-30%
19	BCA	-63%	19	BCS	-36%
20	ATL	-78%	20	KEVE	-37%
21	BDA	-97%	21	BCA	-38%
22	BPG	-147%	22	BCGA	-42%
23	BCI	-279%	23	ATL	-49%
24	KEVE	-1 292%	24	BIC	-70%
25	VTB*	n.d.	25	BAI	-76%

* Banco sem informação financeira disponível.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos (valores em percentagens)



Conclusões finais e perspectivas futuras

A economia mundial, em 2021, continuou a ser fortemente marcada pelo impacto negativo da crise pandémica COVID-19. Crise essa que provocou, entre outras consequências, rupturas nas cadeias de distribuição levando a um aumento dos preços da matérias-primas, bem como ao aumento da massa monetária em circulação, por parte dos Bancos Centrais, com vista à manutenção dos níveis de consumo.

Estes dois factores vieram condicionar, em grande medida, a economia angolana. Se por um lado o aumento do preço do petróleo veio impulsionar o crescimento do PIB, levando à inflexão da tendência negativa de crescimento ocorrida desde 2014, por outro lado, a forte dependência da importação de produtos e serviços fez com que a inflação tivesse um crescimento e, como consequência directa, uma manutenção das taxas de juros a níveis elevados.

A melhoria da eficiência do mercado cambial com a implementação da plataforma *Bloomberg FXGO* que permitiu negociações directas, aliada à diminuição da pressão exercida no mercado informal, bem como ao aumento da oferta de moeda estrangeira, via aumento das receitas petrolíferas, resultando como consequência directa do aumento do preço do crude, levou a que se verificasse uma valorização do Kwanza face às moedas estrangeiras mais correntes na economia angolana: o Dólar norte-americano e o Euro.

O crescimento do PIB, aliado à valorização da moeda nacional, fez que com o rácio da dívida pública sobre o produto interno bruto tivesse uma forte diminuição. Uma vez que o peso da dívida em moeda estrangeira sofreu um forte decréscimo, quando medido em moeda nacional. Este factor contribuiu para que houvesse uma melhoria do nível de *rating* de Angola por parte das agências internacionais.

Estes factores acima descritos: (i) manutenção das taxas de juros elevadas; (ii) valorização do kwanza; e (iii) melhoria do nível de *rating* de Angola; ajudam a explicar, em grande parte, o comportamento que a banca angolana teve no exercício de 2021.

Em termos de balanços dos Bancos, verificámos um aumento do nível de crédito a clientes, impulsionado, em grande parte, por medidas de incentivo à concessão de vários tipos de crédito emanadas pelo BNA. No entanto, o peso do crédito concedido, face ao total dos activos, continua muito longe do verificado noutras economias mundiais, mesmo considerando outros países do continente africano, como a Nigéria

e a África do Sul. Como vimos anteriormente, o facto das taxas de juro continuarem altas, leva a que as empresas recorram a outros tipos de fontes de financiamento.

Analisando os resultados obtidos pelos Bancos, existem dois factores que se destacam: (i) redução drástica dos resultados cambiais e (ii) uma reversão de perdas de imparidade registadas, nomeadamente nos títulos de dívida pública. A primeira resulta da flexibilização do mercado cambial, sendo que a segunda é uma consequência da melhoria do *rating* de Angola.

Os resultados líquidos dos Bancos foram muito alicerçados nos resultados cambiais, o que coloca em causa o modelo de negócio seguido nos últimos anos. Por outro lado, o Sistema Financeiro Angolano (SFA) é caracterizado por um número elevado de Bancos que actuam e competem, essencialmente, nos mesmos segmentos de mercado, oferecendo o mesmo tipo de produtos e serviços. Desta forma é essencial que sejam definidos modelos de negócio que lhes permitam assegurar um posicionamento diferenciado no mercado, tanto ao nível da segmentação de clientes, como dos produtos e serviços que prestam. Esses modelos deverão ter em conta a rentabilidade do banco a curto prazo, bem como a sua resiliência e solvência a médio e longo prazo. Temáticas como a política de distribuição de dividendos deverão ser considerados neste novo paradigma que o sector enfrenta.

Neste contexto o tema da sustentabilidade, quer na vertente de necessidade do cumprimento de indicadores/rácios específicos, quer ao nível de alterações e de exigências de reporte regulatórios, assim como em matérias relacionadas com critérios ESG, vai ser cada vez mais premente no SFA.

Note-se que à medida que as exigências de capital vão aumentando, tem-se verificado uma incapacidade, por parte dos accionistas, para colmatar essas necessidades, facto que tem levado o BNA a retirar algumas licenças bancárias nos últimos anos. Adicionalmente, também assistimos em 2022 à dissolução voluntária e liquidação do Banco BAI Microfinanças, por iniciativa dos accionistas, bem como à comunicação da decisão de saída do mercado nacional do Grupo Standard Chartered Bank, assim como de outros países com continente, em linha com o novo modelo de negócio e o reposicionamento estratégico do grupo. É esperado que este movimento de redução de *players* no sector bancário tenha alguns impactos no SFA.

Por outro lado, o mercado continua atento e com expectativa quanto à implementação do Plano de Recuperação e Restruturação do Banco Económico (BE), que desde Agosto do corrente ano tem como novo accionista maioritário um Fundo de Capital de Risco, o qual foi subscrito pelos maiores depositantes do Banco. O BE é um Banco sistémico e que deve voltar a ocupar uma posição de destaque na economia, tendo a Instituição efectuado um comunicado de imprensa, no passado dia 12 de Outubro, com um conjunto de dados e indicadores relativos a 2019, 2020 e 2021, tendo igualmente referido que os Relatórios e Contas seriam publicados num futuro próximo. De referir que o Banco apresentou em 2019 o maior prejuízo da história da banca fruto da incorporação das perdas decorrentes do AQA, efectuando uma trajectória de recuperação muito positiva, passando a liderar o *ranking* dos lucros da banca em 2021, com um resultado líquido de 173 309 milhões de kwanzas.

O próprio regulador continua a tomar medidas com vista à sustentabilidade do sistema financeiro angolano. Prova disso foi a publicação do Aviso n.º 17/2022 que vem actualizar o montante mínimo do capital social dos Bancos para Kz 15 000 000 000 (quinze mil milhões de kwanzas) e do Decreto Presidencial n.º 111/22 com a aprovação do Regulamento do Fundo de Resolução, que tinha sido criado pela Lei n.º 14/2021 do Regime Geral das Instituições Financeiras (LRGIF), que permitiu operacionalizar este mecanismo que tem como objectivo acautelar riscos sistémicos que atendem contra a estabilidade financeira. De acordo com a regulamentação publicada, os recursos do Fundo terão origem em contribuições dos Bancos e do Estado Angolano. Aliás, no que concerne ao contexto regulatório, o BNA tem vindo a efectuar um esforço por forma a adaptar a legislação angolana às melhores práticas internacionais. No seguimento dessa contenda, destacamos as seguintes intervenções do BNA durante o ano de 2022: (i) o Aviso n.º 01/2022 que regulamenta o governo e os sistemas de controlo interno, bem como define os padrões mínimos em que deve assentar a cultura organizacional dos Bancos; (ii) foram estabelecidas diversas regras sobre o sistema de pagamentos de Angola; (iii) os Avisos n.º 08/2022 e 09/2022 vêm estimular o crédito à habitação e ao sector real da economia; (iv) foram padronizados os testes de esforço para efeitos de supervisão; e (v) foram estabelecidas orientações sobre a gestão dos riscos associados às tecnologias de informação e à segurança cibernética. Para uma efectiva melhoria do sistema financeiro angolano há que efectivar a aplicação destas medidas e esse papel crucial cabe aos Bancos.

Também durante o ano de 2022, o BNA tem vindo a assumir um papel mais intrusivo na supervisão do sector bancário, com a abertura de processos de contravenção por incumprimento da regulamentação em vigor, nomeadamente da legislação cambial, que coloca desafios aos Bancos no sentido de robustecer os seus sistemas de controlo interno, de acordo com os requisitos previstos no Aviso n.º 01/2022, de 28 de Janeiro, sobre o Código de Governo Societário das Instituições Financeiras Bancárias. No que diz respeito à utilização dos meios electrónicos de pagamento, continuou-se a verificar um aumento. O uso deste tipo de meios vem retirar clientes dos balcões, o que ajuda a explicar o fecho de balcões que tem ocorrido e, como consequência, à diminuição do número de colaboradores. Ou seja, o SFA está a evoluir no sentido de ser uma banca cada mais digital e menos presencial, tendência essa que é cada vez mais notória em economias mais desenvolvidas. Isto faz com que seja cada vez mais premente uma maior segurança e fiabilidade dos meios informáticos, pelo que os aspectos associados à Cibersegurança e gestão dos riscos associados, não devem ser descurados pelos Bancos angolanos.

A economia informal continua com um peso elevado e as suas transacções assentam em numerário. De facto, uma das consequências da pandemia COVID-19, foi o aumento da posse de numerário para transacções correntes por parte dos agentes económicos, tal como podemos constatar pelo aumento das Notas e moedas em poder do público. Isto leva-nos a concluir que os meios electrónicos de pagamento ainda têm um espaço de crescimento muito significativo.

No seguimento destes últimos dois pontos, relacionados com a digitalização do negócio bancário e com a necessidade de aumento da bancarização, o BNA anunciou que durante o próximo ano prevê implementar o Sistema de Transferências Instantâneas (STI) em 2023. Este sistema permitirá o pagamento de transacções em tempo real. Ou seja, pagamentos efectuados, via sistema móvel, serão imediatamente creditados na conta do fornecedor, independentemente da transacção ser para o mesmo banco ou para um banco terceiro. Este aspecto é muito importante para aumentar a credibilidade do sistema financeiro junto de franjas da população que actuam no mercado informal e que actualmente transaccionam, exclusivamente, em numerário. Também assistiremos, em 2023, ao impacto da separação da gestão da carteira própria dos Bancos da carteira dos seus clientes. Isto levará a

que os Bancos tenham de efectuar o negócio de intermediação financeira através de Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários, o que pode conduzir ao surgimento de parcerias com sociedades que já operam no mercado e/ou à criação de novas sociedades, dependendo do modelo que cada Banco entenda que seja mais adequado face os objectivos estratégicos definidos.

De um ponto de vista regulatório, embora Angola esteja a dar alguns passos no sentido de incluir os riscos ESG na legislação bancária, existe ainda um longo caminho a ser percorrido, particularmente na obrigatoriedade dos Bancos apresentarem Relatórios de Sustentabilidade, bem como divulgações associadas ao Risco Climático. A emissão de legislação relacionada com ESG pode ajudar o país no procedimento em curso de equivalência de supervisão com a Autoridade Bancária Europeia (EBA), cujo processo de candidatura se estima que esteja concluído em 2023.

A promoção da iniciativa privada e da diversificação da economia, continuarão a ser áreas de foco do Executivo, alicerçadas em reformas dos regimes cambial, fiscal, investimento e privatizações, assim como na procura de uma integração mais abrangente da população na economia formal e no reforço da literacia financeira, conducentes a um aumento do nível de bancarização.

Em virtude da política monetária seguida, a taxa LUIBOR a 3 meses que atingia 20,9% no fecho de 2021, situou-se nos 13,8% no final de Setembro de 2022, o que augura boas perspectivas para a redução das taxas de juro aplicadas pelos Bancos aos empréstimos e, desta forma, poderão surgir mais projectos nos sectores primários e secundários, por forma a cimentar a tão almejada diversificação da economia.

Em suma, e como evidenciado no Estudo, no actual contexto marcado por uma acelerada transformação, os Bancos devem-se focar na análise do seu posicionamento e modelo de negócio que seja potenciador de maior eficiência e rentabilidade da sua actividade. Para além destes aspectos, os Bancos devem apostar na melhoria das suas plataformas tecnológicas, e na promoção da inclusão e literacia financeira a nível nacional.



Demonstrações Financeiras

Balanço dos Bancos 2021

	ATL	BAI	BCA	BCGA	BCH	BCI	BCS	BDA	BE*	BFA	BIC
Activo											
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	344 971	553 645	14 507	106 396	4 373	213 843	14 623	2 070	n.d.	423 459	427 801
Disponibilidades em outras instituições de crédito	51 143	86 406	2 014	149 224	657	9 939	32 706	925	n.d.	23 205	35 178
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	33 815	717 016	16 441	81 187	17 356	12 133	15 333	85 715	n.d.	556 326	255 007
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	268 231	70 647	0	0	0	0	0	22 227	n.d.	94 985	0
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3 014	446	43 930	120	44	204	68	5 546	n.d.	0	0
Investimentos ao custo amortizado	369 305	1 076 782	0	214 292	29 972	70 742	35 971	96 487	n.d.	1 127 786	561 476
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
Crédito a clientes	440 985	356 920	7 642	167 932	2 100	52 379	20 196	214 618	68 068	352 959	585 166
Activos não correntes detidos para venda	0	18 683	0	0	0	5 979	0	0	n.d.	92	55 291
Outros activos tangíveis	87 883	100 494	7 112	10 866	748	28 917	9 759	1 475	n.d.	33 966	19 930
Activos intangíveis	15 477	11 838	832	2 089	603	282	49	6	n.d.	1 750	3 175
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	13 147	0	0	0	0	0	50	n.d.	50	684
Activos por impostos correntes	2 462	956	0	203	0	234	235	748	n.d.	68	0
Activos por impostos diferidos	3 417	217	0	3 864	6	0	752	0	n.d.	0	13 364
Outros activos	93 314	32 050	1 723	3 991	516	4 264	1 195	6 478	n.d.	17 629	39 969
TOTAL DO ACTIVO	1 714 018	3 039 249	94 199	740 163	56 374	398 917	130 888	436 345	1 278 285	2 632 275	1 997 040
Passivo											
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	83 715	23 086	326	11 245	0	25 954	159	51 115	n.d.	1 854	145 187
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 422 950	2 525 618	45 208	610 761	17 176	335 707	76 172	0	1 303 985	2 005 319	1 301 873
Responsabilidades representadas por títulos	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	1 023	0
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
Passivos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
Provisões	3 561	11 986	132	738	22	3 760	801	145	n.d.	48 971	28 389
Passivos por impostos correntes	0	3 101	572	5 317	707	0	2 997	0	n.d.	1 979	923
Passivos por impostos diferidos	30	0	158	0	0	5 966	60	0	n.d.	0	0
Passivos subordinados	0	0	0	0	0	0	0	119 914	n.d.	0	0
Outros passivos	17 777	57 057	12 786	9 919	1 145	8 471	3 665	47 451	n.d.	151 059	63 612
TOTAL DO PASSIVO	1 528 034	2 620 849	59 181	637 980	19 050	379 857	83 853	218 625	1 733 296	2 210 205	1 539 984
Capital Próprio											
Capital Social	142 325	157 545	7 500	9 377	10 000	67 254	17 000	118 522	72 000	15 000	20 000
Prémios de emissão	70 707	- 9 204	0	0	0	- 2 617	0	0	0	0	0
(-) Acções próprias	- 842	- 739	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reservas de reavaliação	57	- 350	6	671	0	15 529	0	2 697	0	0	255 977
Outras reservas e resultados transitados	- 29 692	129 607	25 017	57 719	20 968	- 53 591	21 200	94 567	- 700 321	250 598	130 953
(-) Dividendos antecipados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do exercício	3 428	141 541	2 495	34 416	6 356	- 7 515	8 835	1 934	173 309	156 472	50 126
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	185 983	418 400	35 018	102 183	37 324	19 060	47 034	217 720	- 455 012	422 070	457 056
TOTAL DO PASSIVO E DO CAPITAL PRÓPRIO	1 714 018	3 039 249	94 199	740 163	56 374	398 917	130 888	436 345	1 278 285	2 632 275	1 997 040

* Informação disponibilizada no comunicado de imprensa do Banco Económico publicado no dia 12 de Outubro de 2022

Milhões de kwanzas

BIR	BMF	BNI	BOCLB	BPC	BPG	BSOL	BVB	FNB	KEVE	SBA	SCBA	VTB	YETU	TOTAL*
29 484	4 283	30 332	3 481	176 979	6 354	160 320	10 618	15 254	37 060	119 628	9 522	n.d.	15 793	2 724 798
8 630	700	16 851	10 192	155 178	154	51 807	9 985	19 516	30 619	92 578	6 833	n.d.	4 170	798 610
0	843	45 602	0	134 467	99	88 469	6 376	32 648	81 674	186 984	14 105	n.d.	10 574	2 392 168
41	0	24 617	0	0	6	0	0	0	0	182	18 117	n.d.	12 009	511 060
0	0	602	0	189 431	0	19 394	0	37	90	162 789	0	n.d.	105	425 818
55 706	14 346	75 983	9 615	708 716	23 141	116 670	22 727	22 929	95 331	91 706	0	n.d.	8 386	4 828 068
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
48 304	531	137 201	25 223	78 699	2 803	214 177	5 264	26 051	65 228	234 174	746	n.d.	11 054	3 118 420
0	0	17 757	0	7 345	0	29 876	0	0	1 135	0	0	n.d.	0	136 158
9 129	1 401	16 440	230	105 769	361	41 477	2 272	10 273	14 471	43 200	1 116	n.d.	3 380	550 668
1 355	86	1 435	18	5 540	104	20	126	839	1 701	8 675	103	n.d.	290	56 393
0	0	0	0	1 049	0	4 346	0	0	0	0	0	n.d.	0	19 326
379	0	2 046	9	1 496	67	1 541	17	93	0	892	0	n.d.	0	11 446
0	0	14 158	0	0	2 147	0	0	349	0	5 589	0	n.d.	0	43 864
997	152	4 499	40	322 670	1 221	22 992	552	1 425	3 984	21 877	1 178	n.d.	2 469	585 181
154 025	22 341	387 524	48 808	1 887 339	36 457	751 086	57 936	129 411	331 292	968 274	51 719	n.d.	68 229	17 412 195
0	40	26 314	59	282 884	3 211	17 528	202	531	61 177	26 524	0	n.d.	5 096	766 209
122 868	11 202	281 490	3 522	1 299 906	22 385	639 850	38 806	88 492	243 879	678 258	31 699	n.d.	33 620	13 140 745
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	1 024
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
28	0	4 089	0	128 675	152	6 433	6	3 315	3 011	3 288	715	n.d.	60	248 276
0	0	0	43	13	0	0	0	926	0	17 518	0	n.d.	3 029	37 125
0	0	10 504	0	0	685	0	0	792	0	525	0	n.d.	261	18 980
0	0	6 747	35 062	0	0	0	0	0	0	16 704	0	n.d.	0	178 427
4 384	956	13 864	313	40 759	939	11 328	1 596	2 904	2 799	55 971	4 612	n.d.	2 648	516 015
127 281	12 197	343 008	38 999	1 752 237	27 373	675 140	40 609	96 960	310 865	798 788	37 026	n.d.	44 714	15 336 113
10 000	10 335	26 880	9 960	1 161 924	9 458	30 000	9 262	7 516	34 053	9 530	8 742	n.d.	9 000	1 973 183
0	0	0	0	113 507	0	- 684	0	148	0	0	0	n.d.	0	171 857
0	0	- 71	0	0	0	- 146	0	0	- 545	0	0	n.d.	0	- 2 342
0	2 000	15 300	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	17 300
0	0	949	0	42 851	0	528	0	0	0	975	784	n.d.	- 39	320 634
7 702	- 3 804	- 2 594	- 3 272	-1 099 970	1 315	38 467	5 421	20 020	7 276	83 245	- 1 754	n.d.	3 971	- 996 950
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
9 042	1 612	4 050	3 121	- 83 211	- 1 689	7 780	2 644	4 768	- 20 357	75 736	6 922	n.d.	10 584	592 402
26 745	10 144	44 515	9 809	135 102	9 084	75 946	17 327	32 452	20 427	169 486	14 693	n.d.	23 516	2 076 082
154 025	22 341	387 524	48 808	1 887 339	36 457	751 086	57 936	129 411	331 292	968 274	51 719	n.d.	68 229	17 412 195

* Existem totais que podem estar influenciados pela falta de informação completa disponível do Banco Económico.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Demonstração dos Resultados 2021

	ATL	BAI	BCA	BCGA	BCH	BCI	BCS	BDA	BE*	BFA	BIC
1. Juros e rendimentos similares	89 219	228 502	8 597	53 977	7 134	33 113	10 879	33 713	n.d.	243 011	146 767
2. (-) Juros e encargos similares	- 69 195	- 59 610	- 572	- 17 307	- 394	- 8 431	- 1 359	- 1 826	n.d.	- 43 599	- 44 045
3. Margem Financeira (1+2)	20 024	168 892	8 025	36 670	6 740	24 682	9 520	31 886	- 30 312	199 412	102 722
4. Rendimentos de instrumentos de capital	0	1 238	0	0	0	5 248	0	0	n.d.	0	0
5. Rendimentos de serviços e comissões	21 190	33 679	2 747	9 868	1 118	- 2 218	5 588	13 212	n.d.	26 800	12 659
6. (-) Encargos com serviços e comissões	- 4 882	- 10 807	- 454	- 2 040	- 253	0	- 248	0	n.d.	- 7 380	- 4 109
7. Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	3 945	5 159	0	- 14	0	0	0	1 377	n.d.	9 202	0
8. Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
9. Resultados de investimentos ao custo amortizado	4 254	24 310	0	0	0	0	- 60	- 4 481	n.d.	0	6
10. Resultados em outros activos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
11. Resultados cambiais	18 854	4 563	255	6 242	2 291	- 1 781	6 872	- 32 605	n.d.	14 039	- 35 336
12. Resultados de alienação de outros activos	4 604	- 932	0	11	0	0	7	13	n.d.	28	291
13. Outros resultados de exploração	- 8 759	- 19 990	- 472	- 1 003	- 633	- 1 674	- 782	- 992	n.d.	- 721	- 7 054
14. Produto da actividade bancária (3+4+5+6+7+8+9+10+11+12+13)	59 231	206 112	10 100	49 733	9 264	24 257	20 897	8 410	180 317	241 380	69 180
15. (-) Custos com o pessoal	- 26 784	- 54 480	- 3 789	- 11 860	- 852	- 20 676	- 5 600	- 6 260	- 16 476	- 58 125	- 50 530
16. (-) Fornecimentos e serviços de terceiros	- 18 451	- 60 449	- 3 692	- 5 790	- 1 755	- 10 815	- 3 414	- 3 241	- 10 653	- 35 357	- 25 794
17. (-) Depreciações e amortizações do exercício	- 11 039	- 11 924	- 937	- 2 060	- 339	- 2 403	- 1 119	- 824	- 3 357	- 7 732	- 3 884
18. (-) Provisões líquidas de anulações	- 10 817	- 3 087	- 57	- 623	0	- 144	0	0	n.d.	- 11 256	- 2 101
19. Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	- 15 525	- 638	- 28	324	- 0	- 2 205	- 762	- 552	n.d.	- 5 606	- 22 827
20. Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	26 823	65 893	1 837	12 907	814	4 574	755	- 2 406	n.d.	41 446	14 960
21. Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	13	113	- 2	- 195	0	- 104	0	0	n.d.	- 179	0
22. Resultados de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	802
23. Resultado na posição monetária líquida	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	69 381
24. Resultados antes de imposto de operações em continuação (14+15+16+17+18+19+20+21+22+23+24)	3 451	141 541	3 431	42 437	7 132	- 7 515	10 758	- 4 873	n.d.	164 570	49 185
25. Impostos sobre os resultados correntes	0	0	- 572	- 7 385	- 776	0	- 2 975	- 10 124	n.d.	- 6 525	0
26. Impostos sobre os resultados diferidos	- 23	0	- 365	- 636	0	0	1 052	16 931	n.d.	- 1 574	941
27. Resultado após impostos de operações em continuação (25+26+27)	3 428	141 541	2 495	34 417	6 356	- 7 515	8 835	1 934	n.d.	156 472	50 126
28. Resultado de operações descontinuadas e/ou em descontinuação	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
29. Resultado líquido do exercício (28+29)	3 428	141 541	2 495	34 417	6 356	- 7 515	8 835	1 934	173 309	156 472	50 126

* Informação disponibilizada no comunicado de imprensa do Banco Económico publicado no dia 12 de Outubro de 2022

Milhões de kwanzas

BIR	BMF	BNI	BOCLB	BPC	BPG	BSOL	BVB	FNB	KEVE	SBA	SCBA	VTB	YETU	TOTAL*
15 790	3 512	28 141	3 018	146 175	3 213	49 423	4 088	8 634	8 872	89 642	4 865	n.d.	7 108	1 227 393
- 6 273	- 464	- 11 420	- 513	- 38 585	- 2 950	- 30 046	- 979	- 1 459	- 6 214	- 13 253	- 286	n.d.	- 784	- 359 562
9 516	3 048	16 721	2 505	107 589	263	19 377	3 109	7 175	2 659	76 389	4 579	n.d.	6 325	837 518
0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	6 492
4 913	854	5 359	369	8 858	623	10 265	928	1 284	5 292	18 217	1 377	n.d.	3 699	186 679
- 853	- 177	- 2 420	- 39	- 7 926	- 12	- 2 798	- 236	- 75	- 452	- 4 277	- 317	n.d.	- 865	- 50 620
0	0	- 210	0	0	0	0	0	0	0	- 9	0	n.d.	126	19 575
0	0	0	0	1 423	0	- 55	0	0	0	26	0	n.d.	0	1 394
194	0	2 988	0	- 36 669	553	0	0	0	1 676	0	0	n.d.	0	- 7 229
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
6 615	1 167	22 112	2 061	- 43 004	- 2 441	- 4 320	1 846	- 41	2 704	35 860	1 065	n.d.	11 704	18 723
0	0	6 461	0	0	0	0	3	0	70	0	0	n.d.	0	10 556
- 999	- 678	- 1 037	- 265	- 13 791	- 780	- 492	148	- 785	- 1 202	- 4 023	3 476	n.d.	- 387	- 62 894
19 387	4 214	49 981	4 632	16 481	- 1 795	21 977	5 798	7 557	10 746	122 183	10 179	n.d.	20 601	1 170 824
- 4 152	- 1 169	- 9 634	- 1 412	- 40 430	- 2 296	- 18 297	- 1 757	- 3 181	- 9 401	- 21 701	- 2 310	n.d.	- 4 121	- 375 293
- 5 626	- 1 821	- 10 140	- 658	- 24 524	- 1 307	- 14 658	- 1 488	- 2 483	- 10 322	- 13 041	- 1 978	n.d.	- 2 295	- 269 753
- 1 205	- 322	- 2 061	- 127	- 5 201	- 219	- 3 802	- 1 074	- 543	- 2 162	- 4 345	- 300	n.d.	- 1 398	- 68 379
27	92	- 2 646	314	- 10 247	0	- 953	0	496	0	- 529	- 254	n.d.	- 75	- 41 861
491	0	- 22 273	131	- 193 970	- 21	18 081	- 82	- 91	- 6 543	- 2 291	- 0	n.d.	- 5	- 254 392
1 459	627	9 245	241	185 099	1 533	5 344	1 249	3 488	- 2 674	0	1 586	n.d.	766	375 565
0	0	- 6 889	0	- 10 419	0	0	- 2	0	0	11 349	0	n.d.	0	- 6 313
0	0	0	0	0	0	924	0	0	0	0	0	n.d.	0	1 725
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	69 381
10 380	1 621	5 583	3 121	- 83 211	- 4 104	8 615	2 644	5 243	- 20 357	91 624	6 922	n.d.	13 472	451 673
- 1 337	- 9	2 385	0	0	0	0	0	- 917	0	5 589	0	n.d.	- 2 889	- 25 534
0		- 3 917		0	2 416	- 835	0	441	0	- 21 477	0	n.d.	0	- 7 046
9 042	1 612	4 050	3 121	- 83 211	- 1 689	7 780	2 644	4 768	- 20 357	75 736	6 922	n.d.	10 584	419 093
0			0	0				0		0	0	n.d.	0	0
9 042	1 612	4 050	3 121	- 83 211	- 1 689	7 780	2 644	4 768	- 20 357	75 736	6 922	n.d.	10 584	592 402

* Existem totais que podem estar influenciados pela falta de informação completa disponível do Banco Económico.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Balanço dos Bancos 2020

	ATL	BAI	BCA	BCGA	BCH	BCI	BCS	BDA	BE*	BFA	BIC
Activo											
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	222 111	311 704	13 034	69 498	5 719	100 157	16 385	2 321	n.d.	474 217	190 924
Disponibilidades em outras instituições de crédito	110 382	189 132	6 697	45 999	1 536	18 060	16 226	4 665	n.d.	26 277	38 268
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	83 591	672 038	15 194	169 072	929	93 070	9 918	177 136	n.d.	649 092	167 715
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	216 927	85 016	0	0	0	0	0	27 467	n.d.	365 694	0
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5 761	434	46 040	111	44	204	68	4 639	n.d.	0	0
Investimentos detidos até à maturidade	410 081	1 263 492	0	185 084	37 516	166 302	21 110	74 925	n.d.	977 837	856 594
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
Crédito a clientes	454 271	366 759	5 951	119 781	848	46 990	17 588	201 754	80 193	333 373	662 838
Activos não correntes detidos para venda	7 280	18 786	0	0	0	5 839	0	0	n.d.	268	52 751
Outros activos tangíveis	68 688	94 954	7 464	10 476	1 013	30 274	10 356	2 031	n.d.	30 575	22 720
Activos intangíveis	39 041	5 846	723	1 082	516	487	103	24	n.d.	213	2 064
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	8 927	0	0	0	0	0	0	n.d.	50	910
Activos por impostos correntes	2 419	1 286	0	192	6	185	235	200	n.d.	4	12 423
Activos por impostos diferidos	3 440	122	629	5 933	0	0	44	0	n.d.	1 646	0
Outros activos	126 000	38 409	1 388	2 771	511	5 796	7 198	2 459	n.d.	15 653	44 913
TOTAL DO ACTIVO	1 749 990	3 056 904	97 120	610 001	48 636	467 363	99 231	497 620	1 593 121	2 874 900	2 052 121
Passivo											
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	14 098	7 156	288	763	0	867	5 159	56 570	n.d.	4 088	116 131
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 523 971	2 704 506	38 966	520 078	15 782	417 106	40 340	0	1 589 389	2 252 203	1 346 637
Responsabilidades representadas por títulos	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3 978	0	0	0	0	414	0	0	n.d.	4 244	0
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
Passivos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
Provisões	3 933	7 937	110	115	22	3 483	137	145	n.d.	41 468	27 096
Passivos por impostos correntes	0	3 101	0	375	202	0	3 756	0	n.d.	7 785	923
Passivos por impostos diferidos	111	0	743	1 433	0	6 013	403	0	n.d.	0	0
Passivos subordinados	0	0	0	0	0	0	0	160 914	n.d.	0	0
Outros passivos	24 942	42 834	22 047	8 807	1 662	13 224	11 236	59 932	n.d.	67 134	78 637
TOTAL DO PASSIVO	1 571 033	2 765 534	62 153	531 572	17 668	441 106	61 032	277 562	2 221 442	2 376 922	1 569 424
Capital Próprio											
Capital Social	53 822	157 545	7 500	9 377	10 000	67 254	17 000	118 522	72 000	15 000	20 000
Prémios de emissão	34 810	- 9 204	0	0	0	- 2 617	0	0	0	0	0
(-) Acções próprias	- 492	- 739	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reservas de reavaliação	207	- 174	1 985	633	0	15 617	0	1 038	0	0	325 357
Outras reservas e resultados transitados	75 017	115 271	18 684	55 926	14 760	- 58 195	11 847	25 939	- 562 523	393 129	116 051
(-) Dividendos antecipados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do exercício	15 592	28 672	6 799	12 493	6 208	4 198	9 353	74 560	- 137 797	89 849	21 289
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	178 957	291 371	34 967	78 429	30 968	26 257	38 200	220 059	- 628 321	497 977	482 697
TOTAL DO PASSIVO E DO CAPITAL PRÓPRIO	1 749 990	3 056 904	97 120	610 001	48 636	467 363	99 231	497 620	1 593 121	2 874 900	2 052 121

* Informação disponibilizada no comunicado de imprensa do Banco Económico publicado no dia 12 de Outubro de 2022

Milhões de kwanzas

BIR	BMF	BNI	BOCLB	BPC	BPG	BSOL	BVB	FNB	KEVE	SBA	SCBA	VTB	YETU	TOTAL*
14 269	4 473	29 366	3 592	75 534	4 987	103 000	6 760	15 866	19 828	147 520	9 115	46 862	9 734	1 896 977
14 404	390	13 260	8 753	341 346	2 719	107 062	15 742	33 063	12 011	65 182	16 422	115 086	2 475	1 205 155
13 610	1 015	70 280	3 910	129 301	3 056	26 978	3 755	8 219	13 908	142 267	3 076	10 995	10 847	2 478 970
41	0	5 994	0	0	6	0	0	0	0	1 825	0	1 035	0	704 004
0	0	470	0	386 570	0	18 186	0	45	118	89 033	26 544	37	84	578 386
40 716	12 201	122 151	5 120	609 845	28 871	114 169	27 321	46 420	44 767	235 844	0	11 774	16 401	5 308 539
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
26 577	854	126 527	38 684	64 608	2 962	204 909	8 524	20 047	61 517	140 309	290	10 604	4 481	3 001 241
0	0	24 562	0	0	0	30 067	0	4 183	0	0	0	0	0	143 736
3 866	1 443	15 793	216	112 834	526	40 458	2 826	10 441	14 666	39 912	1 428	931	2 441	526 335
800	51	679	34	3 999	158	76	103	415	962	6 386	146	9	295	64 211
0	0	0	0	1 049	0	584	0	0	0	0	0	0	0	11 520
42	0	406	0	1 480	68	1 541	16	76	0	449	45	0	0	21 072
0	0	11 847	0	0	1 032	835	0	0	0	1 151	0	0	0	26 679
3 770	188	19 186	61	626 691	854	16 015	489	980	4 408	10 406	1 085	1 563	4 894	935 689
118 095	20 616	440 521	60 370	2 353 256	45 238	663 881	65 537	139 756	172 185	880 282	58 150	198 895	51 653	18 415 442
11 508	36	13 842	0	619 540	7 623	52 173	24	534	6 374	894	0	1 222	60	918 951
79 244	11 127	344 278	2 124	1 443 704	19 599	525 162	48 559	102 640	128 132	691 667	38 918	164 037	27 664	14 075 832
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4 746	0	0	0	4 746
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	215	0	0	0	8 851
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
55	0	4 272	540	131 109	485	5 569	25	3 924	4 131	2 796	1 027	541	128	239 048
0	0	3 238	35	14	0	0	0	7	0	2 919	0	4 954	782	28 090
0	0	3 677	0	0	1 985	0	0	881	0	0	0	0	261	15 507
0	0	27 677	50 684	0	0	0	0	0	0	19 553	0	0	0	258 828
4 085	798	18 589	294	67 436	3 140	7 938	2 247	4 065	2 350	40 510	8 360	7 358	6 101	503 726
94 893	11 961	415 574	53 677	2 261 803	32 832	590 842	50 854	112 052	140 987	763 300	48 304	178 112	34 995	16 685 633
10 000	10 335	26 880	9 960	1 060 907	7 832	30 000	9 262	7 516	24 053	9 530	8 742	7 500	9 000	1 779 537
0	0	0	0	113 507	0	- 684	0	148	0	0	0	0	0	135 959
0	0	- 340	0	0	0	- 146	0	0	- 131	0	0	0	0	- 1 848
0	2 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 000
0	0	- 291	0	18 432	0	907	0	0	0	- 1 100	2 163	0	- 39	364 736
1 585	- 4 258	- 4 704	- 3 131	- 576 469	953	34 144	1 041	14 372	5 569	72 421	- 1 038	3 203	3 557	- 246 850
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11 617	578	3 402	- 136	- 524 923	3 621	8 819	4 380	5 667	1 707	36 131	- 21	10 080	4 140	- 303 724
23 202	8 655	24 947	6 693	91 453	12 407	73 040	14 683	27 704	31 197	116 982	9 846	20 783	16 658	1 729 810
118 095	20 616	440 521	60 370	2 353 256	45 238	663 881	65 537	139 756	172 185	880 282	58 150	198 895	51 653	18 415 442

* Existem totais que podem estar influenciados pela falta de informação completa disponível do Banco Económico.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos

Demonstração dos Resultados 2020

	ATL	BAI	BCA	BCGA	BCH	BCI	BCS	BDA	BE*	BFA	BIC
1. Juros e rendimentos similares	105 884	187 491	6 231	37 099	6 595	23 220	5 997	40 587	n.d.	216 455	126 588
2. (-) Juros e encargos similares	- 61 839	- 55 298	- 677	- 9 275	- 314	- 5 543	- 1 346	- 2 173	n.d.	- 29 751	- 39 444
3. Margem Financeira (1+2)	44 045	132 193	5 554	27 824	6 281	17 677	4 651	38 414	- 35 157	186 703	87 144
4. Rendimentos de instrumentos de capital	0	935	0	0	1 555	4 246	0	0	n.d.	0	0
5. Rendimentos de serviços e comissões	15 229	22 272	2 756	8 130	- 510	- 1 983	4 337	17 105	n.d.	23 654	12 423
6. (-) Encargos com serviços e comissões	- 3 448	- 8 921	- 414	- 1 407	0	- 414	- 282	0	n.d.	- 6 840	- 2 766
7. Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	- 5 505	7 929	0	2 789	0	- 1 006	- 5	996	n.d.	26 476	0
8. Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	0	0	0	0	9 650	0	106	n.d.	0	0
9. Resultados de investimentos ao custo amortizado	12 528	626	0	- 196	0	0	0	- 449	n.d.	0	0
10. Resultados em outros activos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
11. Resultados cambiais	- 8 037	92 134	13 813	5 913	3 605	0	15 327	77 521	n.d.	42 509	167 105
12. Resultados de alienação de outros activos	60 265	389	0	15	4	0	1	2	n.d.	51	302
13. Outros resultados de exploração	- 6 689	- 14 516	- 4 332	- 475	- 1 174	- 1 279	- 404	- 486	n.d.	1 672	- 2 028
14. Produto da actividade bancária (3+4+5+6+7+8+9+10+11+12+13)	108 389	233 042	17 377	42 594	9 762	26 893	23 626	133 207	137 687	274 224	262 181
15. (-) Custos com o pessoal	- 23 318	- 42 282	- 4 672	- 10 569	- 680	- 19 978	- 5 646	- 5 113	- 16 807	- 59 081	- 35 599
16. (-) Fornecimentos e serviços de terceiros	- 17 048	- 37 967	- 3 261	- 6 202	- 1 205	- 10 425	- 2 974	- 7 396	- 11 143	- 27 161	- 23 334
17. (-) Depreciações e amortizações do exercício	- 8 418	- 5 720	- 730	- 1 764	- 305	- 2 240	- 1 247	- 724	- 2 720	- 5 522	- 2 131
18. (-) Provisões líquidas de anulações	- 10 692	- 553	0	178	0	38	0	0	n.d.	- 15 229	- 2 224
19. Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	- 25 436	- 33 183	0	390	- 52	17 011	302	- 17 223	n.d.	- 16 921	- 20 285
20. Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	- 9 012	- 74 390	- 1 651	- 13 731	- 1 059	- 7 568	- 617	- 1 113	n.d.	- 42 424	- 50 888
21. Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	- 24	- 1 714	- 2	- 885	0	466	0	0	n.d.	- 199	0
22. Resultados de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	0	0	- 18	0	0	0	0	0	n.d.	0	31
23. Resultado na posição monetária líquida	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	- 118 886
24. Resultados antes de imposto de operações em continuação (14+15+16+17+18+19+20+21+22+23+24)	14 441	37 234	7 044	10 010	6 461	4 198	13 444	101 639	n.d.	107 687	8 866
25. Impostos sobre os resultados correntes	0	0	- 743	0	- 252	0	- 3 756	- 4 767	n.d.	- 11 141	0
26. Impostos sobre os resultados diferidos	1 151	- 8 562	498	2 483	0	0	- 335	- 22 313	n.d.	- 6 697	12 423
27. Resultado após impostos de operações em continuação (25+26+27)	15 592	28 672	6 799	12 493	6 208	4 198	9 353	74 560	n.d.	89 849	21 289
28. Resultado de operações descontinuadas e/ou em descontinuação	0	0	0	0	0	0	0	0	n.d.	0	0
29. Resultado líquido do exercício (28+29)	15 592	28 672	6 799	12 493	6 208	4 198	9 353	74 560	- 137 797	89 849	21 289

Milhões de kwanzas

BIR	BMF	BNI	BOCLB	BPC	BPG	BSOL	BVB	FNB	KEVE	SBA	SCBA	VTB	YETU	TOTAL*
14 226	2 684	29 092	1 951	143 259	2 734	40 278	11 368	8 151	17 352	58 189	3 990	2 856	4 044	1 096 322
- 3 836	- 401	- 11 094	- 609	- 61 287	- 1 444	- 34 009	- 5 810	- 1 735	- 4 457	- 7 002	- 446	- 1 852	- 386	- 340 028
10 390	2 283	17 998	1 342	81 972	1 290	6 269	5 558	6 416	12 896	51 187	3 545	1 004	3 658	721 136
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6 737
5 372	876	5 504	322	12 282	1 404	8 877	1 087	1 243	4 871	12 428	514	5 833	2 429	166 458
- 738	- 137	- 2 143	- 6	- 8 970	- 18	- 3 957	- 394	- 133	- 170	- 4 227	- 182	- 116	- 333	- 46 015
0	0	- 6	0	0	0	0	0	0	0	262	0	0	91	32 022
0	0	0	0	- 54 645	0	- 12	0	0	0	0	0	0	0	- 44 902
463	0	0	0	5 963	558	0	0	0	2 366	0	0	0	0	21 859
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6 005	1 725	16 553	1 455	- 46 084	7 133	31 088	3 623	9 609	12 175	26 718	1 271	12 594	6 279	500 033
0	0	2 030	0	- 10	0	0	104	0	- 466	0	0	0	0	62 687
- 560	- 415	10 541	- 11	- 860 819	- 133	- 213	- 262	- 507	- 1 605	- 2 939	2 119	1 315	- 548	- 883 747
20 933	4 332	50 477	3 102	- 870 312	10 234	42 051	9 717	16 628	30 066	83 429	7 266	20 631	11 575	709 112
- 2 349	- 1 134	- 9 926	- 1 135	- 42 259	- 2 202	- 16 085	- 1 826	- 3 545	- 9 114	- 18 193	- 2 097	- 2 946	- 3 444	- 340 001
- 2 852	- 1 350	- 9 711	- 496	- 16 738	- 1 290	- 15 705	- 1 441	- 2 553	- 6 411	- 10 647	- 3 049	- 1 552	- 1 670	- 223 580
- 627	- 296	- 1 994	- 192	- 6 011	- 202	- 4 018	- 1 022	- 849	- 2 143	- 1 808	- 543	- 491	- 1 022	- 52 740
37	0	- 3 129	- 539	- 7 499	- 473	- 1 891	0	- 209	0	- 1 072	- 42	83	- 4	- 43 220
- 581	- 123	- 7 599	- 504	577 890	- 20	9 854	30	267	- 8 160	- 943	4	- 356	- 42	474 322
- 1 911	- 834	- 8 564	- 372	- 213 426	- 1 472	- 5 972	- 1 276	- 3 190	- 2 206	- 11 450	- 1 561	- 237	- 755	- 455 680
21	0	- 2 829	0	53 431	0	584	198	0	- 428	0	0	0	0	48 620
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	- 118 886
12 670	595	6 727	- 136	- 524 923	4 575	8 819	4 380	6 548	1 605	39 316	- 21	15 132	4 638	- 109 055
- 1 053	- 17	- 3 558	0	0	0	0	0	0	103	- 3 185	0	- 5 052	- 250	- 33 670
0	0	233	0	0	- 953	0	0	- 881	0	0	0	0	- 248	- 23 202
11 617	578	3 402	- 136	- 524 923	3 621	8 819	4 380	5 667	1 707	36 131	- 21	10 080	4 140	- 165 927
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11 617	578	3 402	- 136	- 524 923	3 621	8 819	4 380	5 667	1 707	36 131	- 21	10 080	4 140	- 303 724

* Existem totais que podem estar influenciados pela falta de informação completa disponível do Banco Económico.

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Bancos



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de audit & assurance, consulting, financial advisory, risk advisory, tax e serviços relacionados. A nossa rede de firmas membro compreende mais de 150 países e territórios e presta serviços a quatro em cada cinco entidades listadas na Fortune Global 500®. Para conhecer o impacto positivo criado pelos mais de 345.000 profissionais da Deloitte aceda a www.deloitte.com.

Esta comunicação inclui apenas informações gerais e nem a Deloitte Touche Tohmatsu Limited (DTTL), a sua rede global de firmas membro ou entidades relacionadas (coletivamente rede Deloitte) está a prestar aconselhamento ou serviços através desta comunicação. Antes de tomar alguma decisão ou medidas que o afetem financeiramente ou ao seu negócio deve consultar um profissional qualificado. Não são dadas garantias (explícitas ou implícitas) relativamente à precisão ou detalhe da informação constante nesta comunicação, pelo que a DTTL, as suas firmas membro, entidades relacionadas ou colaboradores não deverão ser responsabilizados por quaisquer danos ou perdas decorrentes de ações baseadas nesta comunicação. A DTTL e cada uma das firmas membro são entidades separadas e independentes.